

SANDRO MARLUS WAMBIER

**CAPITALISMO TARDIO E LUMPENIZAÇÃO SOCIAL: A ESCOLA SOB
RITMO DA BARBÁRIE.**

Curitiba
2006

SANDRO MARLUS WAMBIER

**CAPITALISMO TARDIO E LUMPENIZAÇÃO SOCIAL: A ESCOLA SOB
RITMO DA BARBÁRIE.**

Dissertação apresentada como requisito
à obtenção do grau de Mestre. Curso
de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profa. Dra. Maria Dativa de S. Golçalves.

Curitiba
2006

PARA KATYA, FRE E CACA.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi produto da experiência direta com a educação pública. Nesse trajeto várias pessoas foram fundamentais, camaradas e amigos que não apenas tive a honra de partilhar fileiras de luta, com tive o privilégio de conviver; principalmente o camarada Gilberto, o melhor modelo de intelectual proletários e revolucionário que conheci, e o saudoso amigo Dante, cuja ausência nunca deixara de ser sentida.

Minha mãe e minhas irmãs, Tânia e Sandra também tiveram um papel fundamental, principalmente nos momentos mais difíceis. Minha orientadora, profa. Dra. Maria Dativa de Salles Gonçalves, não só foi fundamental pelo seu amparo intelectual mas, principalmente como amiga e exemplo de luta em defesa da Escola Pública. Agradeço também aos membros da banca, profa. Dra. Lúcia Klein e prof. Dr. Claus Germer, pelas contribuições e correções ao trabalho. Ao Dr. Luís Renato Carazzai, meu psiquiatra, por sua competência profissional e, acima de tudo , pela paciência. E, finalmente, a todos os trabalhadores em educação comprometidos com a luta em defesa da Escola Pública e contra o desmonte promovido por FHC e seus aliados.

SUMÁRIO

I.INTRODUÇÃO	1
II.BASES TEÓRICAS.....	7
II.1.A necessidade da uma análise totalizante e ortodoxa.....	8
II.2.Escola de Regulação: uma visão estruturalista da teoria do equilíbrio.....	14
II.3. Sobre a ortodoxia.....	21
III.A ESCOLA NOS QUADROS DO CAPITALISMO TARDIO.....	27
III.1.As ondas longas e o capitalismo.....	27
III.2.O capitalismo tardio e sua crise.....	37
III.3.Capitalismo tardio e lumpenização.....	54
III.4.Escola e lumpenização.....	62
IV.ESCOLA E IDEOLOGIA.....	70
IV.1. Sociedade Pós-ideológica?.....	70
IV.2.Ideologia e capitalismo tardio.....	74
IV.3.Escola, ideologia e capitalismo tardio.....	88
IV.4.O conteúdo ideológico dos PCNs.....	93
V.CONCLUSÃO.....	108
VI.BIBLIOGRAFIA.....	110
ANEXO 1. QUADRO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.....	115

I.INTRODUÇÃO

Quando surgiu a oportunidade, através de uma dissertação de mestrado, de desenvolver um tratamento teórico sobre a Escola pública não houve como tangenciar um certo sentimento de obrigação, obrigação de uma tarefa a ser cumprida, uma dívida a ser paga. Anos de magistério público, principalmente na rede estadual de São Paulo, como não poderia deixar de ser, também foram anos de resistência, muita luta e de um incomparável aprendizado. Mais uma vez o paradoxo dialético da luta ! Se, de uma lado, a resistência expressou a necessidade de reação e mudança em relação a uma situação dada , também constitui-se num campo privilegiado de experiência e *praxis*: o tempo acelerado do conflito de classe.

Tal tarefa, ou dívida, e sua realização, dá-se num momento histórico, e intelectual, cheio de armadilhas, de críticas parciais ricas em diversionismos e hostis ao pensamento radical. Alhures, Althusser afirmou que um determinado presente é tanto mais capaz de analisar o passado quanto mais capaz for de realizar a crítica a sua própria realidade. Conjunturas de “tempo rápido”, de mais ampla crítica (e autocrítica) aos mais variados e amplos aspectos da vida são as mais habilitadas à análise e à crítica da ação histórica das gerações anteriores. Salvo engano, não é o caso atual. Se aquele momento imediatamente após o colapso dos Estados burocratizados, quando o mundo foi tomado pelo otimismo triunfalista dos apologistas do *status quo*, foi superado, isto não se traduziu num salto de qualidade na crítica. Além dos movimentos locais/nacionais, a crítica sobrevive através do discurso eclético da anti-globalização, tendencialmente reformista. Portanto, o leitor deve ter complacência quando dos tropeços e das construções exageradamente duvidosas e imprecisas: são os ventos de proa, uma conjuntura teórica desfavorável.

O principal amparo teórico para mediar os erros foi o marxismo ortodoxo que para muitos representa o ponto de vista das burocracias, principalmente stalinista e maoísta. Trata-se do oposto, a ortodoxia vem da referência à obra marxiana. Com todas as atualizações e, principalmente, incorporações, o pensamento marxista mais que uma cultura política constituiu-se numa ciência, uma ciência histórica da sociedade. Por isso, não haverá fuga em relação às suas categorias e conceitos fundamentais: mercadoria, teoria do valor, mais-valia e luta de classes. Dessas categorias emana a sustentação da crítica à crise da Escola pública.

A insatisfação possui grande parcela de responsabilidade sobre a motivação. Uma análise duplamente sustentada – a Política gramsciana e a Economia regulacionista – mostra-se como amparo do reformismo e do conformismo, principalmente com relação à crítica do modo de produção capitalista. Uma ótica culturalista insiste na ilusão da ação transformadora da Escola independentemente das injunções materiais e históricas, além disso, a influência regulacionista mais tem obscurecido que iluminado a análise sobre o atual momento do capitalismo: os regimes de regulação constituem-se em ciclos portadores de uma lógica funcionalista, oposta às considerações das contradições internas motivadoras das crises dos modos de produção.

Em função dessas razões a questão teórica teve que assumir um lugar destacado. Primeiro, através da necessidade de afirmar o método marxista, sem com isso confundir-se com alguma expressão proto-stalinista ou com alguma espécie de messianismo desprovido de crítica teórica interna. Segundo, a necessidade de uma teoria alternativa ao regulacionismo, e com base na leitura de “O Capital”, capaz minimamente de dar conta das contradições recentes da dinâmica do capitalismo, especialmente a partir do fim da II Guerra. Foi essa última inquietação que motivou a

leitura e a incorporação da teoria das ondas longas de Ernest Mandel cuja importância na elaboração deste trabalho será facilmente percebida.

A partir desses instrumentais, foi realizada uma análise que buscou a integração da instituição escolar com o movimento da totalidade significativa do capitalismo tardio. Um empreendimento cujas sínteses principais, e ainda em processo de construção, tal seu estado embrionário, foram as seguintes:

1º; que o momento depressivo da atual onda longa da economia capitalista tem sido fortemente marcada pela aumento da composição orgânica do capital, em detrimento do trabalho humano. Uma tentativa de mediação, contraditória como veremos, da tendência à queda dos lucros a longo prazo.

2º; que o crescimento do setor de distribuição tem se mostrado incapaz de compensar a economia de trabalho humano no setor produtivo.

3º; em função das razões anteriores, existe uma tendência acentuada de crescimento do exército industrial de reserva, estimulado pelo próprio capital, objetivando um aumento da extração da mais-valia.

4º; o desemprego, principalmente aquele de caráter estrutural, e a crise de empregabilidade que atinge as novas gerações têm provocado um processo de lumpenização da classe trabalhadora, com conseqüências em relação aos seus valores, modo de vida e reprodução da existência. É o processo caracterizado por alguns como exclusão social e que é o principal dado fenomênico do desenvolvimento atual da barbárie – no sentido do desenvolvimento de contradições estruturais do modo de produção capitalista que geram retrocessos significativos na vida material e social; em certo aspecto, e tomando o processo histórico como um leque de possibilidades criadas pelas condições materiais existentes, tais contradições apresentam-se como elementos

de um desfecho historicamente possível que, em última instância, refletem a dicotomia socialismo ou barbárie de Marx.

5º; a crise do capitalismo tardio tem produzido um Estado mínimo em relação aos serviços públicos. Assim, as redes públicas de ensino assumem um caráter igualmente mínimo em sua infraestrutura, incluindo a força de trabalho, e em seu conteúdo (currículos e programas).

6º; diante do processo crescente de lumpenização social, a Escola mínima nos quadros do capitalismo tardio tende mais a constituir-se num receptáculo passivo das contradições (como a violência e o consumo massivo de psicoativos pela juventude) do que em elemento de mediação dos seus impactos, para desespero daqueles vinculados aos projetos de reforma do sistema. É a Escola inserida no processo de barbarização.

7º; finalmente, foi realizada uma análise das políticas públicas para a educação, relacionando-as com a atual dinâmica da economia e do Estado burguês. Uma análise que levou-nos a tratar do conteúdo absolutamente ideológico de tais políticas e, portanto, do seu papel regressivo em relação à educação. Tomamos como elemento pontual e de exemplo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) formulados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Espero que o desenvolvimento dos argumentos, ao longo do trabalho, possam apresentar-se sustentáveis, que é uma condição para qualquer desenvolvimento ulterior, embora, à primeira vista, apresente-se como uma pretensão desmedida para a dinâmica atual da pesquisa científica no campo das chamadas humanidades. Entretanto, tal julgamento não deixa de ter um caráter histórico, conjuntural. Isto porque, para a dinâmica que vem tomando a pesquisa nas ciências humanas, quase indistintamente, grandes temas, amplos objetos de estudo, tentativas de construção de análises totalizantes são página virada da pesquisa. Vivemos o momento dos “micro-temas”, dos

“micro-objetos” e de relativismos teóricos e metodológicos que não permitem a constituição de totalidades significativas, em função de sua inexorável parcialidade, “amarras” ao livre pensar e elaborar. São aspectos da já mencionada conjuntura teórica desfavorável. Duas questões a respeito desse estado de coisas merecem tratamento.

Primeiro, tal visão da ciência, se é que ainda se credita algum caráter científico às “humanidades”, é menos produto de um amadurecimento teórico do que de uma crise de razão multicausal. Uma crise que não convém ser tratada com profundidade nessa curta introdução, mas que é reflexo de uma série de contradições. A divisão das “humanidades” em várias disciplinas distintas, que foi progressiva na medida da complexidade dos objetos de estudo, converteu-se num obstáculo epistemológico às elaborações qualitativas da realidade social e histórica. Se GOLDMANN (1967) já alertava para a equivocada divisão entre “fato social” e fato histórico, hoje, as “técnicas” de pesquisa elevaram essa divisão ao estado de exigência. Estamos, assim, diante de um aglomerado de pesquisas parciais – no sentido do alcance mesmo, parcial pela falta de contextualização do objeto – estanques, porque só interessam aos “especialistas” e, em última instância, estéreis.

Segundo, é necessário que se reconheça, a marginalidade do marxismo tem sua dose de responsabilidade, já que nenhuma tentativa foi mais fértil no sentido de transformar a divisão das disciplinas em interação teórica/epistemológica, permitindo, assim, totalizações significativas e *necessárias* para a compreensão da realidade. Não há mais sentido, em função de seu próprio desenvolvimento, considerar o marxismo como uma corrente de pensamento. Seu desenvolvimento, nas diversas áreas do conhecimento, da Lingüística a expressões de sua lógica dialética na Física e na Biologia, indica uma dinâmica rumo a uma epistemologia própria. A marginalidade do marxismo – excetuando sua expressão vulgar e ideológica, que foi o stalinismo – em

função da conjuntura política até pouco bem mais adversa, parece apresentar elementos que sugerem a superação de tal quadro. O prolongamento da crise do modo de produção capitalista e a retomada das lutas sociais podem criar uma situação distinta, favorável, que até mesmo o casulo acadêmico pode ser afetado.

Portanto, a pretensão que sugere esse trabalho não diz respeito a um capricho intelectual, mas a uma *necessidade*. Necessidade num duplo sentido. Primeiro, pessoal, pois são treze anos de trabalho no ensino público e essa experiência não poderia deixar de gerar uma série de inquietações. Segundo, mesmo que precariamente, esse trabalho é uma tentativa de contribuição àqueles que lutam e resistem no interior da Escola pública. Não haveria sentido se não tivesse algum interesse social, ou alguma relação com a *praxis*. Se as análises aqui presentes tomarem algum sentido para aqueles que resistem nas salas de aula, nas praças e ruas em defesa da Escola pública, principalmente os trabalhadores da educação, o objetivo dessa dissertação foi integralmente atingido.

II. AS BASES TEÓRICAS

Buscaremos nesse trabalho defender o marxismo ortodoxo no sentido mais estrito. É possível que nossa análise seja acusada de um certo teorismo. Entretanto, achamos que se trata de uma situação distinta. Aqui, não se trata de um teorismo à Althusser, cuja crítica popularizou-se através de THOMPSON (1985) - diga-se de passagem equívocos de tal crítica não se devem apenas a um suposto erro de leitura, a crítica de Thompson em “A Miséria da Teoria” é simplista e redundante no oposto do teorismo: o empirismo das “evidências livres de juízos de valor”¹ - mas de um juízo empirista às tentativas de elaboração no plano da teoria. Empirismo acadêmico que também é produto da lógica do capitalismo tardio, ou seja, de sua ideologia básica e determinante nesse momento: o fetiche da técnica.² A nossa empiria constitui-se “apenas” na *praxis*: na atuação como professor e ativista na defesa da escola pública e na teoria marxista. Esse é um dos motivos que fazem desse trabalho uma tentativa de afirmar a necessidade das bases do marxismo ortodoxo para a análise de elementos fundamentais da realidade social em sua totalidade, mesmo constituindo-se em elementos da superestrutura, como o ensino público.

Qualquer tentativa de construção de uma realidade racionalmente pensada e razoavelmente aproximada não pode dispensar o dado mais aparente e intangível da formação social concreta capitalista em seu momento tardio: a mercadoria. A Crítica da Economia Política de MARX (1985) formulou as bases conceituais para a análise desse

¹ Principalmente no campo da História difundiu-se uma crítica a Althusser baseada na obra de THOMPSON (1985), uma crítica com profundas limitações: primeiro, existe a impressão que THOMPSON não levou em consideração a obra do Althusser tardio, principalmente suas autocríticas; segundo, a crítica está carregada por um ranço anti-PCs de uma forma geral e corresponde ao momento da filiação de THOMPSON ao Trabalho; finalmente, a consideração da análise das fontes históricas enquanto evidências livres de julgamentos de valor constitui-se num significativo retrocesso no campo da Teoria da História.

² A racionalidade técnica, juntamente com a razão do mercado, tem-se constituído numa das bases da ideologia no capitalismo tardio que consiste, fundamentalmente, num discurso baseado na neutralidade da técnica e na capacidade de sua razão de superar as contradições do modo de produção capitalista.

mundo da mercadoria, tanto em relação aos seus fenômenos mais objetivos, como a exploração do trabalho pelo capital, como aqueles pertencentes à subjetividade das estruturas mentais coletivas. Tudo, menos subestimar a lógica da mercadoria, inclusive em suas manifestações mais subjetivas! Portanto, nossa defesa da análise marxista ortodoxa partirá da necessidade de reafirmar a centralidade da lógica da mercadoria, principalmente em se tratando da fase atual do capitalismo.

II.1.A necessidade de uma análise totalizante e ortodoxa.

Antes de qualquer definição mais sistemática da referência teórica, o marxismo ortodoxo³, é necessário comentar as razões para sua relativa marginalidade até recentemente, da imensa confusão que gira em torno dessa referência e como, num exercício de prognóstico, é possível apostar em sua retomada, primeiro como necessidade e segundo como produto de uma determinada conjuntura histórica. As razões fundamentais para tal confusão e marginalidade reside nos próprios limites da leitura marxistas no meio acadêmico e à própria dinâmica interna do pensamento marxista, considerando até mesmo suas expressões mais limitadas e distorcidas.

O meio acadêmico no Brasil não possui uma sólida tradição de leitura e elaboração marxistas⁴ contribuindo para que as relativas generalizações de alguns textos e obras sejam incorporadas sem uma devida contextualização temporal e espacial. As razões para tanto extrapolam os objetivos desse trabalho mas, sem dúvida, se devem em

³ A ortodoxia, embora possua algumas bases definidoras, não deve ser tomada independente do processo histórico, ou seja, as fronteiras da ortodoxia variam em função do horizonte histórico possível. Por exemplo, se para a vanguarda operária européia do início do século a ortodoxia estava ligada diretamente a uma práxis voltada à revolução operária eminente, atualmente, a ortodoxia se traduz na defesa do Marxismo enquanto o método e a ciência necessários e capazes de uma análise mais elevada da realidade social sem, contudo, renunciar à ruptura como solução para o impasse histórico gerado pela crise estrutural do capitalismo.

⁴ A principal fase da produção marxista local que continua oferecendo as bases da produção teórica, ou seja, a geração de Caio Prado Jr, Mario Pedrosa, Antônio Cândido, Florestan Fernandes e outros ainda não foi superada na qualidade da análise.

alguma medida à base social da academia e a uma certa assimilação da ideologia da sociedade produtora de mercadorias. Dessa forma, a ortodoxia foi tomada como grave erro e desvio em relação às complexidades impostas para o entendimento da realidade vivida e imediata. Economicismo, reducionismo, teleologia e inflexibilidade teórica foram e são alguns dos elementos das críticas ao marxismo ortodoxo, sem que houvesse a mínima preocupação em separar o joio do trigo, que só pode ser feito a partir de alguma tradição de leitura, elaboração e conhecimento da cultura marxista. Assim, na maioria das vezes, a mais vulgar e ideológica manifestação intelectual de uma determinada leitura da Crítica da Economia Política (MARX, 1985a) foi tomada como ortodoxia e como modelo passível das mais amplas críticas⁵. O exemplo clássico foi o “marxismo” stalinista que em função de sua inconsistência e debilidade tornou-se alvo fácil para o deleite da classe média acadêmica refratária às mudanças radicais.

Não poderíamos isentar o próprio stalinismo de sua devida culpa, mesmo que postumamente. As grosserias teóricas cometidas pela ideologia de Estado da burocracia em nome de Marx, Engels e Lenin foram ilimitadas. Entretanto, a teoria da revolução por etapas, derivada do esquema mecanicista dos sucessivos e intangíveis modos de produção, foi a principal caricatura e a mais amplamente difundida através dos PCs⁶, indistintamente. Foi uma espécie de reedição do desenvolvimento automático e natural ao socialismo elaborado pela social democracia alemã, particularmente Berstein, na virada dos séculos XIX e XX⁷. Essa “teoria”, como é amplamente sabido, serviu, em seus vários matizes, para a manutenção da ordem mundial construída a partir das

⁵ Muito dos grandes debates internos ao Marxismo tiveram uma tomada tardia ou simplesmente não obtiveram eco no Brasil. Por exemplo, a divisão da III Internacional e o Termidor da Revolução Russa – apesar da fundação da Liga Comunista Internacionalista de Mario Pedrosa e Lívio Xavier – apenas marginalmente teve influência na dinâmica da produção marxista.

⁶ No Brasil uma das principais críticas a tal teoria foi formulada por um dos mais eminentes filiados do PCB, Caio PRADO JR(1966), em sua obra “A Revolução Brasileira”, de 1966, que justifica seu eterno isolamento dentro do partido.

⁷ A melhor obra a respeito da adaptação da social democracia alemã no período continua sendo a obra de Rosa LUXEMBURGO (1946) “Reforma ou Revolução”.

Conferências de Yalta e Potsdam⁸. Uma ordem que, além de contribuir para a reprodução capitalista, serviu à manutenção do *status quo* das burocracias dos Estados operários. Contraditoriamente, o colapso dos Estados burocratizados⁹ e a metamorfose da própria burocracia numa proto-burguesia, comprometida com um projeto de saque à propriedade estatal, teve um duplo efeito sobre a dinâmica do pensamento marxista: primeiro, o fim do “socialismo real” favoreceu as leituras mais heterodoxas e ecléticas, algumas inclusive situadas na fronteira mais afastada do materialismo dialético e histórico como, por exemplo, o chamado marxismo analítico ou “mitigado”¹⁰; segundo, a falência do stalinismo em suas formas tardias eliminou um significativo elemento de confusão e estabeleceu uma pauta de reflexão que favorece uma retomada do quadro conceitual e categorial da Crítica da Economia Política (MARX,1985), o que favorece e fortalece as análises de cunho ortodoxo.

A tradição do marxismo ocidental também, de uma certa forma, é responsável pela rejeição das leituras ortodoxas, mas num sentido totalmente distinto daquele tributário do stalinismo. Tomamos aqui as excelentes análises de Perry ANDERSON contidas em dois ensaios: “Considerações Sobre o Marxismo Ocidental”(1989) e “Crise da Crise do Marxismo”(1988). Desde Lukács e Gramsci até suas expressões em meados da década de setenta, ANDERSON (1989) traça alguns elementos mais ou menos comuns a essa rica vertente. Particularmente, interessa uma característica contraditória do marxismo ocidental: seu afastamento da Economia e da Política e sua objetivação nos diferentes ramos da Filosofia. Um processo contraditório em função das injunções históricas impostas, fundamentalmente, no pós-guerra: primeiro, o desenvolvimento de

⁸ Tais conferências selaram os acordos entre a burocracia soviética e os imperialismos norte-americano e inglês, após a derrota do nazifascismo na II Guerra.

⁹ Para a análise da natureza dos Estados no leste europeu e em particular da URSS a obra central e de referência é a “Revolução Traída” de TROTSKY (1980), caracterizados como Estados operários burocratizados.

¹⁰ Para um melhor entendimento sobre a corrente do marxismo analítico, através de suas próprias vozes, sugerimos a leitura de sua obra manifesto “Reconstruindo o Marxismo” de Erik Olin WRIGHT, Andrew LEVINE e Elliot SOBER (WRIGHT,1993).

uma onda longa de tendência expansiva na economia que, entre vários efeitos, promoveu uma relativa elevação do nível de vida da classe operária na Europa ocidental, reduzindo, assim, pelo menos até o final da década de sessenta, as possibilidades de ações antisistêmicas e independentes por parte do proletariado mais importante e decisivo para a superação da formação social capitalista¹¹. Fato que sem dúvida contribuiu para uma produção intelectual deslocada da ação política direta e sobredeterminada pelo discurso acadêmico¹². A hegemonia dos PCs no ocidente e a inflexibilidade e rigidez de sua estrutura partidária interna também contribuiu para que os principais teóricos buscassem refúgio intelectual em temas que não se chocavam diretamente com as diretrizes da *nomenklatura*. Entretanto, é necessário destacar a positividade do empreendimento teórico do marxismo ocidental. Vários objetos como a estética (Lukács, Adorno), a literatura (Goldmann, Williams), a psique (Marcuse, Fromm) e a Filosofia de uma forma geral (Lefebvre, Althusser, Sartre, Della Volpe, Colletti, etc) tiveram em diferentes aspectos um tratamento marxista, ou seja, de forma mais incisiva o materialismo histórico e dialético invadiu o universo da superestrutura e do conhecimento em seus aspectos mais subjetivos enquanto objetos de estudo.

A relação entre as leituras dos marxistas ocidentais e a marginalização da ortodoxia, no Brasil e na América Latina, tem uma profunda correspondência com a penetração, mais recentemente, do pensamento gramsciano, e mais concretamente, em sua interpretação eurocomunista. Aqui, avalizamos integralmente o ensaio do falecido teórico equatoriano Augustim CUEVA(s/d), “Itinerario del Marxismo Latinoamericano”. Nesse ensaio Cueva faz um interessante balanço da penetração do

¹¹ A elevação do nível de vida do proletariado da Europa ocidental foi produto, entre outros elementos, da política econômica keynesiana de aumento da demanda e de salários indiretos. Embora lacunar com respeito à vários aspectos importantes “Capitalismo e Social-Democracia” de Adam PRZEWORSKI (1991) traz uma análise importante da dinâmica histórica da social-democracia até sua hegemonia na Europa ocidental.

¹² A linguagem, por exemplo, passou a refletir mais o estilo hermético e “especializado “da produção acadêmica do que o estilo polêmico e direto da geração do início do século XX.

pensamento gramsciano e seus efeitos em relação à dinâmica do marxismo ortodoxo, identificado por Cueva com o leninismo. Além de justificar uma ação política tímida e dócil - a abstrata luta pela hegemonia que tomou a configuração de uma ação reformista, totalmente dentro da ordem parlamentar e legal - abortou o necessário processo de elaboração e análise da realidade latino-americana. O formalismo da análise política de Gramsci, binária e antidialética, baseada na tipologia oriente/ocidente, promoveu uma renúncia às formulações de categorias construídas a partir de nossa realidade. De uma formação social concreta específica, o que demandaria uma análise específica à luz das categorias marxianas clássicas, passamos à genérica condição de uma formação de tipo ocidental, onde prevaleceria a luta política, ou a guerra de posições (CUEVA, s/d).

Independente da apropriação ideológica feita pelo PC italiano da obra de Gramsci¹³, criou-se uma realidade pensada puramente ficcional, elevou-se ao *status* de valor universal instituições típicas da formação social capitalista e burguesa, como a abstrata sociedade civil e a democracia representativa que, de uma certa forma, substituiu a contradição fundamental de classe, confundida com formas ideológicas e burguesas. Naturalmente, tal sistema de pensamento tanto impôs uma crítica caricatural à tradição da geração contemporânea à Revolução Russa (Lenin, Trotsky e Rosa Luxemburgo), tomada como anacrônica e pertencente à uma formação social distinta, como deslocou as categorias básicas da Crítica da Economia Política (MARX, 1985a), fundamentais para a análise da sociedade produtora de mercadorias, para a marginalidade, superestimando as possibilidades de uma análise culturalista da realidade. Numa visão gramsciana, a mercadoria, o fetiche nas relações sociais, a teoria do valor, as taxas de mais-valia e de lucro e a própria luta de classes tornaram-se

¹³ Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986 e Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, entre outras.

ferramentas de especialistas em “economia” ou de teóricos presos a um passado e a uma experiência anacrônica. Em síntese, se a própria obra gramsciana apresenta uma inquestionável dubiedade em suas categorias centrais, essa dubiedade original transformou-se em certeza para um projeto de adaptação `a ordem sistêmica, e o que é pior, em tempos de ofensiva neoliberal¹⁴. A luta pela hegemonia transformou-se numa versão modificada da ação social democrata de cogereciamento da ordem sistêmica, traduzida no estrito respeito às instituições e limitada à ação parlamentar, sem qualquer compromisso orgânico com as massas e com uma crítica limitada ao campo da ética – tendo como núcleo a democracia, concebida como um valor universal e supraclassista¹⁵.

Mais adiante afirmaremos quais são as bases de uma análise marxistas ortodoxa, mas antes, afirmaremos a sua necessidade atual, uma necessidade historicamente determinada e que podemos sintetizar a partir dos seguintes elementos:

1° - o capitalismo em sua fase tardia, a partir de mais ou menos 1940, apresenta-se como uma sociedade da mercadoria por excelência, quando, como em nenhum outro período, prevalece desde a produção material aos aspectos superestruturais o valor de troca sobre o valor de uso, ou seja, a mercadoria e seu fetiche invadiram todos os níveis da vida social.

2° - se até o final da última década de sessenta as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, aquelas já apontadas por MARX (1985a), pareciam no mínimo mediadas pela onda longa de tendência expansiva, a partir da década de setenta, com a inversão das condições de valorização e acumulação do capital, tais contradições emergem com ímpeto e põe à luz a incapacidade do modo de produção capitalista em

¹⁴ O caráter dúbio das categorias de Gramsci pode ser melhor compreendida através da leitura do ensaio de Perry ANDERSON (1994) “Antinomias de Gramsci”. Como bom exemplo podemos tomar o conceito de hegemonia que, entre várias formas, assume o conteúdo de luta institucional e até como sinônimo da ditadura do proletariado.

¹⁵ Para uma visão geral de dessa perspectiva, bastante lida no período de seu lançamento, “Por Que Democracia?” de Francisco WEFFORT (1985) é bastante representativo. Vale lembrar que no período o autor ocupava importante papel junto à direção nacional do Partido dos Trabalhadores.

desenvolver plenamente as forças produtivas, realizando plenamente suas potencialidades.

3º - se de um lado a política econômica neoliberal criou a lógica do chamado Estado minimalista, que é necessário que se compreenda como algo associado ao processo de valorização e inversão de capitais, esse cumpre um papel destacado como instrumento de administração da crise e de mediação da tendência decrescente da taxa de lucro, principalmente neste momento do capitalismo tardio. Portanto, tal realidade reforça a relevância da análise sobre as bases econômicas das chamadas políticas públicas ou do Estado.

Entretanto, ainda antes de fundamentar as bases da formulação ortodoxa; que será feita a partir da obra de Ernest MANDEL(1990), particularmente “O Capitalismo Tardio”; faremos uma breve análise crítica de uma escola que mais recentemente tem gerado polêmicas e simpatias, principalmente em função de suas análises sobre a atual crise econômica e de reprodução: a escola da regulação.

II.2. Escola da regulação: uma versão estruturalista da teoria do equilíbrio.

De uma forma geral, a economia burguesa buscou uma teoria que justificasse um determinado equilíbrio do desenvolvimento capitalista, geralmente assentada num suposto equilíbrio entre a produção de mercadorias e a demanda de consumo¹⁶. Para a crítica da economia política tal equilíbrio choca-se com o desenvolvimento multicontraditório do modo de produção capitalista, produto, principalmente, de suas contradições internas. Portanto, o suposto equilíbrio, antes de uma existência perene e

¹⁶ Ver NAPOLEONI, Cláudio. O Pensamento Econômico do Século XX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

concreta, é um fenômeno na melhor das hipóteses momentâneo e conjuntural, produto de ciclos curtos de crescimento.

A escola ou teoria da regulação, através de uma trajetória bastante singular, reedita uma leitura do modo de produção capitalista baseada num funcionamento sobredeterminado por estruturas autônomas e acima das contradições internas do próprio sistema. Sua origem é bastante eclética como afirmam seus próprios fundadores (Michel Aglietta, Hugues Bertrand, Robert Boyer, Benjamin Coriat, Alain Lipietz, Jacques Mistral e outros)¹⁷ e possui íntima relação com a divulgação e circulação do que genericamente podemos chamar de estruturalismo, fundamentalmente na França. Para François DOSSE (1998), por exemplo, os regulacionistas são a expressão econômica da eclética “escola “ estruturalista francesa. Como não poderia deixar de ser também é bastante eclética sua gênese.

Como afirmou o próprio pioneiro da escola, LIPIETZ (apud, DOSSE, 1998), “nós, regulacionistas, somos de certa maneira filhos rebeldes de Althusser”, e esta linhagem tem como elemento central as elaborações do teórico estrutural-marxista a respeito do processo de reprodução social no capitalismo. A tentativa dos regulacionistas, a partir da categoria de modo de regulação, de inserir com mais ênfase os chamados aspectos institucionais ou superestruturais no processo de reprodução constitui-se numa derivação direta dos ensaios sobre os aparelhos ideológicos de Estado e da ampliação do modo de produção à articulação entre as forças produtivas, as relações de produção e, adendando, aos elementos da superestrutura, fundamentalmente ideológicos. O próprio enfoque particular de ALTHUSSER(1985) sobre a ideologia parece permear todo o sistema conceitual dos regulacionistas como, por exemplo, quando a ideologia é vista sob um ponto de vista estrutural, mais precisamente, perene,

¹⁷ DOSSE, 1998.

enquanto um mapa de orientação da ação dos indivíduos dentro de qualquer sistema produtivo, além da mera alienação, e necessária à reprodução material dos próprios indivíduos. Para Althusser a antítese da ideologia reside na ciência (fundamentalmente o marxismo para o autor) que, mesmo no futuro socialista, não será patrimônio coletivo, daí, portanto, o caráter necessário e perene da ideologia. Evidentemente, que nesse aspecto, como afirmou Perry ANDERSON¹⁸, Althusser capitula às permanências e inflexibilidades do estruturalismo contribuindo para uma síntese que, antes de fortalecer as posições do marxismo na França, comprometeu seu desenvolvimento ulterior. Assim, afirmar que entre as fontes do regulacionismo há elementos da teoria marxista é um tanto forçado, apesar das declarações de seus próprios formuladores. Com bastante generosidade podemos afirmar, no máximo, que o regulacionismo possui doses mitigadas de tal teoria.

Além da herança althusseriana, a teoria da regulação é tributária do pensamento keynesiano, da sociologia de Durkheim - o que pode causar uma certa surpresa - e da episteme de Foucault. Tal ecletismo em sua gênese, como vamos verificar, justifica parcialmente o ecletismo teórico, num sentido negativo, dos regulacionistas.

A teoria da regulação possui três categorias que formam sua estrutura básica: o regime de acumulação, o modo de regulamentação e a relação salarial. Tomando a voz de seus propositores o regime de acumulação “descreve a *estabilização*, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados”, um regime cuja reprodução implica numa certa *coerência*. Para tal reprodução coerente é necessário que os diversos agentes, envolvidos num sistema particular de acumulação, assumam seu lugar e *função* que garantem a própria reprodução do regime de acumulação, ou é necessário “uma

¹⁸ Ver “Considerações Sobre o Marxismo Ocidental”.

materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação” * (LIPIETZ, 1986, apud, DOSSE, 1998 p. 19). François DOSSE, estudioso do estruturalismo e simpático à escola de regulamentação, comenta a respeito da última categoria básica: “(...) não se trata de formalizar, de equacionar o comportamento individual mas de reintroduzir os agentes enquanto grupos, categorias sociais portadoras de estratégias institucionais ou comportamentais mais ou menos conscientes. Esses agentes, que estão no centro das análises dos regulacionistas, são estudados precisamente através das inflexões da *relação salarial*, convertida em instância privilegiada nas transformações do modo de desenvolvimento durante um longo período. (...) é a relação salarial que subtende os mecanismos de regulação, e é ela que vai permitir localizar as novas cesuras no regime de acumulação”.¹⁹

Não é difícil perceber que estamos diante de uma “química” bastante confusa e não poderia ser diferente. Estamos diante de uma *invenção teórica*²⁰, eclética desde sua gênese e que, finalmente, reedita a teoria do equilíbrio geral da economia capitalista, sob a ótica estruturalista. São várias as contradições e começamos pela própria necessidade de existência das categorias regulacionistas. Não desejamos cair, aqui, no dogmatismo refratário a qualquer nova elaboração de categorias, uma espécie de fundamentalismo teórico, cujo caráter verdadeiro da teoria reside exclusivamente nas formulações originais. Entretanto, principalmente nas ciências humanas, uma série de categorias são “criadas” e cuja razão de existência é pouco justificada, seja por seu

* os destaques em itálico são nossos.

¹⁹ DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

²⁰ Sobre a tendência à invenção teórica Fredric Jameson fez análises interessantes em “Pós Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio”.

caráter exageradamente genérico e fluído - como é o caso exemplar das “mentalidades” de Jacques Le Goff e da Nova História - seja por pura sobreposição teórica, isto é, categorias que sob um novo significante reproduzem velhos significados; a isso chamamos invenção teórica. Por exemplo, que contribuição apresenta a categoria de relações salariais diante das elaborações marxistas a respeito da luta de classes e de sua derivada correlação de forças ? Não estamos falando de digressões políticas e sim de ciência, de capacidade teórica de reconstruir uma realidade pensada o mais próximo possível da realidade vivida. “Relações salariais” constitui-se em invenção teórica porque gera confusão, mais do que clareza, a respeito da contradição fundamental da sociedade produtora de mercadorias: a crise da mercadoria-trabalho. Crise num sentido mais amplo, num sentido de crise estrutural da extração da mais-valia, portanto da taxa de lucro e da própria reprodução do sistema. Por quê, se não é assim, como explicar o processo crescente da exclusão social - e estamos falando de processos continentais, como a África - e de aumento absoluto da miséria? Se não encontramos resposta a tais perguntas, até mesmo porque vivemos no mundo da ficção estatística²¹, então, talvez, no plano “superior” da razão possamos encontrar alguma resposta, mesmo que muito parcial. O conflito entre o governo do CNA na África do Sul e os monopólios “globais” da indústria farmacêutica em relação ao direito à vida da população soropositiva não pode ser tomado como grande exemplo do desenvolvimento da razão, mesmo a mais instrumental. São elementos da barbárie, do nosso ponto de vista, que não partem dos setores mais destituídos de acesso `a razão, estamos diante de um importante setor do capitalismo monopolista! Poderíamos afirmar que a teoria das classes, marxista, é superior às relações salariais dos regulacionistas, entretanto, estaríamos correndo o risco

²¹ Questionado sobre o desemprego no Brasil, o presidente de plantão afirmou que não se tratava de um problema, pois o índice oficial gira em torno de 5%, o que indica algo muito próximo ao pleno emprego !!

de cometer um truísmo teórico, mesmo que um truísmo inacessível àqueles que buscam regularidades, permanências e sistemas mecânicos, *funcionais*.

As “relações salariais” tendem, ou pelo menos sugerem, uma certa neutralidade em relação ao conflito de classe. Isso ocorre em função do distanciamento das categorias clássicas da Crítica da Economia Política como a mais-valia, enquanto mecanismo capitalista de extração do trabalho excedente, e a correspondente taxa de lucro, ou seja, não há possibilidade de alienar a relação fundamental entre capital e trabalho, uma relação que não pode ser reduzida à esquemas formais de reprodução sistêmica. O processo de desenvolvimento histórico do capitalismo, principalmente no que diz respeito ao conflito fundamental de classe, não permite construções teóricas baseadas em estruturas funcionais e estáveis, autoreguladas. O processo de desenvolvimento histórico do capitalismo é errático e contraditório, e seus aspectos estritamente econômicos não podem ser compreendidos alienados da rede de elementos extraeconômicos, ou seja, o desenvolvimento da produção capitalista e a luta política de classes constituem-se em elementos, historicamente e teoricamente, inseparáveis.

Alguns podem objetar que os regulacionistas, ao operarem com a categoria de modo de regulamentação, estariam incorporando o universo dos elementos superestruturais aos mecanismos de reprodução econômica e social. É uma afirmação parcialmente correta, visto que a mera consideração não é suficiente. Aqui, o fundamental é a *articulação* entre os fatores ligados diretamente à produção e os elementos da superestrutura. Por exemplo, a *vulgata* stalinista reduziu a superestrutura à condição de mero reflexo, tal como a imagem do espelho, das forças produtivas. O caso dos regulacionistas é distinto e possui um parentesco com a sociologia de Durkheim e sua pesada herança em relação ao academicismo francês: “(...) a difusão do keynesianismo na França foi facilitada pela influência das teses durkheimianas entre os

economistas. Ela passa, pois, pela idéia da necessidade de construir seu objeto de análise, de fundar modelos puros para analisar a realidade econômica a partir de estruturas que induzem o comportamento de tal ou qual categoria de agentes e permitem , portanto, a sua formalização.”²²

Tal herança, um verdadeiro pesadelo sobre os ombros do pensamento, deu um claro caráter funcionalista às análises regulacionistas, dentro da mais pura lógica formal: cada elemento da totalidade cumpre sua função dentro de uma realidade pensada absolutamente mecanicista. A estranha fusão das teorias althusserianas e durkheiminianas anulou o papel dos sujeitos históricos, com exceção da burguesia. Se de um lado, os produtores aparecem como objetos passivos de estruturas que induzem seu comportamento, a burguesia eleva-se à condição de sujeito consciente na estruturação dos regimes de acumulação e dos modos de regulamentação. Por exemplo, a transição do regime fordista para o pós-fordista ou flexível estrutura-se a partir da ação pensada e consciente do capital, quando sabemos que esse movimenta-se quase que exclusivamente a partir dos interesses individuais em torno da taxa de lucro, algo cada vez mais evidente. Já os produtores, assalariados do campo e da cidade, pequenos proprietários são reduzidos a objetos passivos do processo histórico.

Além dessas considerações teóricas, interessa-nos a mais importante síntese dos regulacionistas: o regime de acumulação flexível. Em nome de tal caracterização do atual momento do capitalismo, construiu-se uma série de ideologias a respeito de sua dinâmica a partir dessa suposta nova fase. Inicialmente nada indica que a dinâmica do capitalismo tenha sofrido mudanças estruturais a partir do final da II Guerra Mundial, a não ser o acirramento de suas contradições internas, como veremos adiante a partir da aplicação das ondas longas ao seu desenvolvimento, como as perdas de capital, a

²² op. Cit. Lucien GOLDMANN(1979) faz uma análise sobre o peso do pensamento durkheiminiano na tradição acadêmica francesa em “Dialética e Cultura”.

redução das taxas de crescimento e lucro, a superacumulação de capital e seu derivado subinvestimento produtivo. A chamada flexibilização não é um fato novo e nem particular do atual momento, muito menos corresponde a alguma espécie de mudança consciente e deliberada da produção capitalista. Antes disso, é produto conjuntural das citadas contradições endógenas do modo de produção, ou seja, tanto a flexibilização dos processos de produção quanto das relações contratuais de trabalho são produto da crescente capacidade excedente e ociosa de produção e que, por sua vez, é uma reação comum das unidades produtivas às crises de superprodução, em função de seus interesses *imediatos, individuais* (aumento das taxas de lucro e da produtividade do trabalho ou da mais-valia) e *empiricamente* aplicadas. Não existe nenhuma racionalidade estratégica global do capital acima da anarquia inerente da produção capitalista baseada na lógica da propriedade privada !

Dedicamos algumas páginas à escola de regulamentação em função de sua relativa penetração no ambiente acadêmico no país, por constituir-se numa determinada análise da atual crise do capital e por ter sido usada como base para as análises a respeito da escola e de seus desafios atuais. Num balanço geral, pensamos, como tentamos deixar claro, que a utilização de tal referência teórica é regressiva para aqueles que sempre tiveram na Crítica da Economia Política sua referência fundamental.

II.3. SOBRE A ORTODOXIA.

Anteriormente, analisamos as condições históricas para o desenvolvimento do marxismo ortodoxo. Vimos como, principalmente no pós-guerra, vários elementos da realidade elevaram-se como obstáculos para a sua difusão e elaboração – a onda expansiva do capital, a hegemonia dos PCs e a superestrutura como objeto privilegiado de análise do marxismo – e que, do ponto de vista histórico, justificaram sua

marginalidade. Resta, portanto, estabelecer quais seriam as bases da ortodoxia e, principalmente as bases do seu método.

A referência inicial é o clássico ensaio de Georg LUKÁCS (1974) contido em *História e Consciência de Classe*: “O que é o marxismo ortodoxo ?”²³. O autor representa a base do chamado marxismo historicista, tão criticado, principalmente por Althusser, e teve uma trajetória intelectual e política conturbada, desde a derrota da Revolução Húngara de 1919 às restrições políticas e intelectuais impostas pela burocracia de filiação estalinista. Também devemos considerar que tal ensaio, escrito em 1923, foi elaborado a partir do desconhecimento de obras marxianas clássicas, só posteriormente publicadas, como os “Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844”(1974) e os “Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política”(1985). Também devemos considerar que a filiação originalmente hegeliana de Lukács ainda se fazia presente naquele momento, confirmado pelo próprio autor num posfácio à obra em 1967. Entretanto sua importância para a história do marxismo é inquestionável. Influenciou fortemente o marxismo ocidental, desde a Escola de Frankfurt à chamada sociologia do conhecimento, fundamentalmente Lucien GOLDMANN(1967) e até hoje sua obra exerce forte influência nos estudos relacionados à estética e à literatura. Porém, é o citado ensaio sobre o Marxismo ortodoxo e sua reflexão sobre o tema que interessa mais imediatamente:

(...) Com efeito, embora não o admitamos, suponhamos que a investigação contemporânea demonstrou a inexistência *de facto* de cada afirmação isolada, de Marx. Um marxista ortodoxo sério poderia reconhecer incondicionalmente todos estes novos

²³ A trajetória de Lukács usualmente é dividida em períodos, levando em consideração sua ação política e o conteúdo de suas obras: 1919-1929, período de intensa ação política revolucionária até ser admoestado pela publicação das “Teses de Blum” pelo Comitê, é deste período “História e Consciência de Classe”(1974) ; 1930-1945, dedicou-se mais intensamente à crítica literária e permaneceu um breve período preso na URSS; 1945-1949; retornou à Hungria e reiniciou sua atividade política, porém a estagnação da cultura e da política húngara obrigaram-no a retomar os estudos filosóficos; 1950-1956, participou do governo de Imre Nagy como ministro da cultura até a intervenção soviética; 1957-1971, escreveu suas principais obras sobre estética e sobre a ontologia social. Sua obra influenciou vários teóricos como Karl Korsch, Walter Benjamin, Merleau-Ponty e, principalmente, Herbert Marcuse e Lucien Goldmann. (BOTTEMORE, 1988).

resultados, rejeitar todas as teses isoladas de Marx, sem por isso, por um só momento, se ver forçado a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia em matéria de Marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao *método*. Implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, se encontrou o método de investigação justo, de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado, aprofundado no sentido dos seus fundadores; mas que as tentativas para o superar ou “melhorar” levam apenas à sua vulgarização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente que levar aí. (LUKÁCS, 1974, pp 15)

Faremos algumas ressalvas mais adiante, mas, é inquestionável o valor dessa afirmação. O materialismo dialético é produto direto de um momento histórico determinado, o modo de produção capitalista, quando, como em nenhum outro momento, as contradições sociais, produto da reprodução material da sociedade, assumiram formas objetivas e cuja abstração metafísica desloca-se aquém dos fenômenos mais aparentes, tomando a forma do fetiche da mercadoria²⁴. O grau de desenvolvimento das forças produtivas, a consolidação da mais-valia como *leit motiv* da produção, o desenvolvimento da divisão do trabalho e seus reflexos nos mais diferentes níveis da sociedade e, finalmente, a polarização intangível entre capital e trabalho – como a própria essência do sistema – têm seu reflexo nas formas pelas quais analisamos a sociedade humana. Se na dialética de Hegel esse processo já tinha sua expressão (o tempo, o movimento e a mudança), embora de forma inacabada e idealista, com MARX o universo das contradições assume o centro na totalidade dos processos históricos, e o

²⁴ “O mistério da forma mercadoria consiste (...) simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. (...) Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com a natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (...) Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias. (...) os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas.” (MARX, 1985a). Deve-se, portanto, sem comprometer o conteúdo essencial da categoria do fetiche da mercadoria, uma das mais importantes da obra marxiana, adaptá-la à análise da sociedade de consumo ampliado, portanto, uma realidade diferente do ponto de vista quantitativo.

vêu do fetiche da mercadoria e das relações sociais pode ser desvendado. É nesse sentido que a afirmação de SARTRE(1978), em sua reflexão sobre o método, é uma importante contribuição:

(...) Já o verifiquei amiúde: um argumento “antimarxista” não passa do rejuvenescimento aparente de uma idéia pré-marxista. Uma pretensa “superação” do marxismo será, no pior dos casos, apenas uma volta ao pré-marxismo, no melhor, apenas a redescoberta de um pensamento já contido na filosofia que se acreditou superar. Quanto ao “revisonismo”, é um truísmo ou um absurdo: não tem sentido readaptar uma filosofia viva ao curso do mundo; ela se lhe adapta por si mesma através de mil iniciativas, mil pesquisas particulares, pois não se dissocia do movimento da sociedade. (SARTRE, 1978)

Portanto, ao contrário do que se pressupôs após a falência dos Estados burocráticos, a partir de 1989, as condições históricas que engendraram o pensamento e o método marxistas continuam vigentes ou, o que seria mais correto afirmar, e reafirmar, não só vigentes como tiveram um desenvolvimento e aprofundamento em seus aspectos fundamentais: a *totalidade* capitalismo/sociedade da mercadoria. O ponto de partida do método é o significado da mercadoria na fase tardia do capitalismo.

O primeiro ponto é que eu não parto de conceitos. Por conseguinte, eu não começo a partir do conceito de valor, e assim não tenho absolutamente de introduzi-lo. Meu ponto de partida é a forma social mais simples do produto do trabalho na sociedade atual, e essa forma é a mercadoria. É ela que analiso, e o faço, de início, na forma que ela aparece. (MARX apud, MANDEL, 1985)

Estamos diante de uma totalidade significativa cujo movimento interno, dialético e contraditório, não permite o isolamento de alguma parte constitutiva em nome de sua significação. Não há sentido *per si* das partes constitutivas se isoladas do todo. Ou como afirmou GOLDMANN (1967), em “Ciências Humanas e Filosofia”, a parte é desprovida de sentido deslocada do todo!

A produção acadêmica tornou-se uma máquina – e não se trata de um tropo gratuito – de “estudos” das particularidades, produto de a uma lógica reducionista, cuja

“delimitação” dos objetos atingiu o estágio da microscopia. Não devemos desvincular o todo das partes, nem tomar o todo como somatória das partes. Antes devemos entender as dinâmicas enquanto produto das injunções de estruturas significativas e que a produção científica e acadêmica não é imune à lógica da divisão técnica, da mercadoria e de seu ingresso no universo da cultura: a “ciência” sucumbiu à indústria cultural. O exemplo mais eloqüente é a Nova História francesa e seus objetos no campo do “imaginário”, das “mentalidades”, cuja fragmentação, além do retrocesso em relação à cientificidade da História, gera objetos ao gosto do grande público leigo, sedento pelo exótico, pelo inusitado: o sacrifício da teoria em nome das demandas do mercado editorial : basta a oferta para gerar a demanda. Mas não nos iludamos, tal contradição não é patrimônio exclusivo dos *Annales*; da microhistória para a micro-sociologia, para a microantropologia e para toda a sorte de minimalismos é uma passagem sutil e previsível, e tendo uma máxima como fundamento: limite-se ao insignificante, não ouse ultrapassar os limites da “divisão do trabalho científico”, e serás recompensado através da aceitação por seus pares!

Além da contribuição de LUKÁCS (1974), ou seja, o papel central cumprido pela totalidade social para a leitura e análise da realidade, devemos acrescentar o lugar destacado das categorias/conceitos da crítica da economia política para a apreensão dessa mesma totalidade sob o ponto de vista ortodoxo. Isto justifica nossa escolha por MANDEL , fundamentalmente “O Capitalismo Tardio” (1990). Mais precisamente, se admitimos que tal totalidade é finalmente determinada pela lógica da mercadoria é coerente eleger a teoria econômica marxiana como o pano-de-fundo que possibilita tornar o aparente caos das contradições das relações materiais/sociais em algo parcialmente cognoscível. Como pensar uma totalidade estruturada pela mercadoria tangenciando a teoria do valor-trabalho e de sua correspondência com os mecanismos e

dinâmicas de extração de mais-valia? Ou, das contradições no processo de busca dos superlucros e da elevação das taxas de lucro? Ou ainda, como identificar os movimentos do capital em relação ao seu processo de valorização e as atitudes da burguesia para tal? E, o que nos interessa mais imediatamente, quais são as injunções entre tais dinâmicas e a relação fundamental entre capital e trabalho?

Foi, mesmo que ainda num processo de construção, no “O Capitalismo Tardio” que encontramos uma sustentação teórica ortodoxa e aplicada à conjuntura atual do modo de produção capitalista. A validade e valor da análise de Mandel, embora suas elaborações ulteriores deixassem a desejar, pode ser medida por sua capacidade de oferecer uma leitura histórica do capital sem omitir a questão fundamental do caráter errático do desenvolvimento capitalista, ou seja, a partir de uma teoria das inflexões e ciclos em seu processo histórico de valorização do capital. É uma leitura coerente desse processo histórico, desde o século XIX, que possibilita estabelecer um critério de verdade e validade.

III. A ESCOLA NOS QUADROS DO CAPITALISMO TARDIO

Nesse capítulo pretende-se analisar as conexões entre a dinâmica do modo de produção capitalista, a partir do conceito de onda longa, particularmente na fase tardia do capitalismo (1940/45 - ...), e a relação dominante entre tal dinâmica e a instituição escolar. Para tanto, pensamos que seja necessário afirmar a validade do conceito de ondas longas de MANDEL (1985) e não há melhor maneira que através da coerência do conceito em sua operacionalidade, ou seja, sua capacidade de oferecer a melhor análise possível do processo histórico do desenvolvimento capitalista. Em resumo, a capacidade de compreender, mesmo que aproximadamente, e de constituir verdades (parciais, transitórias e relativas) em relação à dinâmica social e material da sociedade humana distingue os conceitos/categorias de importância daqueles cujo interesse nunca deixará de ser marginal. Assim, será dedicado um subcapítulo à História do capitalismo à luz da análise de Mandel e de sua principal contribuição: as ondas longas do capitalismo.

III.1.AS ONDAS LONGAS E O CAPITALISMO

Tentativas de constituir teorias sobre os ciclos da economia capitalista são um fato corrente. Tais tentativas abrangeram várias escolas do pensamento econômico, dos neoclássicos aos marxistas. Evidentemente, mesmo que a partir de interesses diversos, as buscas de entendimento dos ciclos do capitalismo possui correspondência com a própria realidade, ou seja, com o caráter errático do próprio desenvolvimento desse modo de produção. A negação da existência dos ciclos, geralmente, esteve associada a interesses mais políticos e ideológicos do que a busca de soluções teóricas para a análise

do modo de produção. De um lado, economistas burgueses e apologistas do capitalismo, dedicaram-se mais à busca de estruturas equilibradas, perenes, autoreguladas. Daí as teorias de equilíbrio sobre a dinâmica do desenvolvimento do capital. São aqueles que buscam uma “lei” que eternize o capitalismo²⁵. De outro lado, os ciclos são encarados como mecanismos sistêmicos, ou seja, mecanismos autocorretivos do desenvolvimento capitalista. Uma forma de assimilar ideologicamente os momentos de crise do processo de valorização do capital. Entretanto sabemos do caráter anárquico da produção e da distribuição do valor na sociedade produtora de mercadorias, que sua ação coletiva tem uma boa dose de irracionalidade, que possui momentos “prósperos” , de possibilidades de consumo e de emprego e, outros momentos, de escassez, desemprego e subconsumo. A existência dos ciclos do desenvolvimento capitalista dispensa mesmo uma demonstração empírica²⁶.

Passamos, então, à fase da busca de entendimento a respeito dos “desequilíbrios” e portanto a necessidade de análises sobre o caráter cíclico do capitalismo. MARX (1985a) estabeleceu uma associação entre os ciclos e o processo de renovação do capital fixo, especificamente a maquinaria. A busca de aumentos de produtividade ou de mais-valia exige um processo constante de renovação técnica. Sob o ponto de vista do lei do valor-trabalho, a poupança de trabalho vivo em relação à média geral de trabalho gasto significa uma elevação correspondente da taxa de lucro, ou seja, superior à taxa média de lucro obtida num determinado ramo de produção. O superlucro, portanto, é o objetivo geral da produção capitalista. Assim, a maquinaria necessita ser renovada na medida que tal renovação possibilita a elevação da mais-valia e da taxa de lucro e Marx, a partir desse processo, justificava a existência de ciclos de curta duração, entre 7 e 10

²⁵ Como por exemplo, e principalmente, Walras e sua teoria do equilíbrio geral do sistema econômico (NAPOLEONI, 1979).

²⁶ Seria impossível qualquer análise no campo da História Econômica sem levar em consideração as flutuações da economia, independente da filiação teórica.

anos (tempo médio, nas condições do século XIX, para a renovação da maquinaria). Uma crescente composição orgânica do capital com o objetivo de extrair mais mais-valia - aumento do trabalho excedente através da redução da quantidade de trabalho gasto para a produção da mercadoria - e obter um superlucro, acima da taxa média geral, são os grandes objetivos da produção capitalista. Por essa razão, além de errático, o desenvolvimento capitalista é desigual, uma desigualdade em relação ao próprio crescimento da composição orgânica de capital (proporção entre trabalho vivo e morto na produção, v/C) já que as inovações técnicas e o ritmo de rotação do capital constante (especificamente o capital fixo) não obedecem uma dinâmica uniforme, tanto em relação a um determinado ramo de produção como no plano da economia nacional e, principalmente, às relações capitalistas internacionais. Porém, se estamos diante de ritmos desiguais de desenvolvimento, tais ritmos possuem uma certa combinação em função das relações mercantis estabelecidas pela lógica da sociedade produtora de mercadorias. Esse *desenvolvimento desigual e combinado* não pode ser tratado como uma anomalia do modo de produção capitalista, ao contrário, tal dinâmica, como já afirmamos, possibilita a geração de superlucros, o *leit motiv* do capitalista.

A renovação do capital fixo torna-se possível, além de necessária, a partir de reservas acumuladas de mais-valia, ou seja, de um determinado *quantum* de mais-valia extraída pelo empresário. Durante determinado *quantum* de tempo, parte será consumida improdutivamente pelo próprio empresário; outra parte será gasta, se necessário, em adicionais de capital variável e capital circulante e finalmente, uma última parte, constituirá uma reserva para inovação, ampliação e renovação do capital fixo. Durante o período de produção abaixo do tempo médio teremos altas taxas de lucro e superlucro nas unidades e ramos produtivos que participaram desse processo de renovação, entretanto, na medida que as inovações generalizam-se, reduzindo-se o

tempo médio de produção, as taxas de lucro tendem para a média e , em casos de superprodução e subconsumo, dinâmicas de queda das taxas em razão das dificuldades na realização da mais-valia ou na sua transformação monetária.

Visto, genericamente, os mecanismos fundamentais geradores dos ciclos clássicos ou curtos, passamos aos argumentos sobre a possibilidade de constituir uma teoria econômica baseada em ciclos mais longos, que indicam tendências a longo prazo (entre 20 e 50 anos), principalmente da taxa de lucro, baseados e constituídos pelos ciclos clássicos apontados por MARX(1985a). Isso não quer dizer que o efeito causador dos ciclos clássicos (renovação do capital fixo) possa ser mecanicamente estendido para uma teoria sobre períodos longos, desconhecendo as complexidades das expansões e crises a longo prazo. Por essa razão foi em “O Capitalismo Tardio” que encontramos a teoria mais coerente dentro dos limites do marxismo ortodoxo e em relação à complexidade teórica e empírica do problema, especificamente, o conceito de ondas longas. Reconhecemos que as últimas obras do autor refletem não só suas aproximações políticas com o reformismo como apresentam apenas marginalmente as elaborações a respeito das ondas longas: o último MANDEL (1990) é da conjuntura, da análise eclética e voltado aos ciclos curtos²⁷. Entretanto, “O Capitalismo Tardio” oferece as bases de uma leitura das dinâmicas a longo prazo do desenvolvimento capitalista tendo como base teórica o método e as categorias clássicas do pensamento marxiano (taxas de lucro e mais-valia e teoria do valor-trabalho). As ondas longas mandelianas, inclusive, partem da renovação do capital fixo como um de seus elementos fundamentais – porém, é bom que se destaque, é um defensor do caráter multicausal dos ciclos e ondas, portanto, irredutíveis a um único elemento da realidade – uma renovação intensiva e que assume a forma de revolução tecnológica. Valores acumulados por vários ciclos, geralmente em momentos de superacumulação e subinvestimento, são invertidos para a

²⁷ Ver “A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista.”

revolução tecnológica das máquinas motrizes e para a elevação da composição orgânica do capital nos processos produtivos de tais máquinas. Ou seja, a “revolução na tecnologia de máquinas motrizes por meio da maquinaria” (MANDEL, 1985) produz uma transformação dos sistemas de máquinas e da própria produção (tanto no Departamento I, de produção de meios de produção, quanto no Departamento II, de produção de m

eios de consumo). Entretanto, *per se*, as revoluções tecnológicas não garantem uma explicação última para os processos econômicos de longo prazo, não se trata de uma relação formal de causa e efeito e sim uma combinação multicausal de elementos endógenos e exógenos, estruturais e conjunturais, materiais e superestruturais, que criam as condições históricas para as ondas longas e suas inflexões de crescimento ou desaceleração, e para as próprias revoluções tecnológicas e suas conseqüentes realizações no interior dos processos produtivos.

MANDEL (1985) caracteriza quatro grandes períodos ou ondas longas da história do desenvolvimento capitalista: a partir do final do século XVIII até 1847, 1848 até 1893, 1894 a 1939 e, finalmente, de 1940 até a conjuntura atual; períodos que têm como marco inicial as revoluções nos processos de produção da maquinaria motriz ou simplesmente as revoluções tecnológicas. Essas quatro ondas longas desdobram-se em oito inflexões, considerando que cada período possui dois momentos a longo prazo: de aceleração da produção e elevação da taxa média de lucro e, de desaceleração e com tendência à queda da taxa de lucro. Portanto, é a própria dinâmica da taxa de lucro que possibilita as delimitações históricas das ondas longas, e a operacionalidade de tal conceito depende, como já afirmamos, de sua aplicabilidade ao processo histórico de desenvolvimento capitalista.

A primeira onda corresponde ao impulso dado pelo próprio nascimento do modo de produção capitalista²⁸, especificamente a Revolução Industrial, a produção com máquinas ainda artesanalmente produzidas, mas com significativo avanço da indústria em relação à agricultura e às formas pré-capitalistas de produção, favorecendo a geração de superlucros. A expansão do proletariado, aliado à desagregação das formas pré-capitalistas de organização do trabalho, possibilitou a constituição de um significativo exército industrial de reserva e altas taxas de mais-valia e de lucros. A realização da mais-valia produzida no centro capitalista foi possível através da expansão do mercado mundial, particularmente a integração da América do Sul, a partir da desagregação do antigo sistema colonial. A posterior desaceleração econômica, ocorrida a partir de 1826, foi produto de uma combinação que envolveu a alta do valor do capital fixo (da maquinaria) – produto das formas ainda artesanais de produção das máquinas a vapor - a redução dos lucros em função da redução da desigualdade em relação às formas pré-capitalistas de produção na Europa ocidental – portanto, uma ampliação da utilização da máquina - e a desaceleração do mercado mundial em função do baixo poder de compra dos produtores diretos.

Uma nova onda ocorreu a partir de 1848 com a produção mecânica de máquinas, o que contribuiu para a redução do valor do capital fixo, para o aumento da composição orgânica do capital e para o conseqüente desenvolvimento da indústria de meios de produção ou capital (Departamento I), especialmente a produção mecânica de máquinas a vapor. O aumento da composição orgânica do capital produziu uma mais-valia relativa, principalmente, nos ramos de produção de meios de consumo ou subsistência

²⁸ Consideramos a Revolução Industrial como marco fundador do modo de produção capitalista tendo como base um amplo debate envolvendo uma série de autores e teóricos marxistas, principalmente a partir do debate da transição (DOBB, 1978) iniciado entre Paul Sweezy e Maurice Dobb. O período que corresponde à acumulação primitiva do capital, embora apresente elementos do modo de produção capitalista, é caracterizado pela existência dominante de elementos de transição, como a produção manufatureira, por exemplo.

(departamento II), cuja realização foi favorecida pela expansão do mercado mundial após a industrialização crescente (com a conseqüente expansão do proletariado industrial) e a expansão das linhas ferroviárias na Europa e nos Estados Unidos.

A derrota de 1848, a chamada Primavera dos Povos, um processo revolucionário de amplitude continental e desigual em relação aos protagonistas sociais, teve um peso sobre a dinâmica da economia capitalista que ainda precisa ser explorado. Do ponto de vista histórico pode ser considerado um processo divisor de águas. Refletiu, nas formações sociais mais avançadas, especialmente a França, um conteúdo já proletário embora mais na ação e no protagonismo do que no programa, o que espelhava a imaturidade política da classe. Nas formações mais atrasadas, como a Alemanha, ainda incorporou a lógica e o conteúdo das revoluções liberais/burguesas e mais conseqüentemente protagonizadas pelos setores médios urbanos. Portanto, foram processos que tanto expressaram o fim da ação histórica revolucionária da burguesia como também já expressaram o *début* do proletariado industrial como centro no palco da ação histórica. O impacto político de tal derrota para o movimento operário Marx explorou em “A luta de Classes na França” e em “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”, entretanto, a sua relação com a dinâmica ulterior da economia capitalista, durante a segunda metade do XIX, ainda merece um tratamento mais profundo.

Tal prosperidade encerrou em torno de 1873 quando uma nova combinação de fatores levaram ao refluxo da economia capitalista até pelo menos 1894. Uma das principais razões residiu na generalização da maquinaria a vapor impossibilitando a geração de superlucros, ou seja, a redução das desigualdades em relação à composição orgânica do capital nos principais ramos de produção impossibilitou que unidades produzissem abaixo do tempo médio de trabalho gasto, reduzindo as possibilidades somente ao próprio lucro médio. O aumento da composição orgânica do capital e o

aumento real do capital variável provocaram a queda do lucro médio, que a lenta queda das matérias-primas (capital circulante) não foi suficiente para compensar. A crise de superprodução foi acentuada pela relativa estagnação do mercado mundial e com as crescentes dificuldades para a realização da mais-valia. No final do período houve um subinvestimento no Departamento I (meios de produção ou de capital) em função da própria crise geral. Com relação à luta de classes, não só houve conquistas significativas como também organizativas por parte do proletariado que pode ser evidenciado através do aumento real dos salários na Europa ocidental e da formação da social democracia, já no seu sentido reformista²⁹.

A partir dos últimos anos do século XIX, o modo de produção capitalista viveu um momento de intensa prosperidade produtiva, ascensão da taxa de lucros e expansão do mercado mundial. É inquestionável a relação entre tal expansão, o imperialismo e a chamada Revolução Técnica e Científica ou II Revolução Industrial – segunda revolução tecnológica para MANDEL (1985) – entre outros fatores. A massiva exportação de capital para a periferia capitalista, especialmente a África e a Ásia, possibilitou a superação de uma série de contradições impostas ao desenvolvimento capitalista acumuladas durante a onda longa depressiva anterior. Primeiro, viabilizou um canal de inversões de capital para a produção superando, assim, os processos de superacumulação e subinvestimento produtivo do centro capitalista, principalmente em relação ao departamento I. Segundo, abriu novas áreas de extração acentuada de mais-valia e de geração de superlucros, favorecido pelo desenvolvimento desigual das formas de produção nas novas áreas de investimento. Terceiro, reduziu em termos relativos o valor do capital circulante através do emprego de novas técnicas e do

²⁹ Apesar da derrota da Comuna da Paris de 1871, que trouxe um significativo refluxo ao movimento operário europeu, a ponto de desagregar a I Internacional, o crescimento industrial, principalmente na Alemanha, produziu um proletariado suficientemente numeroso e organizado habilitado para obter conquistas materiais importantes. Foi nesse período que ocorreu a formação e o rápido crescimento do Partido Social-Democrata Operário Alemão (SPD), o maior partido operário até então.

aumento da rotação e circulação da matéria-prima, produto dos investimentos em transportes na periferia capitalista. Finalmente, expandiu o mercado mundial para a venda de mercadorias. A revolução tecnológica baseou-se na generalização da produção fabril de novas máquinas motrizes, à combustão e eletricidade, gerando uma série de transformações nos processos produtivos a partir do desenvolvimento e ampliação do departamento I, de meios de produção, como até então não havia ocorrido. Novamente, portanto, abriu-se um período de grandes inversões produtivas em busca do aumento da produtividade do trabalho, da redução do tempo de trabalho gasto, do aumento da extração de mais-valia relativa e da geração de superlucros. Outro aspecto relevante, e de um certo ponto de vista inédito até então, foi o desenvolvimento do departamento III, ou seja, dos ramos de produção de meios de destruição, de armas. Um elemento que se incorporou ao próprio processo de desenvolvimento ulterior do capitalismo e objeto de uma série de elaborações a respeito do seu papel no estímulo à acumulação de capital e na mediação dos ciclos de crise de superprodução. Assim, justifica-se o período da “paz armada” entre a Guerra Franco-Prussiana de 1871 à deflagração da I Guerra Mundial quando ocorreram grandes investimentos do Estado em armamentos. De outro lado, a crescente composição orgânica do capital, a necessidade de grandes capitais para investimentos em novas unidades produtivas, muito maiores que a média anterior, e na periferia capitalista, acentuaram os processos de concentração e centralização do capital abrindo, assim, a fase monopolista do modo de produção capitalista.

Entre 1914 e 1939 ocorreu uma abrupta queda da taxa de lucros abrindo uma nova onda longa de desaceleração, e de retrocesso em vários aspectos. A I Guerra Mundial foi nefasta para as forças produtivas acumuladas na Europa ocidental, tanto em relação aos meios de produção quanto à força de trabalho, provocada por contradições do desenvolvimento capitalista, particularmente, a superprodução e a necessidade de

acumulação de capital além dos limites das fronteiras nacionais (Alemanha). A Revolução Russa, por sua vez, não só excluiu uma importante área do comércio mundial como expressou um vigoroso ascenso da luta e organização operárias, alterando significativamente a correlação de forças entre as classes e, como em nenhum outro momento histórico, objetivando a revolução operária enquanto possibilidade no horizonte histórico imediato: a mais intensa crise revolucionária da história da sociedade capitalista que abarcou boa parte do continente europeu³⁰. O crescimento na economia norte-americana, em meio à crise global, não tardou a sentir os efeitos das dificuldades de realização da mais-valia e, conseqüentemente, da superprodução e do subconsumo de mercadorias que se expressou no “crash” de 1929. Somente uma inflexão na correlação de forças e na luta de classes, provocada pela ascensão do nazifascismo e pela deflagração da II Guerra Mundial, permitiu a superação desse momento crítico do capitalismo. Através de uma significativa elevação das taxas de mais-valia e de lucros, essa nova situação possibilitou uma nova onda longa de crescimento e a passagem para uma nova fase do modo de produção: o capitalismo tardio, que será tratado adiante.

O objetivo deste breve histórico foi demonstrar, como afirmado anteriormente, a aplicabilidade, ao processo histórico de desenvolvimento capitalista, do conceito mandeliano de ondas longas, como também o caráter multicausal e ortodoxo dessa teoria em função de sua centralidade nas categorias fundamentais da Crítica da Economia Política marxiana e na totalidade significativa do mundo da mercadoria.

³⁰ Foi esta conjuntura histórica que forjou a mais brilhante geração de marxistas e militantes operários como Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Lukács, Gramsci, Kautsky, Hilferding, Karl Liebknecht, Karl Korsch, etc, e que constituem uma referência fundamental não só para a teoria como para a *praxis* marxista.

III.2.O CAPITALISMO TARDIO E SUA CRISE.

A atual fase do modo de produção capitalista constitui-se num objeto de análise necessário para qualquer tentativa de compreensão do papel ocupado pela Escola na sociedade. Se, em função da própria pressão da realidade, os estudos sobre as dinâmicas atuais do modo de produção capitalista aumentaram, seu ecletismo e superficialidade não geraram um avanço teórico significativo além da constatação das contradições mais aparentes do sistema. Creditamos tal situação ao próprio distanciamento das bases ortodoxas da Crítica da Economia Política (MARX, 1985a), basicamente da lei do valor-trabalho, das taxas de lucro e mais-valia, acrescido da difusão de correntes de análise mais geradoras de confusão que esclarecedoras dos processos, como é o caso da escola regulacionista.

Uma questão prévia e fundamental diz respeito à nossa caracterização do capitalismo tardio como uma fase de acirramento da crise estrutural do próprio modo de produção. Isso nos remete a uma análise da história recente da sociedade produtora de mercadorias e à questão central da capacidade atual do sistema em desenvolver as forças produtivas.

Inicialmente devemos considerar as forças produtivas como um conceito extremamente dinâmico e como uma das mais importantes contribuições da obra marxiana. Porém, a vulgarização realizada pelo stalinismo, principalmente durante a Guerra Fria, reduziu a riqueza e complexidade do conceito ao mero desenvolvimento técnico/tecnológico³¹. SARTRE (1978), no ensaio já citado – “A Questão de Método” – levantou no âmbito filosófico a necessidade de superar tal reducionismo e humanizar o

³¹ Uma concepção que serviu de justificativa para os planos de rápida industrialização baseada na coletivização forçada no campo, na burocratização do gerenciamento e planejamento fabril e na mais acentuada repressão política empregada por Stalin e pela burocracia de Estado.

tratamento do conceito. Sem dúvida que tal colocação procede, pois o Homem em sua expressão mais criativa e essencial, o trabalho, não pode ser marginalizado de qualquer análise que tenha o próprio Homem e seu desenvolvimento; no sentido mais amplo, desde sua capacidade de reprodução material até às formas mais elevadas de sua existência intelectual, como a ciência; como centro e fim. Portanto a articulação entre a capacidade da força de trabalho, os objetos de trabalho e os meios de trabalho não deve limitar-se à consideração dos avanços “técnicos” deslocados da totalidade social e histórica, como se o desenvolvimento, ou não, das forças de produção constituísse numa somatória dos conhecimentos técnicos e de sua aplicação à produção. Esse reducionismo implicou em erros significativos e geradores de imensa confusão. Primeiro, como ideologia instrumental da burocracia stalinista: como ideologia de sustentação da política econômica interna, da industrialização a qualquer custo e da coletivização forçada; independente dos níveis de consciência e experiência histórica das massas, do caráter desigual e combinado do processo revolucionário e das diretrizes de Lenin a partir da NEP - e nesse sentido merece menção as considerações de Robin BLACKBURN (1992) - em seu debate sobre as revoluções políticas do leste europeu e as relações entre a propriedade privada e coletiva no processo de transição para o socialismo³². Segundo, com relação à política externa da burocracia dos Estados operários. A teoria da revolução por etapas também constituiu-se numa derivação da concepção tecnicista das forças produtivas, que condicionou a possibilidade da revolução social ao grau de desenvolvimento tecnológico e industrial e às conseqüentes “frentes” políticas com setores das burguesias nacionais, “progressistas”, a chamada frente popular.

³² Ver BLACKBURN, Robin. O Socialismo Após o Colapso. In BLACKBURN, Robin (org). Depois da Queda. São Paulo, Paz e Terra, 1992

Superado o teor ideológico dado pela burocracia, duas questões prévias são intangíveis no que diz respeito ao processo dialético de desenvolvimento das forças produtivas. Primeiro, como muito bem levantou Perry ANDERSON (1995) em seu clássico “Linhagens do Estado Absolutista”, a técnica, *per se*, não possui valor histórico. Sua validade corresponde apenas ao seu papel em relação à capacidade produtiva de uma dada sociedade, ou seja, o conhecimento técnico só é historicamente significativo se seu uso na produção for generalizado. Se não, efetivamente, o conhecimento não se transforma em tecnologia, não desempenha um papel significativo na sociedade e assim limita-se, de forma abstrata, a setores sociais restritos sem que sua existência altere o processo social de reprodução material. Segundo, o conhecimento, mesmo transformado em tecnologia, não necessariamente desempenha um papel civilizatório porque é fundamental a diferenciação entre forças de produção e destruição. Veremos mais adiante como o desenvolvimento do Departamento III integrou-se estruturalmente ao desenvolvimento capitalista, tanto no sentido de mediar temporariamente a tendência à queda da taxa de lucros – como elemento de fomento direto do Departamento I e indireto do Departamento II - e como “fonte” da pesquisa tecnológica e, portanto, geradora de renda tecnológica (o monopólio do conhecimento e da ciência por parte de grupos econômicos privados).

MANDEL (1985) não fugiu da questão e, apoiado em Lenin, sustentou a seguinte posição: a incapacidade de desenvolver as forças produtivas do capitalismo tardio reside na incapacidade de desenvolvê-las plenamente, e mais, nesse momento um crescente contingente da humanidade está à margem dos desenvolvimentos técnicos mais elementares³³. Podemos considerar, portanto, que as forças de produção, enquanto

³³ Um dos casos mais notórios é da grande indústria químico-farmacêutica que destina a maioria de seus recursos para pesquisas e produção de produtos para a estética ou para doenças comuns nos setores médios e abastados, enquanto, as chamadas “doenças dos pobres”, recebem recursos insignificantes

aspecto fundamental da sociedade produtora de mercadorias, e como variável da dinâmica dessa mesma sociedade, também possui um caráter desigual e combinado em seu desenvolvimento. Se de um lado, o capitalismo tardio apresenta como uma de suas características principais um incomparável crescimento da composição orgânica do capital e grandes investimentos na pesquisa tecnológica e científica, de outro lado, aprofundou-se, entre outras contradições, a contradição entre o caráter social do trabalho intelectual produtor de ciência e tecnologia e a apropriação privada do conhecimento, sua utilização como instrumento gerador de superlucros e renda tecnológica para o capital monopolista. Portanto, aqui, estamos diante de uma expressão atual da contradição estrutural entre a produção social da riqueza e sua apropriação privada pelo capital. Reafirmamos, portanto, que a crise do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo tardio tem um duplo caráter: primeiro, o capital tem se mostrado incapaz de realizar as forças de produção potencialmente existentes, como por exemplo, no campo da automação da produção; segundo, a brutal desigualdade de acesso às forças de produção, principalmente em relação aos amplos e crescentes setores excluídos da produção e do consumo. Em resumo, a crise estrutural de desenvolvimento das forças produtivas não deve ser confundida com a incapacidade absoluta de desenvolvê-las.

Na medida que avalia-se os processos de acirramento das contradições estruturais do modo de produção capitalista torna-se necessário relacioná-los à dinâmica do capitalismo tardio, enquanto uma fase desenvolvida e ulterior do capitalismo monopolista. Relacionar o fato que, pelo menos desde a I Guerra Mundial, acentua-se cada vez mais o caráter exógeno dos elementos geradores das conjunturas a longo prazo de crescimento e, por sua vez, os fatos endógenos geradores de crise do modo de

apesar e independente da necessidade social (tuberculose, malária, doença do sono, anemia, doença de chagas, etc).

produção. Um quadro que corrobora as crescentes dificuldades em promover a elevação das taxas de lucros a partir, exclusivamente, dos mecanismos de reprodução do modo de produção e o crescente peso das contradições internas sobre o mesmo processo de reprodução ampliada. Essa tendência vem valorizar, de forma decisiva, a correlação de forças e a luta de classes para o atual processo histórico. A variável fundamental gira em torno da extração de mais-valia e o sucesso, ou não, da burguesia nessa empreitada, como em nenhum outro momento histórico. Nunca foi tão necessário, para a burguesia, a capacidade de pender a balança do conflito capital/trabalho a seu favor.

O capitalismo tardio (MANDEL, 1985), enquanto uma fase ulterior do capitalismo monopolista, constituiu-se em seus elementos mais marcantes a partir da última década de 40, quando uma combinação de aspectos da realidade favoreceram um aumento significativo da taxa de mais-valia na Europa e nos EUA. Fatores exógenos possibilitaram um aumento significativo da mais-valia e o início de uma onda longa predominantemente de expansão até pelo menos meados da última década de 60. Tais fatores tiveram relação direta e indireta com a luta de classes, especificamente, a II Guerra Mundial, o nazifascismo, a derrota da revolução operária (revoluções alemã, húngara, italiana e espanhola) e a conseqüente e significativa alteração da correlação de forças na Europa (também nos EUA em função do pacto entre o Estado e o sindicalismo, em torno da economia de guerra).

A taxa de mais-valia pode ser elevada através de vários mecanismos: como o aumento da produtividade através da inovação técnica, que possibilita reduzir a quantidade necessária de trabalho em relação à jornada total; através do aumento da intensidade do trabalho, principalmente através de métodos de racionalização; através da queda do salário real e em situações extremas, através do prolongamento da jornada laboral. A conjuntura que envolveu o nazifascismo e a II Guerra produziu um salto

significativo da extração de mais-valia através de todos os mecanismos realizados de forma concomitante, o que é raro do ponto de vista histórico, ou seja, foi atingido *o mínimo físico dos salários e o máximo físico da jornada de trabalho*. Uma realidade possível em função da correlação de forças entre as classes, a luta de classes que, no capitalismo, determina a distribuição do valor social entre capital e trabalho. O reduzido exército industrial de reserva, que poderia ser um mediador da superexploração do trabalho, foi compensado por medidas coercitivas pelo nazifascismo e pela economia de guerra. Assim, a partir da acumulação de valor e capital produzida na época, foi possível realizar grandes inversões produtivas, elevar a taxa de lucros e promover uma nova revolução tecnológica que sustentaria, mais ou menos, trinta anos de prosperidade capitalista - mesmo que, de fato, reduzido à Europa ocidental e aos EUA. Em síntese, constituiu-se um período de altas taxas de lucros sustentadas pela crescente aumento da mais-valia relativa, ou acumulada durante e imediatamente após a II Guerra, portanto, também um período de crescente composição orgânica de capital.

No quadro multicausal das ondas longas no capitalismo tardio, cumpriu um papel importante o desenvolvimento do Departamento III que, como já afirmamos, integrou-se ao processos de valorização e reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Sua vantagem está no fato que “produz mercadorias que não entram no processo de reprodução dos elementos materiais de produção, não são intercambiáveis com esses, como o consumo improdutivo pela classe capitalista” (MANDEL, 1985). Portanto, cumpre um importante papel mediador da tendência à queda da taxa de lucros e da superprodução de mercadorias. Além disso, possibilita a mobilização e, conseqüentemente, a valorização dos capitais excedentes permitindo, diretamente, o aumento da produção no Departamento I e, indiretamente, do Departamento II. Porém, seu desenvolvimento não pode deixar de ser considerado apenas como *mediador* da

crise estrutural do capitalismo, incapaz de solucionar as contradições que pressionam o modo de produção para a superprodução e o subinvestimento produtivo, principalmente em relação aos desequilíbrios entre os principais setores da economia, os setores de produção de meios de produção e de meios de consumo. O modo de produção capitalista e seu objetivo fundamental tendem, como afirmava MARX (1985a), a gerar uma demanda de bens de capital ou meios de produção por parte de Departamento II maior que o poder de compra gerado pelo Departamento I ou, mais precisamente, os investimentos em capital fixo – seja pela simples amortização do capital fixo em uso no processo de produção, seja através da parcela da mais-valia destinada à renovação técnica – no setor de produção de meios de consumo é superior aos gastos em capital variável (para a reprodução da força de trabalho, basicamente) e aos gastos a partir da mais-valia produzida com força de trabalho adicional e consumida improdutivamente:

$$IIc + IIs\beta > Iv + Is\alpha + Is\gamma,$$

Sendo **v** o capital variável, **c** o capital fixo (como parcela do capital constante) e **sα**, **sβ**, **sγ** respectivamente, a mais-valia consumida improdutivamente, como capital fixo adicional e força de trabalho adicional. Como afirma MANDEL, para que o Departamento III superasse tal contradição seria necessário que

$$IIc + IIs\beta + IIIc + IIIs\beta = Iv + Is\alpha + Is\gamma + IIIv + IIIs\alpha + IIIs\gamma$$

Ou seja, que a demanda de bens de capital gerada pelos Departamentos II e III fosse equivalente ao poder de compra gerado pelos Departamentos I e III. Entretanto, isso somente seria possível se

$$IIIv + IIIs\alpha + IIIs\gamma > IIIc + IIIs\beta$$

Ou seja, somente se a composição orgânica do capital fosse decrescente no setor produtor de meios de destruição, o que ultrapassa todos os limites da realidade, pois estaríamos criando uma ficção na medida que tal fato contraria, absolutamente, a lei do valor-trabalho na reprodução ampliada, ou seja, a busca de diferenciais na produtividade do trabalho como *leit motiv* para a geração de superlucros e tempos de trabalho gastos abaixo da média social.

Outro fator a ser considerado a respeito do Departamento III é o seu peso no orçamento do Estado. Levando em consideração que os recursos públicos, em grande dimensão, são formados por uma parcela da mais-valia redistribuída e por parcela confiscada dos salários, ou seja, a “arrecadação”, no sentido quantitativo, depende da dinâmica da economia capitalista. Conjunturas de refluxo da taxa de lucros e dos salários reais transformam o Estado num elemento de fomento da economia a partir do seu próprio endividamento, o que deve ser considerado como mais um elemento da crise sistêmica. O peso da dívida pública é um limite objetivo para a expansão do Departamento III.

A onda longa expansiva do capitalismo tardio esteve, como as anteriores, associada a um processo de revolução tecnológica, considerada como a III Revolução Tecnológica por MANDEL(1985), que foi responsável por definir as principais características da produção nessa fase. Baseada nos avanços da Física quântica (energia nuclear) e da eletrônica promoveu, como as demais, mudanças nos processos produtivos. A principal foi a aceleração qualitativa da composição orgânica do capital, proporcionado pelas novas técnicas de produção, de uma capacidade qualitativamente

superior, e motivado pela busca de superlucros a partir dos diferenciais de produtividade. A redução do tempo médio de produção, como em nenhum outro momento, tornou-se uma condição de sobrevivência para as unidades produtivas, o que impulsionou a velocidade de rotação do capital fixo. Portanto, além de um aumento de rotação, com a correspondente diminuição da vida útil do capital fixo, houve um significativo aumento da participação e dos gastos com o capital constante como um todo. A ciência e a pesquisa, que ainda no período monopolista integraram-se à produção capitalista, agora são uma fonte privilegiada de investimento como também de lucro. Diretamente, a pesquisa proporciona os meios necessários para a rápida aceleração da composição orgânica do capital e, em última instância, da extração de mais-valia relativa; indiretamente, *per se*, é geradora de lucros, ou melhor, de renda tecnológica proporcionada pelo monopólio de tecnologias pelos grandes grupos capitalistas e garantido através de uma série de mecanismos de regulamentação da propriedade intelectual³⁴. Por essa razão a proporção de mais-valia apropriada de outras empresas ou setores da economia tende a rivalizar, relativamente, com a mais-valia extraída no interior da unidade produtiva, principalmente a partir do desenvolvimento e ampliação do uso dos computadores e *softwares*. O Vale do Silício, por exemplo, depende menos da exploração direta de sua força de trabalho do que da apropriação da mais-valia produzida nas unidades e empresas usuárias de sua tecnologia.

Também associado à terceira revolução tecnológica foi a ampliação do processo industrial à todos os ramos da economia, os improdutivos, de distribuição, serviços e reprodução. A acentuada divisão técnica do trabalho (encontrada no interior da empresa) e o generalizado uso da maquinaria deixaram de ser características exclusivas

³⁴ Apesar de Mandel não esclarecer a questão, a utilização do significativo renda, ao contrário de lucro, deve-se ao fato de não haver extração generalizada de mais-valia, ou seja, a unidade produtiva Microsoft funciona com uma parcela diminuta de trabalho intelectual, ou seja, uma forma qualitativa de extração da mais-valia.

das unidades produtoras de mercadorias, ou seja, a socialização do trabalho não possui mais “fronteiras” e estendeu-se a quase toda atividade econômica através da generalização racionalizada do trabalho coletivo e do aumento do capital fixo. Algo que, de uma certa forma, torna a questão da sociedade pós-industrial e o “fim” do proletariado mais um inútil exercício de ficção científica do que uma importante síntese realizada a partir de rigorosa análise empírica, pois a ampliação das atividades associadas à produção de mercadorias não pode ser confundida com desindustrialização e desproletarização, e sim como a própria generalização dos métodos produtivos da sociedade produtora de mercadorias e, portanto, da generalização do trabalho coletivo racionalizado, tal qual a fábrica. Um processo que advém da própria necessidade de elevar as taxas de mais-valia e lucros através dos mais variados mecanismos de realização, ou seja, para o modo de produção capitalista não basta a geração de mais-valia, também é fundamental a realização da mais-valia através da venda da mercadoria e, portanto, sua transformação monetária. No capitalismo tardio, tal necessidade expressou-se através de uma qualitativa ampliação dos setores de serviços e distribuição que inclui, entre outros, os ramos de transporte, comércio, crédito, propaganda e *merchandising*, reprodução da força de trabalho, etc, ou seja, todas as atividades que acelerem a circulação das mercadorias e sua realização monetária. Esses setores desempenham um papel destacado para a elevação da taxa de lucros e são remunerados através da redistribuição da mais-valia gerada pelos setores produtores de mercadoria que, embora abdicuem de uma parcela da mais-valia, são compensados pela aceleração da rotação da mercadoria e pela realização da mais-valia gerada na produção. Além disso, os setores improdutivos, com o aumento dos riscos e do subinvestimento na produção de mercadorias, tornaram-se atrativos para o grande capital monopolista como alternativa à supercapitalização³⁵. Principalmente em função da existência de atividades

³⁵ Consideramos supercapitalização como o processo pelo qual o capital acumulado, não dispendo de

ainda sub-industrializadas nesse setor, favorecendo a geração de superlucros³⁶, ou em resumo, em função das possibilidades do desenvolvimento desigual e combinado da economia. Mais adiante, demonstraremos como a reprodução da força de trabalho e a instituição escolar não fogem dessa lógica.

O aumento da capacidade de produção proporcionado pela crescente composição orgânica do capital e a expansão dos setores envolvidos com a realização monetária da mais-valia elevaram continuamente a necessidade histórica de consumo, principalmente no centro capitalista: é a constituição da sociedade de consumo ampliado. Como afirmou MARX (1985a), o valor do trabalho é constituído por dois elementos: a própria reprodução física da força de trabalho, o elemento fisiológico, e o elemento histórico/moral, ou seja, padrões e níveis de consumo adquiridos, principalmente, a partir de conquistas através da luta de classes ou, conjunturalmente, a partir de concessões feitas pelo capital em momentos de grande demanda de força de trabalho. Durante a onda longa expansiva do pós-guerra houve um relativo aumento dos salários reais, provocado, principalmente, pela redução do exército industrial de reserva na Europa ocidental e nos EUA, aumentando o poder geral de compra do proletariado. Aliado à necessidade de realização da mais-valia, o crescimento dos setores de distribuição e serviços consolidou o capitalismo como a sociedade da mercadoria e do consumo, por excelência, e a humanidade reduzida a apenas duas dimensões: o produtor alienado da compreensão e gerenciamento do processo produtivo e, na medida do possível, ávido consumidor de mercadorias na busca da dessublimação do prazer através do consumo. No capitalismo tardio a lógica do fetiche da mercadoria foi levada ao

condições para sua inversão produtiva e geradora de superlucros, concentra-se em atividades especulativas ou improdutivas, não geradoras de valores de uso.

³⁶ Neste caso, não através da extração direta de mais-valia, mas como produto do processo de redistribuição de mais-valia.

máximo, *tudo é ou será mercadoria*, e as relações humanas agressivamente reificadas e fetichizadas.

Porém, se o triunfo nazifascista sobre a revolução operária e a economia de guerra proporcionaram os “anos dourados” do capitalismo através de uma violenta extração da mais-valia, esse crescimento não poderia ser perene e indiferente às contradições endógenas e estruturais do modo de produção. Por volta de 1967 a onda longa de expansão começa a dar sinais de esgotamento e uma nova fase do capitalismo tardio abriu-se através de uma onda longa de tendência depressiva. As razões para a dificuldade a longo prazo da valorização do capital foram *determinadas* pelas intangíveis leis do valor e da queda tendencial da taxa de lucros.

Considerando, como afirmou Mandel, que (...)“a lei do valor opera diretamente por meio do valor de troca das mercadorias apenas no contexto da produção simples de mercadorias. No modo de produção capitalista, essa lei é mediada pela equiparação das taxas de lucro – em outras palavras, pela concorrência dos capitais”(MANDEL, 1985). Portanto, é através dos diferenciais de produtividade que a lei do valor se expressa no capitalismo tardio, acentuando uma contradição central desse modo de produção:

A pressão concorrencial permanente para que se reduzam os preços de custo, para que se aumente a produtividade do trabalho, para que se socialize o trabalho, para que se aperfeiçoe a maquinaria e para que se eleve a composição orgânica do capital manifesta-se inevitavelmente por um *crescimento desproporcional dos valores de uso*. Os “muitos capitais” são assim compelidos a uma expansão permanente e artificial do mercado, e à extensão das necessidades das massas. Enquanto todo capitalista individual gostaria de restringir o consumo de “seus” trabalhadores, a classe capitalista como um todo deve ampliar o mercado de bens de consumo e, ao mesmo tempo, assegurar a valorização do capital. (MANDEL, 1985, pg.399)

Em outras palavras, o aumento da composição orgânica do capital nos Departamentos I e II leva à crescentes dificuldades de realização da mais-valia em função da contradição entre o ritmo de elevação da massa de capital variável e a demanda de meios de produção gerada pelo ramo de produção de meios de consumo. A busca por produtividade acima da média, que implica em constante alteração na

proporção entre o capital constante e o variável – a substituição do trabalho vivo pelo morto – pressiona o modo de produção capitalista para a superprodução e o subconsumo. A partir dessa contradição, finalmente determinante, e inerente à concorrência capitalista, advêm um quadro amplo de crise estrutural e sistêmica. As forças produtivas, por exemplo, o principal parâmetro do desenvolvimento econômico e histórico/social, encontra-se numa situação de desenvolvimento contraditório e, em seu sentido geral, regressivo. Primeiro, porque o capitalismo tem-se mostrado incapaz de realizar produtivamente as forças de produção potencialmente desenvolvidas. Hoje, unidades produtivas plenamente automatizadas são potencialmente possíveis que, numa outra ordem social, socialista, teria o significado histórico da superação do trabalho pelo Homem. No capitalismo, o desenvolvimento da humanidade é produto dos limites impostos pela contradição entre o desenvolvimento social do conhecimento, da técnica, da ciência e sua apropriação privada pelo capital, sua realização produtiva condicionada pela taxa de lucros. Segundo, os avanços tecnológicos, pelo menos desde a II Guerra Mundial, em grande parte estão associados, direta ou indiretamente, às pesquisas no Departamento III. Mesmo após a Guerra Fria os investimentos capitalistas no desenvolvimento das forças de destruição não diminuíram, ao contrário. Por exemplo, para o orçamento de gastos pelo Departamento de Defesa dos EUA, previsto para 2002, haverá um aumento de 33 bilhões de dólares, somando um total de 329 bilhões de dólares. Algo superior à renda total da África subsaariana (soma de salários e lucros). Uma região de aproximadamente 600 milhões de habitantes, 11% da população mundial, ou correspondente, aproximadamente, a 6,5% da renda total dos chamados países pobres (“Terceiro Mundo”, Leste europeu e ex-URSS), que representam cerca de 85% da população mundial. Tamanha irracionalidade atinge proporções ainda mais graves quando verificamos o reaparecimento de moléstias contagiosas em partes

significativas do globo: cólera, febre amarela e a malária na África subsaariana; a malária e a dengue na América Latina; e as pestes bubônica e pneumônica na Índia. Sendo que em todas as situações é progressivamente endêmico. A situação mais alarmante é a pandemia da AIDS, principalmente na África, onde vivem 25 milhões de doentes ou soropositivos. Apenas na África do Sul 4,7 milhões, um em cada nove habitantes possui a doença ou contraiu o vírus. Entretanto, esses dados representam apenas parte do quadro da barbárie. Apenas com os recursos disponíveis atualmente pela ciência médica, seria possível, como mínimo, melhorar e prolongar a qualidade de vida dessa população. Mas mecanismos “legais” criados pelo capital e pelos grandes monopólios farmacêuticos, como a “propriedade intelectual” e os regimes de patentes, impedem o acesso aos recursos médicos mais elementares. Nunca, historicamente, constatou-se tal corroboração de uma das teses marxianas fundamentais: a crise das relações sociais de produção como obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, e particularmente, a realização e a generalização das forças produtivas potencialmente desenvolvidas. Florestan Fernandes, em um de seus últimos artigos para um jornal de grande circulação, utilizou a expressão *capitalismo com barbárie*. Talvez chegou o momento de elevar essa expressão à condição de conceito chave para compreender a atual dinâmica do modo de produção capitalista.

As desigualdades sociais e internacionais, em mais um exemplo, têm-se aprofundado num ritmo impar:

Enquanto os países ricos (onde vivem aproximadamente 15% da população mundial) controlam 80% do total da renda mundial, o grupo dos “países de baixa renda” (56% da população mundial, incluindo as da Índia e China), com mais de 3 bilhões de habitantes, recebeu, em 1993, aproximadamente 5% do total da renda mundial, percentual menor que o PIB da França e seus territórios ultramarinos. Com uma população de mais de 600 milhões, a África subsaariana como um todo apresenta aproximadamente a metade do PIB do estado do Texas. (CHOSSUDOVSKY, 1999)

Tamanha desigualdade na distribuição mundial de renda deve-se a dois fatores básicos: primeiro, a crescente troca desigual no mercado global, determinado, em última

instancia, pela troca desigual de quantidades de trabalho, ou seja, os países semicoloniais não possuem a capacidade de desenvolvimento da composição orgânica do capital do centro capitalista. Segundo, o mecanismo das dívidas públicas interna e externa tem promovido não só um constante fluxo de capital da periferia para o centro como também, e principalmente, tem comprometido a soberania econômica e política das semicolonias através dos programas de ajustes estruturais (PAEs), aplicados pelas instituições de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial e mais recentemente a OMC).

O total pendente da dívida de longo prazo dos países em desenvolvimento (de acordo com fontes oficiais e privadas) era de aproximadamente US\$62 bilhões em 1970. Ele cresceu sete vezes no curso dos anos 70, atingindo US\$481 bilhões em 1980. A dívida total (incluindo a de curto prazo) era de mais de US\$2 trilhões em 1996, um aumento de 32 vezes em relação a 1970. (CHOSSUDOVSKY, 1999)

Através da “austeridade orçamentária”; que significa a redução dos gastos públicos para a obtenção de superávit para o pagamento do serviço a curto prazo do montante da dívida; da desvalorização monetária, cujo controle fugiu aos bancos centrais na medida do atrelamento das moedas nacionais ao dólar (marco e euro em alguns casos), da liberalização do comércio que, além das trocas desiguais, promove o fim ou a incorporação dos capitais nacionais. O processo de privatização das empresas públicas através de valores de venda e leilão ao gosto das instituições financeiras internacionais - como a vasta utilização de títulos da dívida pública por seu valor escritural e não de mercado – vão oferecer novos setores para a extração de lucros e superlucros. E, obviamente, não poderíamos esquecer do fundamental: a desindexação dos salários, um dos principais mecanismos, além da ampliação dos exército industrial de reserva, para promover a desvalorização da mercadoria-trabalho. Na maioria dos países do “Terceiro Mundo” houve uma queda dos salários reais em mais de 60% nos setores modernos da economia . Portanto, estamos diante de uma ofensiva histórica, política e econômica, do centro contra a periferia capitalista.

Entretanto, a desigualdade não se limita à relação entre centro e periferia capitalistas, e também não é propriedade particular dos países de “baixa renda”. Nos países imperialistas a miséria já não é uma imagem longínqua, típica dos desvalidos do “Terceiro Mundo”, e já constitui um elemento insofismável do cotidiano. Hoje, nos EUA, um em cada cinco norte-americanos vive abaixo da linha de pobreza, ou seja 20% da população. O *homeless** já é uma figura típica dos grandes centros urbanos, sem mencionar os “grandes condomínios” para as minorias étnicas nos bairros mais pobres e violentos das grandes cidades, principalmente, do leste dos EUA. Na Europa ocidental, os índices de desemprego aumentam ano a ano, e na Europa oriental um acelerado processo de “terceiro-mundização” segue a passos cada vez mais largos. Segundo o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (Berd), o PIB da ex-URSS foi em 1998 o equivalente a 65% do PIB de dez anos atrás, São Petersburgo possui 50 mil *homeless* e 20 milhões de russos ganham menos de 31 dólares por mês. Particularmente, o caso da Ucrânia é ainda mais grave pois seu PIB equiivale apenas a 35% em relação a 1989; na Europa oriental como um todo, incluindo a Rússia, de 1988 até meados dessa década o número de pobres saltou de 10 milhões para 145 milhões, de acordo com o próprio Banco Mundial³⁷.

Esses são apenas alguns indicadores das contradições apontadas pela atual onda longa depressiva, contradições que devem ser encaradas como expressões da crise estrutural do modo de produção capitalista. É necessário lembrar que as ondas longas são constituídas pelos ciclos clássicos (de crescimento e recessão), o que implica na possibilidade do surgimento de ciclos de crescimento na atual conjuntura, entretanto, de uma duração e intensidade menores que os ciclos de crise e recessão.

* o sem-teto urbano.

³⁷ CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo, Moderna, 1999.

Muitos questionam o possível caráter estrutural da atual crise do capital; evidentemente que trata-se de uma hipótese por nós valorizada, no entanto, os elementos mais relevantes da realidade material/social têm mais qualificado tal hipótese, progressivamente confirmando-a como um elemento central em qualquer análise global. Não apenas pelos dados apontados acima mas, muito mais, pela própria capacidade do capital, como um todo, de superar a atual crise, que se arrasta por décadas. Se MANDEL (1985) tem razão ao afirmar que a tendência do surgimento das ondas longas de crescimento depende mais de elementos exógenos que endógenos ao atual modo de produção – o que ocorre inversamente no caso das ondas longas depressivas – então o capitalismo tem demonstrado uma debilidade muito superior ao mais pessimista de seus apologistas. Isto porque, no mínimo, dois grandes e significativos processos políticos e exógenos, apesar de sua importância, *não* interromperam a atual tendência a longo prazo de taxas de lucros decrescentes. Primeiro, foi a derrocada dos Estados operários burocratizados a partir de 1989, que não só eliminou uma “alternativa” como tornou o modo de produção capitalista absolutamente hegemônico mundialmente³⁸. Possibilitou, conseqüentemente, a abertura de uma vasta área geográfica, provida de força de trabalho especializada e de meios de produção razoavelmente utilizáveis, que o capital mostrou-se incapaz, pelo menos nesses últimos 12 anos, de incorporar ao seu processo de valorização e acumulação. A Europa oriental, hoje, está sob controle de máfias e de uma *lumpemburguesia* derivada da antiga *nomenklatura* que estão promovendo um verdadeiro saque à propriedade estatal - somente na República Checa; menina dos olhos da “reconstrução”, juntamente

³⁸ A rigor, a expressão “socialismo real”, tão difundida na academia e, infelizmente, nas escolas, é um equívoco. Devemos analisar a Revolução Russa e a constituição do “bloco socialista” considerando, o mais profundamente possível, o seu processo de gênese histórica. Mais precisamente, a constituição desses Estados e dessa experiência não pode ser dissociada do *Termidor* da Revolução Russa e sua conseqüente burocratização. TROTSKY(1980) estabeleceu a importante relação entre o golpe girondino do Diretório em 1795, durante a Revolução Francesa, com a ascensão de Stalin e seu grupo social na URSS. Por esta razão “A Revolução Traída” constitui-se numa obra que necessita ser revisitada para uma melhor análise dos processos de revolução política no leste-europeu em 1989.

com a Polônia; 80% do PIB anual é extraviado para o mercado negro (CHOSSUDOVSKY, 1999). Segundo, é inegável que o colapso da URSS, e da forma como ocorreu, deixou sérias seqüelas na superestrutura de esquerda, operária e popular: o stalinismo levou algo mais para o túmulo que seu próprio cadáver! A superestrutura de esquerda sentiu a ruína do “socialismo real” e isso provocou processos de direitização, de adaptação e até de adesão (é o caso dos trãnsfugas, que não foram poucos). Assistimos uma tragicomédia, e continuamos assistindo, cujo tema é um sonoro *mea culpa*, para que todos ouçam, seguido de toda ordem de capitulações, de oposição dócil e “propositiva” à ordem capitalista/burguesa (tanto com relação às organizações sindicais, partidárias ou do chamado movimento popular). No campo da oposição antisistêmica encontramos movimentos desordenados, voluntaristas e marginais que colaboram para uma correlação de forças favorável à burguesia.

É sem dúvida um quadro, em tese, favorável à retomada de um processo a longo prazo de elevação das taxas de lucros. A possibilidade, em função dos citados elementos exógenos, de transitar de uma onda longa depressiva para uma de crescimento. Entretanto, não é isto que se vislumbra no horizonte. Contrariamente, a atual onda longa depressiva dá mostras de um crescente vigor e o capitalismo, nessa sua fase tardia, um frágil sistema cuja dinâmica altera-se ao sabor dos humores das bolsas de valores e do capital especulativo.

III.3.CAPITALISMO TARDIO E LUMPENIZAÇÃO.

Uma de nossas principais hipóteses levantadas neste trabalho é o processo de lumpenização da sociedade. Esse processo tem íntima correspondência com a crise estrutural do capitalismo e o prolongamento da atual onda longa depressiva. Desde

MARX (1985a) sabemos que o valor da força de trabalho é essencial para a manutenção e elevação da taxa de lucros e o principal mecanismo utilizado no capitalismo para depreciar a mercadoria-trabalho é a constituição do exército industrial de reserva, ou seja, através do aumento da oferta de força de trabalho. Atualmente, e desde meados da década de 70, o exército industrial de reserva vem aumentando globalmente, e em grande parte, esse aumento tem sido deliberado e induzido pelo capital. Várias são as razões, os interesses e os mecanismos catalisadores desse processo.

Inicialmente, o aumento do exército industrial de reserva tem relação indireta com a luta e a correlação de forças entre as classes sociais. A partir de meados dos 60 o capitalismo, além de sentir os primeiros sintomas da queda do crescimento econômico, sentiu o peso do pleno emprego - principalmente na Europa ocidental onde a política keynesiana de aumento da demanda foi mais intensa - e a valorização e aumento reais dos salários (principalmente através do mecanismo também keynesiano do salário indireto). A resposta do capital não poderia ser outra que a indução do desemprego e a conseqüente elevação do exército industrial de reserva. Com o fim dos *anos dourados* e o início da atual onda longa depressiva, tornou-se de importância vital gerar um aumento significativo da oferta da força de trabalho como meio de compensar as quedas nos lucros. Já afirmamos que os processos transitórios das ondas longas são acompanhados por processos de acirramento da luta de classes e a última transição ocorrida a partir da segunda metade dos 60 não foi exceção. As mobilizações na Europa e nos EUA contra a intervenção norte-americana no Vietnã, o movimento da contracultura como um todo, o Maio de 68 na França (principalmente sua expressão operária), o movimento feminista, o movimento negro nos EUA (principalmente os *black panthers*), os movimentos de independência e anti-imperialistas na África e na Ásia (principalmente o Vietnã), a Revolução dos Cravos em Portugal, o aprofundamento da

Revolução Cubana, o guerrilherismo na América Latina, o fortalecimento dos sindicatos e as expressivas votações dos PCs na Europa ocidental e, principalmente, a primeira derrota militar do imperialismo norte-americano são elementos que apontavam para uma clara correlação de forças desfavorável ao capital.

Portanto, foi uma combinação de elementos endógenos (queda da taxa de lucros) e exógenos (luta de classes) que levaram o capital a reconstruir o exército industrial de reserva tanto no centro como na periferia capitalistas. Assim a burguesia lograva dois objetivos: primeiro, elevou a curto prazo a taxa de mais-valia; segundo, através do desemprego, buscou alterar a correlação de forças a seu favor diminuindo o afã e o ritmo da luta operária, a classe capaz de assumir o controle da produção e da riqueza socialmente produzida. Do início da onda longa depressiva até o momento o exército industrial de reserva vem aumentando globalmente e, mais recentemente, mais intensivamente a ponto de constituir-se em mais uma contradição da atual crise do modo de produção. Algo que podemos comparar à inflação, que até certo patamar constitui num elemento de valorização do capital, entretanto, em seu estágio de descontrole surge como um obstáculo. No caso do desemprego o grande ciclope é o caos social, a criminalidade, a violência e a “desordem”: mais uma tragicomédia da anarquia do modo de produção capitalista.

Vários foram os meios principais para a reconstrução do exército industrial de reserva utilizados pelo capital com o duplo objetivo de elevar a mais-valia e alterar a correlação de forças a seu favor possibilitando, inclusive, o confisco de conquistas históricas pelo proletariado. A forma “clássica” é através do aumento da composição orgânica do capital, a substituição do trabalho vivo pela maquinaria, particularmente no atual estágio do emprego da automação – embora, como já salientamos, aquém das possibilidades técnicas atuais. Unidades produtivas, em todo o mundo, tiveram uma

redução significativa de força de trabalho durante a última década, contribuindo para o aumento do desemprego. No centro capitalista a exportação de capital e a transferência de meios de produção para a periferia e os países semicoloniais foi decisivo para o fim do pleno emprego, principalmente na Europa ocidental. Hoje, na região, o desemprego é reconhecido como o principal flagelo social, possibilitando, inclusive, um aumento da xenofobia e um ressurgimento das opiniões fascistas e protofascistas.

Na periferia capitalista, e tomando o Brasil como referência, vivemos no mundo imaginário de Oz, segundo as estatísticas “oficiais”: um desemprego que gira em torno de 7% ?! Desconsiderando tal dado ficcional, o aumento do desemprego é produto de uma combinação de fatores e nossa análise, dentro dos limites desse trabalho, não será capaz de responder satisfatoriamente. Em primeiro lugar, o mecanismo do endividamento produz um processo de descapitalização que inviabiliza um crescimento real e produtivo da economia, principalmente através de um significativo programa de obras públicas. A virada da economia mundial (a inflexão das ondas longas) diminuiu relativamente os investimentos produtivos com capital externo. Na realidade os “investimentos” externos são em sua maioria na forma de *hot money*, ou seja, capital financeiro puramente especulativo sem qualquer relação com a produção. As novas unidades produtivas instaladas seguem o mesmo padrão da elevada composição orgânica do capital, portanto, com grande emprego de capital fixo em detrimento do capital variável. Este quadro gera um enorme desequilíbrio entre a oferta e a demanda de força de trabalho, tanto nos setores produtivos como improdutivos; considerando que o setor de distribuição incorporou a lógica do processo de produção industrial e, portanto, gerador das mesmas contradições; gerando um crescente exército industrial de reserva e, conseqüentemente, elevadas taxas de mais-valia e queda real no valor dos salários.

O crescimento do exercito industrial de reserva é responsável direto pelo processo que nós denominamos de “lumpenização”, ou seja, a formação crescente de uma massa marginalizada do trabalho social (produtivo ou improdutivo) e que está associado a uma série de contradições que, no mínimo, são catalisadoras dos elementos da barbárie, já detectáveis nessa conjuntura de crise estrutural do capitalismo tardio. Consideramos um equívoco apontar a possibilidade de um papel histórico progressivo para o *lumpenproletariat*, considerados por MARX (1982) como “uma massa desintegrada”, “o lixo de todas as classes”, “indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém saídos da cadeia (...) batedores de carteira, rufiões, mendigos (...)”(MARX,1982). Independente do peso dos adjetivos, concordamos com Marx a respeito do papel cumprido por esse setor social (que não pode ser definido como classe). Em “O 18 Brumário de Louis Bonaparte”, MARX (1982) faz uma brilhante análise do *coup d'état* de 2 de Dezembro de 1851 realizado por Napoleão III contra a II República francesa. E para comentar a Sociedade do 10 de Dezembro Marx afirmou:

Aquilo que para os operários socialistas tinham sido as oficinas nacionais e para os republicanos burgueses os *gardes mobiles*, era para Bonaparte a Sociedade do 10 de Dezembro: a força combatente da partido própria dele. Nas suas viagens, as secções dessa sociedade, empacotadas por caminho-de-ferro, tinham de improvisar para ele um público, de representar o entusiasmo público, gritar *vive L'Empereur*, insultar e espancar os republicanos, naturalmente sob a proteção da polícia. Nos seus regressos a Paris, eles tinham de constituir a vanguarda, adiantar-se às contramanifestações ou dispersá-las. Tudo o resto de que se apropria é-lhe dado pela força das circunstâncias, em todos os seus feitos atuam por ele as circunstâncias ou limita-se a copiar dos feitos dos outros; mas ele, que se apresenta em público, perante os cidadãos, com as frases oficiais da ordem, da religião, da família, da propriedade, e tendo atrás de si a sociedade secreta dos Schufferle e dos Spiegelberg, a sociedade da desordem, da prostituição e do roubo, é o próprio Bonaparte como autor original, e a história da Sociedade do 10 de Dezembro é sua própria história. (MARX,1982)

Se o comentário de Marx parece duro e, de uma certa forma, moralista, não deixa de ser bastante fiel ao clima do II Império, uma das passagens mais lamentáveis da

história francesa, que nasceu através de um golpe de Estado e findou com o sangue dos soldados na Guerra Franco-Prussiana e dos operários da Comuna de Paris. O fundamental, aqui, é caracterizar o lumpemproletariado como produto da degeneração da sociedade burguesa e não estamos nos fundamentando em aspectos morais, mas sociológicos e históricos. O trabalho, ou a capacidade exclusivamente humana de transformar a natureza, é responsável pela “humanização do Homem” e pelo processo civilizatório, fundamentalmente, por seu caráter social. Os setores marginalizados do trabalho social, no atual estágio do desenvolvimento das forças de produção e da divisão do trabalho, tendem a constituir-se numa contradição da sociedade, tendem a incorporar e expressar valores anti-humanistas como a desorganização, o individualismo exacerbado e, principalmente, a misantropia. Mas, se os setores marginalizados da produção e do trabalho social são um produto das contradições da sociedade burguesa/capitalista, também podem servir de base social para sua reprodução, principalmente nos momentos de crise aguda. Sempre é bom lembrar que o nazifascismo teve origem nas *Freikorps*, ou o “Corpo Livre” na Alemanha, e nos *esquadrões*, ou nos *camisas negras* na Itália, que nada mais foram que o lumpemproletariado organizado militarmente pela burguesia para a defesa da propriedade privada (fábricas e latifúndios) e contra a revolução operária.

A reflexão a respeito deste fenômeno não deve assumir um conteúdo moral, nem tão pouco idealista – confiar nos setores marginalizados como elemento dinâmico de resistência imanente, *per se*, à sociedade burguesa – mas uma dimensão materialista e dialética, com base nas relações sociais de produção e em suas múltiplas implicações.

Pelo menos desde o “Manifesto Comunista”, MARX (1987) tratou da potencialidade do proletariado e não foi a partir de bases subjetivistas, mas, essencialmente, materiais, ou seja, a partir dos mecanismos de reprodução material da

sociedade. O proletariado, potencialmente – e efetivamente no início do século XX, na Europa – pode desempenhar o papel de agente revolucionário, e portador de um projeto alternativo universal, em função do seu papel e localização na produção material da riqueza. O modo de produção capitalista desenvolveu as forças de produção, como em nenhum outro modo de produção, a partir da socialização da produção, do desenvolvimento da cooperação e da divisão do trabalho. Um processo que, inclusive, foi a condição para a introdução da maquinaria e para a produção em massa de mercadorias. Portanto, se as relações capitalistas de produção reproduzem as relações de exploração de classe, num patamar igualmente inusitado, também elevaram o caráter social do trabalho permitindo não apenas a abundância de mercadorias (dentro das lógicas do capital e da apropriação privada) mas a associação e a organização dos produtores diretos, proporcionada pela produção socializada, que os qualifica como agentes da ruptura revolucionária e da socialização dos meios de produção sociais e da riqueza socialmente produzida. Aqui torna-se desnecessário a polêmica sobre o fim do proletariado, pois partimos da tese da extensão da industrialização a todos os ramos econômicos, mesmo os improdutivos³⁹. Em resumo, a possibilidade de superação da atual estrutura sistêmica depende daqueles que estão inseridos nas relações sociais de produção, que não só organiza para produzir mas também, não só potencialmente, organiza para a ação antisistêmica. A grande ruptura será o controle social dos meios sociais de produção, única maneira de superar a contradição da produção social e a apropriação privada da riqueza.

Já o lumpemproletariado e os setores marginalizados pela produção e economia capitalistas, além do afastamento enquanto produtores e consumidores, estão afastados dos processos sociais de trabalho. São setores economicamente desorganizados que

³⁹ Ver BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

tendem às velhas práticas do trabalho individual, na melhor das hipóteses. Do ponto de vista das forças produtivas expressam formas primárias ou absolutamente improdutivoas, como o comércio ambulante. Uma análise materialista não pode deixar de identificar no crescimento desses setores como uma expressão da própria crise do modo de produção capitalista e do conseqüente processo de barbarização. Além dos riscos citados, que a história não deve esquecer, a marginalização e a lumpenização gerados pelo aumento do exército industrial de reserva geram uma série de contradições que, como já afirmamos, são catalisadores dos elementos da barbárie como: a degeneração gradativa dos setores proletários (que se desestruturam em vários sentidos), a geração de violência e criminalidade (principalmente urbana), tende a gerar uma divisão nas fileiras da classe trabalhadora (entre os integrados à produção e ao trabalho social e os marginalizados) e, como já afirmamos, podem constituir-se numa ampla base social de manobra para a burguesia⁴⁰. A lumpenização não só constitui-se num elemento de retrocesso do processo civilizatório, portanto de progresso dos elementos de barbárie, como potencialmente pode constituir-se numa base social de apoio à reprodução sistêmica, mesmo que precária e lançando mão da violência sistemática.

Esse processo atinge diretamente a Escola, pois o setor mais afetado pelo processo de lumpenização é a juventude proletária, aquela a quem a Escola pública deve servir. Assim, chegamos às principais questões levantadas por este trabalho. Que papel a Escola pública vem desempenhando em relação ao processo de lumpenização ? Será que a Escola pública tem-se colocado como um importante elemento civilizatório e portanto de resistência ao processo de lumpenização ? Ou, em função do seu estado material e das políticas públicas para a educação, a Escola pública tem servido como elemento catalisador da lumpenização da juventude proletária ? A resposta não pode ser

⁴⁰ Atualmente esse processo pode ser identificado nos períodos de sufrágio quando uma massa de “contratados” serve de mão-de-obra para os partidos e candidatos dos diferentes setores da burguesia.

categorica, pois existe o risco de afastamento do caráter dialético do processo Também seria equivocado uma resposta eclética e vazia de conteúdo. Antes de qualquer consideração é necessário analisar que papel reserva o capital à Escola na atual conjuntura.

III.4. ESCOLA E LUMPENIZAÇÃO.

Para estabelecer as relações entre a instituição escolar e o processo de lumpenização, em curso a partir da atual onda longa depressiva, é necessário analisar o papel da educação nos quadros do capitalismo tardio, que tipo de escola a burguesia e o Estado burguês necessita e projeta para a conjuntura imediata. E, em grande medida, essa questão envolve a relação entre trabalho intelectual e capital, que se modificou na atual fase em relação aos períodos anteriores do modo de produção capitalista.

A Revolução Industrial clássica, de fins do XVIII e início do XIX, ocorreu através de inovações técnicas no interior das unidades produtivas, a partir de problemas imediatos surgidos nos processos produtivos, fundamentalmente têxtil, surgidos a partir da experiência cotidiana na produção. A ciência mantivera-se dentro de uma lógica ainda “pura”, deslocada da produção e do seu emprego no dia-a-dia, muito ainda em função de sua herança escolástica. Apenas como exemplo, as teorias do calor e dos fluídos na Física são posteriores às máquinas a vapor utilizadas na produção. Entretanto, foi a partir da II Revolução Industrial ou Técnica e Científica ocorrida em torno de 1880/90, denominada de II Revolução Tecnológica por MANDEL (1985), que alterou-se radicalmente a relação entre ciência e produção, ou trabalho intelectual e capital. Nesse momento, as pesquisas científicas, financiadas pelo capital ou pelo Estado, tinham como objetivo sua aplicação imediata na produção, ou seja, o desenvolvimento de tecnologia. Foi assim que, a partir da pesquisa, novos ramos da produção surgiram,

como o elétrico, o químico, o mecânico, etc. Diferentemente do período anterior, é a partir dos laboratórios que as unidades produtivas e os ramos de produção estruturam-se. Como um exemplo significativo temos o desenvolvimento da anilina (primeiro corante artificial) e o conseqüente salto da indústria química, principalmente na Alemanha. O capitalismo também deu um salto na medida que aumentou sua capacidade de produção, constituiu grandes unidades produtivas e concentrou e centralizou o capital como nunca antes havia realizado: foi o advento do capitalismo monopolista. Assim, foi neste período que a ciência foi incorporada ao processo de valorização do capital, passando, então, da fase da ciência “pura” para a “aplicada”, ou seja, geradora de tecnologia/técnica.

Entretanto, foi apenas durante o capitalismo tardio que, de fato, o trabalho intelectual, cujo valor reside em seu conhecimento incorporado, foi integrado ao processo de produção e às unidades produtivas. A crescente composição orgânica do capital e a correspondente aceleração da rotatividade do capital fixo exigiu a presença *direta* do trabalho intelectual nos processos produtivos. Essa incorporação é tanto mais acentuada na medida do prolongamento da atual onda longa depressiva e do acirramento da crise estrutural do modo de produção capitalista. Com a queda da taxa de lucros e com o aumento da concorrência entre os monopólios e oligopólios os métodos de racionalização e planejamento passam a ser uma condição para a sobrevivência econômica: todos os elementos que afetam a taxa de lucros devem ser considerados com o objetivo de reduzir ao máximo os riscos. Assim a demanda pela força de trabalho vem se alterando, da mesma forma que o papel desempenhado pela educação no processo de reprodução.

O trabalho qualificado e intelectual tem seu valor determinado por três componentes. Primeiro, o que chamamos de componente fisiológico do valor, comum a

todo tipo de força de trabalho, inclusive o qualificado, e representa o valor necessário à reprodução física do trabalhador. Segundo, um componente muito valorizado por MARX (1985a) e de caráter histórico, ou seja, fazem parte deste componente de valor as conquistas do trabalho frente ao capital em função da correlação de forças entre ambos – ou de conjunturas específicas como o período de hegemonia localizada da política keynesiana de aumento da demanda e de salários indiretos - além das novas necessidades, que também possuem um caráter histórico e estão sujeitas a uma série de condicionantes, desde aqueles determinados pelo desenvolvimento das forças produtivas àquelas fetichizadas pelo capital que, em última instância, são artificiais e falsas. Finalmente, importante no caso específico do trabalho intelectual, o componente de valor relacionado aos custos de reprodução da qualificação da força de trabalho oferecidos pelo Estado – garantida com gastos públicos tendo como fonte a mais-valia redistribuída através dos sistemas de impostos – ou, como vem ocorrendo mais recentemente, oferecidos diretamente pelo capital (como, por exemplo, os cursos de “reciclagem” internos das empresas).

As mudanças mais recentes do modo de produção capitalista, principalmente a partir do final da década de 60, modificaram o perfil da demanda de força de trabalho. O trabalho intelectual, como afirmado acima, foi definitivamente incorporado ao processo de produção e, portanto, assumiu uma relevância maior. Sua formação tornou-se uma prioridade para a direção do processo de valorização. Assim, a formação do trabalho intelectual, agora destinado à produção, passou a ser condicionada plenamente pelos interesses do capital. Hoje, como em nenhum outro momento, a utopia “mannheiniana” de uma *intelligentzia* livre e independente tornou-se quimera vulgar. A necessidade de tal incorporação está diretamente ligada ao aumento da rotação do capital fixo (determinada pela busca do superlucro) e ao controle sistemático e “científico” sobre os

processos de produção e reprodução objetivando a garantia de acumulação e valorização do capital (determinado pela necessidade de reduzir os riscos). As novas necessidades sobre a demanda de força de trabalho intelectual e qualificada vêm transformando a própria lógica de sua formação, e do seu valor, no sentido da valorização da instrução e do talento politécnico em detrimento da até recente formação especializada. Além de uma formação que dê conta, principalmente, da alta rotatividade do capital fixo, e daí a necessidade da formação politécnica, o conhecimento especializado tornou-se propriedade privada e geradora de renda tecnológica e, portanto, sujeito à rígida divisão entre pesquisa e utilização produtiva/improdutiva. O que faz desse conhecimento monopólio das empresas geradoras de renda tecnológica que, pela suas dimensões, tornaram a formação especializada marginal à demanda total pela força de trabalho intelectual. Um processo que acentua cada vez mais uma das contradições básicas do capitalismo: o caráter social da produção e do conhecimento (politécnico ou especializado) e sua apropriação privada e condicionada pelos interesses associados à valorização do capital.

As mudanças na demanda de força de trabalho e o aprofundamento da crise estrutural do modo de produção capitalista, em sua fase tardia, tem efeitos imediatos e *significativos* em relação ao processo educativo e à instituição escolar. Principalmente, apesar da verborragia dos ideólogos do Estado, estamos diante do que MANDEL(1985) chamou de “subdesenvolvimento estrutural da educação”.

Numa tentativa de atualização de uma caracterização feita no início da década de 70 podemos fazer as seguintes afirmações, com todos os riscos que isso implica. Primeiro, a relativa superação da formação especializada vem valorizando a chamada educação geral, entretanto num sentido antagônico à utopia marxiana no novo Homem, pleno de habilidades. A formação politécnica de qualidade é marginal e restrita a alguns

poucos centros de excelência, enquanto às massas está reservada a “Escola mínima”, ou seja, uma instituição cuja formação geral não atende às necessidades mínimas de formação intelectual, científica e sensível, restringindo-se aos conteúdos mínimos e precários cujo resultado é uma força de trabalho precariamente escolarizada, capacitada apenas para as tarefas mais simplificadas e repetitivas da produção e da distribuição da mercadoria. Aliada às questões de demanda, a Escola mínima é produto direto do Estado mínimo, isto é, o Estado constituído a partir da política econômica neoliberal, que é a forma mais empírica do que planejada de mediar a queda da taxa de lucros. Um Estado que se coloca como um instrumento mediador das dificuldades de valorização através da própria administração da crise, da socialização estatal dos custos, riscos e perdas, através de um precário planejamento econômico (na maioria das vezes reduzido ao controle da base monetária) e do leilão dos bens públicos a fim de proporcionar condições otimizadas para a acumulação de capital. Entretanto, também é um Estado em crise financeira permanente causada, fundamentalmente, pelo endividamento interno e externo que o obriga a formular políticas austeras de redução dos gastos públicos no sentido de garantir os recursos necessários para atender os interesses dos credores: o capital financeiro e monopolista, representado pelas três instituições de controle da economia mundial: FMI, Banco Mundial e OMC⁴¹.

⁴¹ **Dívida externa dos países semicoloniais (US\$ bilhões)**

<i>Ano</i>	<i>total da dívida Externa</i>	<i>dívida de longo prazo</i>	<i>dívida de curto prazo</i>	<i>uso do crédito do FMI</i>
1980	658	481	164	12
1981	672	498	159	14
1982	745	557	168	20
1983	807	633	140	33
1984	843	675	132	36
1985	990	809	141	40
1986	1.128	996	179	43
1987	1.369	1.128	198	43
1988	1.375	1.127	213	35
1989	1.427	1.151	244	32
1990	1.539	1.226	278	35

Portanto, a Escola mínima do capitalismo tardio, em seu momento de refluxo, também é mínima em sua infraestrutura, materialmente mínima, e trata-se de um processo mundial que afeta, inclusive, o centro capitalista.

Um processo mais recente e associado à crise do capitalismo tardio e do Estado burguês é a transformação da educação em objeto de investimento privado e de valorização do capital. Enquadra-se na característica já mencionada de transferência de capital dos setores produtivos para os setores de distribuição e de serviços, numa tentativa de buscar taxas mais elevadas de lucros a partir da apropriação de parcela da mais-valia gerada nos setores produtores de mercadoria. No caso particular da educação, a renda extraída pelo capital provém de parcela do capital variável extraída dos trabalhadores “clientes” e da mais-valia gerada pelos trabalhadores em educação – não devemos esquecer que a Escola produz um tipo determinado de mercadoria que é a força de trabalho.

Essa crescente presença do capital privado dá-se com a conivência e apoio do Estado burguês, através da desregulamentação da legislação para a criação de Escolas, e não foge, majoritariamente, à lógica da Escola mínima, desqualificada, já que seu objetivo fundamental é a geração de lucro, coerente com a lógica da relação custo/benefício, uma lógica absolutamente incompatível com a qualidade de ensino, com a circulação e produção livre de conhecimento e da ciência. O crescimento da rede privada de ensino, em detrimento da ampliação da rede pública, associada à desqualificação da formação humana, é um elemento constitutivo do

1991	1.627	1.286	303	38
1992	1.696	1.328	329	38
1993	1.812	1.424	349	39
1994	1.945	1.538	366	41

Fonte: *World Bank*. IN CHOSSUDOVSKEY, Michel. *A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo, Moderna, 1999.

subdesenvolvimento estrutural da educação e mais um elemento da crise estrutural do modo de produção capitalista.

Assim, estamos diante de uma instituição escolar mínima no sentido dos conteúdos e da infraestrutura material e aqui cabe o retorno à uma questão central: que papel a Escola mínima do capitalismo tardio, em crise, cumpre em relação ao processo de lumpenização social derivado do aumento do exército industrial de reserva ?

Retomando, os principais efeitos da Escola mínima do capitalismo tardio são uma formação geral desqualificada dos filhos do proletariado, a necessária (do ponto de vista do capital) e induzida geração de um exército industrial de reserva, cujo sentido *essencial* é a depreciação geral dos salários. De outro lado, o processo de lumpenização caracteriza-se pela degeneração social manifesta através da crise do núcleo da família proletária – cuja importância ainda reside na manutenção material dos seus membros – da desestruturação da juventude proletária (pressionados pelas atividades econômicas ilegais) e da crise das relações associativas e de organização. Um processo que também desloca amplos setores para formas e atividades pretéritas de economia baseadas em formas individuais de trabalho, um sofisma considerado como “economia informal”, marginalizando-os das formas mais avançadas de trabalho social, além das formas regulamentadas pelo Direito do trabalho.

Parece evidente, portanto, que a Escola mínima não pode, de forma geral, constituir-se numa instituição decisiva na mediação do processo de lumpenização. Embora a Escola pública tenha uma significativa presença e importância para as comunidades locais, sua crise de conteúdo e material - produto das políticas públicas do Estado burguês na fase de crise do capitalismo tardio - é mais um elemento catalisador do processo de lumpenização do que mediador. principalmente, mas não exclusivamente, em função de sua incapacidade de organizar as comunidades em torno

do arcabouço acumulado pelo processo civilizatório. O apreço pela ciência, o conhecimento e a arte, a necessidade da organização social, o necessário desenvolvimento da crítica social até formas de conhecimento prático necessários à melhoria da qualidade de vida são elementos constitutivos do processo civilizatório e que tendem a ser sistematicamente negados a setores cada vez mais amplos da sociedade. Mais precisamente, a Escola tende mais a constituir-se num receptáculo do que num elemento de superação das atuais e acentuadas contradições sociais, algumas já como expressão da barbárie.

Veremos como a educação também se constituiu num fetiche do *establishement*, contraditoriamente num momento em que o modo de produção capitalista é muito mais marcado pela exclusão do pela inclusão, via mercado, consumo e pela produção da riqueza material.

IV. IDEOLOGIA E ESCOLA.

IV.1.SOCIEDADE PÓS-IDEOLÓGICA ?

Antes das considerações a respeito da ideologia e a relação dessa com a Escola, atualmente, faz-se necessário superar alguns mitos a respeito do lugar e do papel da ideologia na sociedade atual. Especialmente responder às mitologias de uma sociedade pós-ideológica, uma sociedade que, por contingências históricas, realizou a utopia da superação da ideologia. Os matizes da tal concepção são múltiplas e, para qualquer observador atento, insustentáveis. Na realidade nada poderia ser mais ideológico que caracterizar a sociedade do capitalismo tardio como trans-ideológica.

As enunciações de Francis Fukuyama (ANDERSON, 1992), por exemplo, expressam em todo os sentidos a aplicação eufórica da dicotomia binária do período pós-guerra. Numa ordem pós-binária, quando a disputa histórica foi supostamente resolvida entre as economias planejadas e as de livre-mercado, o conflito passa a ocupar, na melhor das hipóteses, um papel residual na reprodução da sociedade: não estaríamos diante apenas de um triunfo efêmero, mas diante da própria vitória da razão, produto do julgamento onisciente da história.

Evidentemente, estamos diante de argumentos carregados de problemas e, de antemão, é difícil concordar com o valor dado por Perry ANDERSON (1992) à obra de Fukuyama em função do seu substrato hegeliano. Trata-se de pura ideologia no seu sentido mais simples e pejorativo: discurso e enunciação da classe dominante em nome da ordem vigente. A lógica binária é pobre em sua essência, não se trata apenas de uma anti-dialética, é o princípio da identidade em sua forma mais elementar e, permitindo

um certo hegelianismo, não há forma possível que supere seu conteúdo: toda a aparente erudição de Fukuyama é incapaz de omitir sua pobre lógica binária, interna a seu pensamento.

Outras formas mais elaboradas também vislumbram a imediata e concreta sociedade pós-ideológica. Particularmente as chamadas concepções pós-modernas. Não necessariamente em função da ausência de crítica à ordem sistêmica mas, principalmente, em função do seu relativismo teórico/epistemológico. É o caso, por exemplo, de Hayden WHITE (1995) em sua conhecida obra “Metahistória: a imaginação histórica do século XIX”. O debate entre opiniões e idéias, o campo de batalha dos projetos políticos e do conhecimento é reduzido à linguagem, mais especificamente, aos tropos da linguagem. Tropos dominantes caracterizariam a relação de um determinado autor com sua época e, de uma certa forma, sua construção teórica pode ser reduzida ao seu tropo dominante, como é o caso, por exemplo, do metonímico Marx, do trágico Tocqueville, do metafórico Nietzsche e o cômico Ranke, “descobertos” em seus estilos e escritas. Mas o “novo historicismo” de White concretiza-se como expressão significativa do pensamento pós-moderno quando afirma que as escolhas e opções teóricas/metodológicas são essencialmente morais. Apenas o universo da moralidade, que o autor não explicita, dividem Marx de Burckhardt, além dos próprios tropos dominantes. Esse subjetivismo moralista não deixa dúvidas a respeito da falta de cientificidade. Pior, abole com um toque mágico as múltiplas relações entre a cultura e o mundo material das relações sociais e históricas. Nesse universo de “livres opções” de WHITE não há lugar para qualquer “digressão” sobre ideologia, qualquer que seja o significado que se possa dar ao conceito. O “novo historicismo” de WHITE não ultrapassa os limites de um relativismo em relação aos valores do sujeito do conhecimento, e reducionista em relação ao objeto do

conhecimento. Tal química serve como exemplo de uma tendência da produção intelectual, sem dúvida produto de uma determinada conjuntura histórica, quando o componente ideológico é significativamente secundarizado e tratado de forma fluída quando não é completamente excluído.

Ironicamente, tanto as abordagens que se apoiam numa exclusão explícita da questão ideológica, como aquelas, principalmente tributárias da análise do discurso, que fazem do ato discursivo um ato absolutamente “performativo”, ou pan-ideológico – todo o ato discursivo é considerado como “interessado”, de uma tal forma que se faz tabula rasa dos distintos projetos construídos pelos grupos e classes sociais – são produtos das enunciações ideológicas vigentes, correntes no atual momento histórico. Se de um lado, a queda dos Estados operários burocratizados produziu uma ideologia triunfante por parte dos defensores do capital e do *status quo* – a cada dia menos defensável - de outro, também produziu uma ideologia pós-moderna que quando não exclui a mudança acaba por condicioná-la às possibilidades da ordem sistêmica, enquanto demandas no varejo, espaços possíveis de serem conquistados em planos distintos da ordem institucional.

Mas, nada resume melhor as diferentes ideologias vigentes na chamada pós-modernidade que o proclamado fim das utopias. Independente do grande imbróglio feito entre os enfoques de MARX (1996) e MANNHEIN(1976), o fim das utopias correspondem ao desejo de diferentes grupos e classes, e setores de classe, de afastar a ruptura política do horizonte histórico – independente da natureza “idealista” de tal exclusão – temerosos que uma mudança radical possa comprometer seu modo de vida e privilégios, não importando que se trate do cultivo de prazeres como a degustação de vinhos raros ou a propriedade dos meios de produção sociais: um amálgama de

interesses entre os setores médios abastados e os setores detentores do capital: uma aliança típica de momentos históricos desfavoráveis.

Coerente com a opção ortodoxa, a ruptura histórica não só se constitui num elemento do processo histórico – de uma maneira mais dissimulada nas sociedades pré-capitalistas e mais explícita e declarada na sociedade capitalista, pois essa mesma foi produto de várias rupturas – como é uma necessidade histórica no momento. Fundamentalmente, em razão do acirramento das contradições estruturais do capitalismo e a conseqüente direção da dialética entre capitalismo e barbárie (o que justifica a expressão “capitalismo com barbárie” cunhada por Florestan FERNANDES (1995)). Tal necessidade, portanto, estabelece uma pauta de questões para a reflexão e ação que não podem excluir a crítica radical ao discurso ideológico enunciado direta ou indiretamente (através do Estado) pela burguesia, no estágio atual do capitalismo tardio, a começar pelo mito de uma sociedade pós-ideológica.

IV.2.IDEOLOGIA E CAPITALISMO TARDIO.

O conceito de ideologia foi e vem sendo um dos mais explorados, não só pelo pensamento marxista como também por expressões teóricas híbridas, de uma gênese mais eclética. A importância assumida pelo conceito, num sentido hipotético e exploratório, pode ser derivado de duas características do atual estágio do modo de produção capitalista. Primeiro, o processo de agravamento da crise estrutural tem valorizado o papel da ideologia em relação ao processo de reprodução sistêmica. Em função da atual onda longa de tendência depressiva, e portanto um período de queda das taxas de lucro a longo prazo, o capital vê-se diante da necessidade de elevar as taxas de mais-valia. Além dos processos obscuros da especulação financeira, o capital vem empreendendo uma ofensiva sobre o proletariado traduzida em aumentos da produtividade, extensão da jornada de trabalho (através da hora-extra compulsória, do banco de horas e outros mecanismos) e da redução real dos salários, favorecida pelo aumento generalizado do exército industrial de reserva. Esse quadro oferece uma realidade oposta àquela encontrada em algumas regiões durante os “anos dourados”, quando a elevação das taxas de lucro favoreceu a realização de concessões materiais/salariais ao proletariado. O esgotamento desse recurso de legitimação aumenta a necessidade de fortalecer as enunciações e as instituições ideológicas com o objetivo de garantir a reprodução capitalista. Empregando o esquema gramsciano dos pilares de sustentação do poder político de classe, o consentimento e a coerção, o Estado burguês vê-se diante da necessidade cada vez mais premente e permanente de lançar mão de elementos ideológicos de legitimação, sustentados através do discurso e da linguagem, para assegurar sua existência em tempos de acirramento das contradições.

Segundo, o que torna a questão mais complexa, a ideologia não pode ser compreendida como pura falsidade, deslocada da realidade material e histórica, por mais absurda que determinada ideologia enunciada, em dado momento e lugar, possa parecer aos olhos do presente, como é o exemplo clássico do nazifascismo. Portanto, se o discurso ideológico é parte da totalidade significativa - desconsiderando qualquer caráter autônomo ou determinante das idéias e de sua materialidade, que redundaria num idealismo de filiação hegeliana - esse deve, como afirmou MARX(1996), ter alguma relação, enquanto manifestação, com o *modo de vida*, com as condições materiais de produção dos indivíduos e da sociedade no seu sentido mais amplo. Sendo o capitalismo a sociedade que possui na mercadoria um dos seus signos fundamentais, senão o fundamental, o discurso ideológico deve fazer parte das múltiplas teias que constituem as relações entre os processos materiais e sociais de reprodução e o universo das representações, idéias e discursos. O capitalismo tardio, como afirmamos anteriormente, elevou a lógica da mercadoria a todos os níveis da vida social e, portanto, constitui um erro descaracterizar o atual discurso ideológico de seu componente interno mais essencial: o fetiche da mercadoria. Em nenhum momento histórico as relações humanas e sociais de produção tomaram a forma de relações entre “coisas” ou, mais precisamente, entre valores de troca; a globalização do mercado e a “transformação do econômico em cultural e do cultural em econômico”, como afirma Frederic JAMESON (2001), reificaram radicalmente não apenas as relações objetivas entre os indivíduos/consumidores mas também o universo subjetivo das necessidades individuais. Mais uma vez revela-se a “centralidade” da mercadoria na lógica funcional do capitalismo tardio e o caráter insofismável desse elemento para qualquer tipo de análise da sociedade atual.

Mas, se o capitalismo é apresentado atualmente como uma sociedade profundamente ideologizada, o que devemos tomar como ideologia? Esta é uma questão complexa e muitas vezes mal interpretada. Apenas no interior do pensamento marxista o conceito passou por várias leituras e interpretações, portanto, não se trata de um conceito estrito e uniforme. Isto sem considerar os aportes externos ou limítrofes ao marxismo, como é o caso mais destacado da teoria das trocas simbólicas de Pierre BOURDIEU (1992). Entretanto, é o conhecimento acumulado no interior do próprio marxismo que interessa mais diretamente. È inevitável, portanto, que se faça, mesmo que superficialmente, um breve apanhado da dinâmica do conceito e a partir daí uma justificativa da opção feita por determinado conteúdo e abordagem do conceito. Desde já é necessário considerar a possibilidade de uma síntese ou de uma visão topográfica um equívoco - para cada objeto um determinado enfoque do conceito ou uma visão evolucionista do conceito tomando suas formulações mais recentes como mais acabadas. Primeiro, porque uma possível síntese das elaborações ainda não foi realizada e talvez nunca o seja; segundo, porque estamos diante de formulações mais conflitantes - que faz parte da própria trajetória do pensamento marxista, em função do debate interno - do que convergentes e possíveis de serem utilizadas de forma concomitante, no que redundaria num ecletismo teórico e numa crise de coerência. Coerente com a opção feita pela ortodoxia, a produção mais propriamente marxiana será tomada como a base sobre a qual esta análise busca sustentação, considerando, evidentemente, aportes das formulações posteriores.

A produção marxiana sobre a ideologia está concentrada em “A Ideologia Alemã” (MARX, 1996) quando as bases do materialismo histórico foram assentadas, embora alguns conceitos, como o modo de produção, ainda estivessem em processo de elaboração (seria sob o ponto de vista althusseriano o momento da transição entre o

jovem Marx e a plena maturidade teórica); acrescentado posteriormente pelo capítulo do fetiche da mercadoria contido em “O Capital” (MARX, 1985a). Além disso, um hiato entre a produção marxiana e da geração do início do século XX deve-se à publicação tardia da própria “A Ideologia Alemã” (MARX, 1996), principalmente no ocidente.

Marx, em sua polêmica com os hegelianos de esquerda (Bruno Bauer, Feuerbach e Max Stirner) trava uma luta filosófica contra o próprio sistema de pensamento hegeliano, particularmente, “a nenhum destes filósofos ocorreu perguntar qual era a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a conexão entre a sua crítica e o seu próprio meio material” (MARX, 1996). Foi em “A Ideologia Alemã” que Marx completou o processo de inversão do pensamento hegeliano e, portanto, estabeleceu as bases da análise materialista da sociedade e da história superando o idealismo em sua forma mais desenvolvida, ou seja, em sua forma racionalista. Assim, as condições materiais de produção e reprodução da sociedade, através do trabalho social, além de determinar as múltiplas formas de relações entre os indivíduos cria as condições materiais para que determinada visão de mundo, ideário, representação torne-se efetiva e generalizada para determinado grupo ou sociedade. Portanto, o universo das idéias não só não pode ser dissociado do processo de produção material como é condicionado por esse:

“A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta do seu comportamento material. (...) A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidas como uma câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (...) Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida.”.(MARX, 1996)

A vida material determinando as formas de consciência. Nessa afirmação reside o fundamento da análise materialista dialética das expressões subjetivas da superestrutura, particularmente o campo das idéias. Evidentemente que a análise das idéias e das ideologias não se esgota com tal axioma. Uma série de injunções da realidade trabalham como variáveis que, de uma forma ou outra, intervêm na configuração das diferentes formas de pensar, da construção abstrata da realidade. Tais variáveis agem não no sentido de produzir um campo autônomo mas mediado em relação à realidade material imediata. A determinação das formas de consciência pela vida material, pela forma como os homens produzem e se associam para garantir sua existência, portanto, aparece como determinação em última instância, mediada por fatores exógenos à produção que vão desde projetos políticos particulares até elementos do acaso histórico. Entretanto, os elementos de mediação dificilmente deixam de participar dos processos de construção abstrata como elementos agregados e residuais em relação às totalidades significativas. O atual apreço pela linguagem, por exemplo, que Marx definiu como a consciência prática, tende a atribuir uma tal autonomia às enunciações e ao discurso que tende a deslocar a condição humana do trabalho, da transformação da natureza e da realidade material imediata para um plano independente, do Homem enquanto linguagem e discurso.

Para o marxismo ortodoxo, os riscos de tal método são evidentes: tomar os indivíduos e as sociedades pelo que pensam e enunciam a seu respeito. Para a História significa um retorno ao positivismo clássico com nova aparência: a supressão do sujeito do conhecimento pelo objeto, agora, não através das fontes primárias escritas e brutas, mas através da “fala”, da chamada oralidade, dos fatos que falam por si. Deve-se reconhecer que no campo da lingüística e da análise do discurso, como já afirmado,

encontramos outra tendência, de conteúdo crítico, mas que sofre enorme pressão de uma análise pan-ideológica. Já foi afirmado que a tomada de todo discurso como interessado corre o risco de produzir um sujeito cético para quem seu objeto sempre representará interesses particulares. Um enfoque que perde de vista a diferença fundamental do alcance do discurso em relação ao seu horizonte histórico possível. Na imagem de Michael LÖWY(1998), a paisagem pode ser observada do térreo, do primeiro andar ou do ponto mais alto do edifício e, portanto, a partir de horizontes de visão distintos. Se determinada época possui, como afirmou Lucien Goldmann, seu horizonte histórico possível, devemos distinguir àquelas visões cujo alcance aproxima-se das possibilidades oferecidas pela conjuntura histórica, daquelas que muito aquém do seu horizonte de época formulam sua imagem abstrata de mundo (LÖWY,1998). Também deve ser considerado que, por uma série de fatores, determinados atos discursivos são mais ou menos particulares que outros. Dois exemplos bastam para demonstrar. Primeiro, o discurso proferido pela classe dirigente, aquela que detêm os meios de produção materiais e espirituais, não pode pretender menos que a universalidade, fabricado ou falso não importa, o que importa é que nenhuma classe dirigente se mantém hegemônica se não universalizar seu interesses particulares, transformá-los em interesses do conjunto da sociedade. De outro lado, as condições históricas podem produzir um projeto verdadeiramente universal baseado na razão e voltado à emancipação do Homem através da ruptura histórica da sociedade capitalista, como pretende o próprio marxismo. Trata-se também de um discurso interessado? Sem dúvida, mas que não pode ser comparado com os discursos que sustentam o interesse da reprodução social e, portanto, da manutenção do *status quo*, dos privilégios da classe dirigente/dominante. Mas como avaliar o alcance do discurso? Como medir seu “grau de universalidade”? Não há atalho que possa tangenciar a capacidade de análise do processo histórico.

Primeiro, compreender uma época também significa compreender a extensão do horizonte historicamente possível de visão do mundo que, em última instância, é determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas herdadas e desenvolvidas no período histórico em questão. Segundo, pela própria capacidade dos agentes da análise de reconstruir a realidade abstratamente além dos fenômenos aparentes e o mais próximo possível do seu significado essencial que, para o marxismo ortodoxo, passa, necessariamente, pela compreensão das relações sociais de produção. E não foi outro o caminho do método marxiano: sociedade civil em “A Ideologia Alemã” (MARX, 1996) ou as relações sociais de produção em “O Capital” (MARX, 1985a), na fase mais desenvolvida do pensamento marxiano, como o fundamento do processo histórico. Portanto, qualquer análise do discurso ideológico deslocado das diferentes formas pelas quais os Homens se organizam para produzir e reproduzir sua própria existência tende a recair num exercício idealista deslocado da própria realidade.

A tomada da produção material como o ponto de partida da análise de Marx conduziu a diferentes formas de intercâmbio, desde a cooperação para a produção até a troca de conhecimento associado ao desenvolvimento das forças produtivas. Associadas às diferentes formas dessa práxis material estão as formas de representação das ações mutuas, coletivas, que constituem as relações sociais de produção. Através dessas representações que se constituem as formações ideológicas, cujo limite é oferecido pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Por exemplo, uma sociedade de caçadores/coletores ou recém introduzida às práticas agrícolas não possui as condições históricas para a formulação de representações ideológicas além do animismo. Quanto mais complexas as forças produtivas a disposição de uma determinada sociedade mais complexas serão as formações ideológicas, as representações e as visões de mundo ou, em síntese, mais amplo será o horizonte historicamente possível. A própria perspectiva

do socialismo e a conseqüente superação da desigualdade social só é possível a partir do desenvolvimento das forças produtivas pela formação social concreta capitalista, perspectiva materializada num agente social revolucionário e potencialmente capaz de realizar a igualdade, ou seja, o proletariado.

Entretanto, é necessário aprofundar as formas ideológicas como Marx as definiu. Duas são as formas básicas tratadas por Marx em sua obra e que não são incompatíveis ou excludentes. A primeira deriva da imagem invertida da câmara escura ou da percepção invertida de um mundo invertido. Tributária de uma herança hegeliana, a dialética forma/conteúdo, terá seu sentido mais acabado com as formulações sobre o fetiche da mercadoria, exploradas em “O Capital” (MARX 1985a), e suas formas derivadas como o fetiche da técnica e o fetiche do mercado que são as formas mais correntes nessa fase do capitalismo tardio. A segunda, dedicada mais à relação entre a propriedade dos meios de produção materiais e espirituais pela classe social dominante e as idéias gerais e universalizadas de uma dada sociedade.

Quando Marx afirma que os Homens fazem sua própria história, mas nos limites das condições oferecidas e herdadas pelas gerações anteriores, está, na realidade, tomando as formas de consciência como históricas, como produtos das condições materiais, das forças de produção e das correspondentes relações sociais. É justamente a compreensão do processo histórico a partir do método marxiano que possibilita “conciliar” as formas aparentemente contraditórias das formulações de MARX e ENGELS (1996) em “A Ideologia Alemã” e de MARX em “O Capital” (1985a). Sem a dimensão histórica da questão corre-se o risco de cometer erros como o faz Terry EAGLETON(1997):

“(…) Até aqui, então, parece que MARX nos deixa três sentidos conflitantes de ideologia, sem uma idéia muito clara de suas inter-relações. A ideologia pode denotar crenças ilusórias ou socialmente desvinculadas que se vêem como o fundamento da história e que, distraindo homens e mulheres de suas condições sociais efetivas (inclusive as determinantes sociais de suas idéias), servem para sustentar um poder

político opressivo. O oposto disso seria um conhecimento preciso, imparcial das condições sociais práticas. Por outro lado, a ideologia pode designar as idéias que expressam os interesses materiais da classe social dominante e que são úteis na promoção de seu domínio. O contrário disso poderia ser o verdadeiro conhecimento científico ou a consciência das classes não-dominantes. Finalmente, a ideologia pode ser ampliada para abranger todas as formas conceptuais em que é travada a luta de classes como um todo, o que, presumivelmente, incluiria a consciência válida das forças politicamente revolucionárias. O que o contrário *disso* poderia ser é, presumivelmente, qualquer forma conceptual correntemente não envolvida na luta”. (EAGLETON, 1997).

Henry LEFEBVRE (1979) afirmou certa vez que uma das principais heranças recebida e preservada da filosofia hegeliana por Marx foi o *tempo*. Não poderia ser diferente na medida que a própria lógica dialética fundamenta-se na mudança, desde Heráclito, e que qualquer análise sobre qualquer processo de mudança não pode furtar-se do elemento temporal, sincrônico ou diacrônico. E, apesar do respeito adquirido pela obra “Ideologia” de Eagleton, o autor parece excessivamente ligado ao papel central da linguagem que perde a dimensão fundamental das elaborações marxianas.

MARX (1996) ultrapassou o limite da elaboração do conceito de ideologia, cujo legado, aliás, até hoje nos defrontamos e constitui a base para o estudo do tema. Entretanto, ele sempre questionou a autodeterminação dos conceitos – questão que será desenvolvida mais adiante – porque são desprovidos de sentido deslocados da totalidade e cujo caráter é histórico. Por essa razão mais que um conceito, Marx elaborou uma *teoria histórica da ideologia* e é justamente essa dimensão que Terry EAGLETON (1997) perde, juntamente com outras formulações mais recentes. Todo enfoque distante desse elemento essencial recai numa leitura formal, ahistórica, como indica a citação acima. Fora da dimensão histórica do problema, no sentido de uma teoria da História, pode-se, por exemplo, tomar uma determinada crença ou ilusão por si mesma, já que se apresentam “socialmente desvinculadas” e, conseqüentemente, historicamente desvinculadas. E em função do caráter contraditório dos processos sociais não há

imparcialidade possível na História. A consciência de classe e sua relação com a ideologia; que, diga-se de passagem, foi um tema mais elaborado por LUKÁCS (1974); da mesma forma perde seu sentido afastada de sua dimensão histórica. Não por mera ausência de vontade que o socialismo e a igualdade social não foi realizada nas sociedades pré-capitalistas. Eagleton criou modelos formais que fogem, absolutamente, à lógica da produção intelectual e do pensamento marxiano.

Voltando às duas dimensões indissociáveis da ideologia para Marx. Da mesma forma que a imaginação religiosa mediava as relações cotidianas entre os Homens no feudalismo, a mercadoria mede as relações humanas na formação capitalista, a relação entre os Homens aparecem, assim, reificadas através dos valores de troca. Tal realidade não é produto da abstração humana, tampouco produto de algum elemento do campo das representações e da linguagem, mas produto do próprio desenvolvimento das forças de produção. Podemos afirmar que o fetiche da mercadoria e a reificação das relações humanas é tributária da passagem da carência para a abundância na produção da riqueza material, sintetizada através da abundância de valores de troca, de mercadorias em última instância. A percepção reificada das relações humanas é produto dos limites da percepção fenomênica, cuja superação só pode ocorrer através de novas relações sociais, transparentes, livres, quando os produtos do trabalho humano não se apresentem enquanto objetos estranhos e hostis ao produtor (MARX, 1996).

De outro lado, "durante a pré-história da civilização", quando a desigualdade é o signo fundamental das relações sociais e da estrutura social, o ponto de vista da classe dominante/dirigente assume um papel proeminente e insofismável com relação ao processo de reprodução social. De posse não apenas dos meios de produção materiais mas também espirituais, o seu grande desafio é traduzir seus interesses particulares de classe em discurso ideológico, ou seja, universalizar seus interesses particulares de

classe. Por essa razão MARX (1996) afirma que as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante, universalizadas. A posse dos meios de produção espirituais, ou culturais para utilizar um termo mais contemporâneo, constitui-se no suporte material que possibilita a enunciação da "expressão ideal das relações materiais dominantes", ou seja, o discurso ideológico proferido pela classe dominante.

Mas, afinal, em que sentido as duas formas do conceito marxiano não são excludentes? Não são excludentes na medida que ambas são produtos das relações sociais de produção. Tanto a apreensão fenomênica das relações humanas quanto o discurso ideológico da classe dominante/dirigente são condicionados pelas relações sociais de produção, historicamente existentes. Se, de início, a primeira forma sugere um conteúdo ideológico no plano do cotidiano, inconsciente em função dos limites da apreensão fenomênica, já o discurso enunciado pela classe dominante apresenta-se como coerente, internamente coeso - excetuando momentos de crise "nas alturas" - dentro dos limites do próprio discurso ideológico, isto é, nos limites da lógica formal, binária, baseada no princípio da identidade ($A=B$, $B=C$, portanto $A=C$). É necessário acrescentar que a capacidade da classe dirigente em construir um discurso ideológico coerente depende diretamente do horizonte histórico de visão oferecido pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas da época em questão. Para tanto basta comparar o discurso ideológico burguês com aqueles formulados pelas classes dirigentes das formações pré-capitalistas; é significativo, nesse sentido, o papel cumprido pelo pensamento iluminista.

Entretanto, na medida do desenvolvimento das forças produtivas, as duas formulações de Marx tendem a uma convergência significativa. Recentemente, quando Frederic JAMESON (2001) afirmou que na sociedade dita pós-moderna o econômico transformou-se em cultural e o cultural em econômico, na realidade tal fusão expressa a

síntese ou a superação do duplo caráter da ideologia para Marx, produto da complexidade das forças de produção, portanto da capacidade produtiva, e da instrumentalização da cultura no interesse da realização da massa de mais-valia. A própria cultura apresenta-se tanto como instrumento para acumulação de capital como objeto de acumulação pois, como já foi afirmado, no capitalismo tardio a lógica da mercadoria foi elevada a todos os níveis da vida social.

MANDEL (1985), cuja análise econômica é a base desse trabalho, dedicou um capítulo de sua principal obra, "O Capitalismo Tardio", para análise da ideologia nesta fase do modo de produção capitalista. Sua proposição fundamental é que "a crença na onipotência da tecnologia é a forma específica da ideologia burguesa no capitalismo tardio", ou seja, o fetiche da técnica como fundamento da ideologia na atual fase do capitalismo. Com base em Kofler, traçou alguns argumentos comuns de tal ideologia:

1) o desenvolvimento técnico e científico condensou-se num poder autônomo de força invencível;

2) as visões tradicionais do mundo, do homem e da história que formam os "sistemas de valor" que estão além do domínio da ação e do pensamento funcional são reprimidas como algo sem sentido ou que já não representa papel significativo na consciência popular. Esse processo de "desideologização" é o resultado da racionalização tecnológica prevista por Weber em seu paradigma do "desencanto do mundo";

3) o sistema social vigente não pode ser desafiado por causa de sua racionalização técnica; problemas emergentes só podem ser resolvidos por meio de tratamento funcional feito por especialistas; por isso as massas aceitam de boa vontade a ordem social vigente;

4) a satisfação progressiva das necessidades por meio de mecanismos tecnológicos de produção e consumo reforça o consenso popular de incorporação e subordinação;

5) a dominação tradicional de classe deu lugar à dominação anônima da tecnologia, ou ao menos um Estado burocrático que é neutro em relação às classes ou grupos e que se organiza sobre princípios técnicos; a luta de partidos transforma-se em luta contra adversários imaginários, uma tese especialmente enfatizada por Schesky. (MANDEL, 1985, pg. 352)

Para qualquer observador mais atento, não é difícil verificar que tais argumentos são correntes em todos os níveis da sociedade atual. E, como afirmou o próprio Mandel, baseado nas formulações de Marx, a ideologia não pode ser vista apenas como fraude pois se assim fosse ela não teria efetividade alguma, dada sua distância com a realidade

material e o modo de vida dos indivíduos. O fetiche da técnica, portanto, como fundamento da ideologia no capitalismo tardio deve corresponder, de alguma forma, com o momento histórico do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Já afirmamos que uma das principais características da atual fase do capitalismo é a alta composição orgânica do capital, ou seja, o desenvolvimento técnico/tecnológico como condição para a sobrevivência e para a valorização do capital. Tal característica abriu margem para formulações como a “sociedade tecnológica”. Coerente com a premissa de o discurso ideológico corresponde de alguma forma à realidade material, não é difícil corroborar com a tese de MANDEL (1985).

O fetiche da técnica constitui num desdobramento e numa nova forma do fetiche da mercadoria. Podemos considerar que o fetiche da técnica é o “fetiche do fetiche” da mercadoria. Se as relações humanas mais que nunca permanecem reificadas, a relação entre os homens assume a aparência de relação entre coisas e a tecnologia passa a ser o “tempero” dessas relações reificadas. A dinâmica, para aqueles que ainda estão localizados na esfera de consumo capitalista, é que as necessidades sejam confundidas com consumo tecnológico. Os valores de uso assumem, assim, uma determinada área de acordo com a tecnologia contida mesmo que estejamos diante de valores de uso que igualmente suprem determinada necessidade. Porém, deslocando-se a análise do plano do consumo para o discurso enunciado pelo poder de Estado e pela classe dirigente a “racionalidade técnica” assume um papel destacado. Reiterando, a técnica/tecnologia tende a assumir a papel de panacéia, autônoma e acima das contradições, capaz de corrigir as imperfeições da ordem sistêmica. Um capitalismo com altas taxas de composição orgânica de capital produz uma ideologia baseada na onipotência da técnica: as soluções e argumentos sustentados pela “racionalidade técnica” são irrefutáveis. O aparelho de Estado é invadido por técnicos, “acadêmicos” e

“especialistas”, que formulam políticas amparados pela ideologia da onisciência e neutralidade técnicas. Uma força que age e paira acima dos conflitos de classe e aparecem como solução natural e racional às contradições da reprodução sistêmica.

Além do fetiche da técnica, o fetiche do mercado vem assumindo destaque no discurso ideológico dominante, como expressão de uma conjuntura econômica de baixos índices de crescimento e de taxas de lucro. Como a técnica, mas sem o mesmo amparo “lógico” e como produto da recuperação dos projetos monetaristas para a economia – elementos inseparáveis da longa onda de tendência depressiva – o livre-mercado emerge como um ente metafísico a que todos devem se submeter sob pena de marginalizarem-se e excluírem-se dos ganhos oferecidos pelo mercado global. Aliás, a síntese dos fetiches da técnica e do mercado têm estruturado o enfoque ideológico da chamada globalização. O acesso às tecnologias e o mais amplo desfrute das mais diferentes mercadorias como engodos legitimadores da mais ampla movimentação do capital, aliado aos mecanismos para a superexploração da força de trabalho.

Retomando a formulação de JAMESON (2001), a transformação do cultural em econômico e do econômico em cultural, ou seja, a incorporação da cultura pelo capital e a transformação da cultura em instrumento de valorização do capital e instrumento de reprodução sistêmica, tornaram o chamado duplo caráter da ideologia para Marx um debate vencido e anacrônico: tanto o ato de consumir como de governar estão assentados sobre as mesmas bases, criadas pelo atual estágio das relações sociais de produção: os fetiches da técnica e do mercado como expressões atuais do fetiche da mercadoria.

IV.3. ESCOLA, IDEOLOGIA E CAPITALISMO TARDIO.

Anterior à análise sobre a relação entre ideologia e Escola, na atual fase do modo de produção capitalista, é necessário uma retomada da discussão geral a respeito da localização da instituição escolar na agenda do capital.

As leituras críticas da relação entre escola e capitalismo são diversas. Entretanto, duas visões destacam-se pela influência que exerceram ou exercem não só no que diz respeito ao diagnóstico mas, como em alguns casos, em propostas de ação no interior da instituição escolar. A primeira que merece destaque é a teorização de Louis ALTHUSSER (1985) a respeito da ideologia de uma forma geral e, fundamentalmente, as instituições portadoras do discurso ideológico, os chamados aparelhos ideológicos de Estado (AIEs). Importante destacar que Althusser estabelece uma relação entre o público e privado distinta da usual. Para o autor tal relação aparece de forma fluída, variável de acordo com o momento histórico. Mesmo instituições ou aparelhos do chamado setor privado, como a mídia, por exemplo, podem e devem ser classificadas como AIEs em função de sua relação com o projeto de reprodução sistêmica. Em relação à Escola enquanto AIE, Althusser deu uma significativa importância, elegendo-a como principal aparelho transmissor e reproduzidor do discurso ideológico em função do tempo que os indivíduos permanecem sob a tutela escolar. Com o tempo seus argumentos mostraram-se pouco convincentes diante do desenvolvimento da mídia e da indústria cultural. Questão, aliás, que já havia sido antecipada pela Escola de Frankfurt, em sua fase mais fértil e crítica (Adorno, Horkheimer e Marcuse). De qualquer forma, a identificação da Escola enquanto um AIE serviu de sustentação para uma crítica global à instituição organizada pelo Estado burguês.

Na medida do crescimento do movimento eurocomunista e da divulgação da obra de Antonio Gramsci surge uma nova linha crítica à Escola burguesa, ou organizada pelo Estado burguês. Conseqüente com a estratégia da luta de posições no interior de formações sociais mais complexas (ocidentais), quando a luta cultural assume papel destacado para o processo de tomada da hegemonia, a crítica de fundamento gramsciano passou a valorizar a ação no interior da Escola. Mais, para alguns gramscianos a escola assumiu um papel estratégico e determinante para a conquista da hegemonia por um novo bloco histórico, comprometido com a mudança e o socialismo. Tal corrente tendeu a empreender uma crítica às análises althusserianas em função de uma suposta passividade, e até por uma postura abstencionista em relação à Escola.

Sem dúvida, as duas linhas críticas trouxeram contribuições teóricas e de ação. Entretanto, limitar nossa análise a uma ou outra seria correr o risco de tomar atitudes com base em críticas que só muito parcialmente ainda possuem validade, e isso por vários motivos:

1. Tomar a Escola como núcleo de transformação sistêmica, independente do que muitos afirmam, é uma opção pela mudança separada de uma práxis revolucionária. A possibilidade de síntese entre uma teoria/conhecimento e uma prática antisistêmicas no interior da Escola é muito limitado. A Escola é um espaço especializado do conhecimento e a tomada de consciência sobre as contradições do atual modo de produção não é suficiente para sua superação.

2. Que a Escola, mesmo sob a tutela do Estado burguês, apesar do seu caráter inquestionável de aparelho ideológico, cumpre um papel importante em relação ao processo civilizatório. Sua decadência, crise e vulnerabilidade não representam apenas um fracasso da burguesia no sentido da realização de seu programa, representam

também uma derrota em relação ao processo, em curso, de desenvolvimento da barbárie.

3. Que o papel ideológico representado pela Escola não deve ser superestimado como fez Althusser. Aparelhos como a mídia e a indústria cultural, cujo acesso é facilitado através da própria facilidade de adquirir os bens necessários para seu consumo, cumprem um papel muito mais destacado e instrumental como AIE para a reprodução sistêmica. A transformação do cultural em econômico e do econômico em cultural contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento instrumental desses aparelhos. Além disso, o aparelho ideológico político da democracia parlamentar e burguesa nunca deixou de cumprir seu objetivo mais imediato de legitimação do Estado, sem considerar, também, o seu forte apelo ilusório junto à consciência das massas.

Visto o papel mais geral da Escola no capitalismo é necessário fazer, mesmo que de forma parcial, um diagnóstico sobre a crise que atravessa essa instituição. Já consideramos que o modo de produção capitalista atravessa uma onda longa depressiva pelo menos desde o início da década de setenta. Essa tendência de dificuldades no processo de valorização do capital, com a redução das taxas de lucro a longo prazo, as perdas constantes de capitais principalmente através da circulação financeira e a desindustrialização têm levado ao acirramento generalizado das contradições que afetam o conjunto da civilização e têm acelerado o desenvolvimento dos elementos de barbárie existentes. Das contradições, aquelas que mais interferem no modo e nível de vida das massas merecem mais destaque, por exemplo, o significativo aumento do exército industrial de reserva produto da desindustrialização, do aumento da composição orgânica do capital e da racionalização dos meios de produção e das plantas industriais. O aumento mundial do desemprego tem tomado características estruturais e é responsável pela crescente exclusão de setores das massas da produção e do consumo

capitalistas. Os setores mais marginalizados desse processo tendem, em relação ao seu modo de vida, à lumpenização, ou seja, a exclusão da produção e do consumo capitalistas têm levado à desestruturação social que atinge vários níveis da vida. Decadência ética e associativa, o individualismo – são setores que tendem a desempenhar funções numa economia informal e ilegal baseada no trabalho individual – a misantropia, tendências mais profundas de decadência como a criminalidade e a dependência química de psicoativos são alguns dos aspectos mais aparentes do processo de lumpenização social. Aliado a outros fatores toma parte do processo de desenvolvimento da barbárie na atual fase tardia do capitalismo.

O desenvolvimento das contradições nesta fase tem produzido algumas conseqüências que afetam diretamente a instituição escolar, tanto em seu papel de reprodutora ideológica como em seu papel em relação ao processo civilizatório (o duplo caráter da Escola). A redução das funções sociais do Estado burguês justificada, ideologicamente, pelo abandono da política keynesiana e pela retomada do liberalismo/monetarismo, por exemplo, tem sido decisivo. Esse processo tem produzido o chamado Estado mínimo, ou minimalista, que reduziu a tributação sobre o capital e cujo superávit, quando ocorre, destina-se ao pagamento do serviço da dívida pública. Uma fase ou conjuntura do Estado burguês que, além refletir a crise estrutural do capitalismo, vem provando sua incapacidade de realizar um programa de conteúdo civilizatório que a própria burguesia propagou, pelo menos, desde o iluminismo. A incapacidade atual de desenvolver plenamente, em toda sua potencialidade, as forças produtivas, com relação à Escola, tem se expressado através de um retrocesso generalizado como em outros setores outrora organizados pelo Estado, como saúde, previdência, transporte urbano, etc. Do ponto de vista da educação, a crescente incapacidade da burguesia em relação ao desenvolvimento de processo civilizatório tem

produzido uma Escola mínima, de um conteúdo cultural e material mínimo. O projeto de uma Escola pública, gratuita, de massa e de qualidade, ou seja, *unidades de formação humana* especializadas no conhecimento (arte/literatura, ciência/filosofia e técnica/tecnologia) nunca esteve tão distante de ser realizado nos limites da atual ordem sistêmica, e tal processo é tanto mais aparente quanto mais deslocamo-nos do centro para a periferia capitalistas. Por essa razão, em última instância a crise estrutural do capitalismo, a Escola vive uma realidade marcada por dois processos dialeticamente combinados. Primeiro, sua decadência a fragiliza de tal forma que nada almeja além de um papel passivo diante das contradições, ou seja, a instituição escolar tem se tornado num receptáculo passivo das contradições geradas pela crise. A criminalidade, a violência, a decadência material e cultural e o fenômeno da lumpenização social invadiram o espaço escolar sem que a instituição possa alterar significativamente esse estado. Segundo, na medida que a Escola enquanto unidade de formação humana torna-se uma quimera na atual ordem sistêmica, na medida de sua decadência e conseqüente incapacidade de superar suas contradições, a instituição não só torna-se um receptáculo como um catalisador das contradições, em especial o processo de lumpenização social. Diante da decadência social a Escola não se apresenta como uma alternativa de organização e resistência. Como instituição próxima das comunidades locais e de referência é incapaz, em função de sua própria crise, de mediar as contradições crescentes geradas pela crise estrutural do capitalismo. E como ocorre em momentos históricos de acirramento das contradições econômicas e sociais existe pouca margem para soluções mediadas ou de “justo meio”: ou a Escola resiste à barbárie ou catalisa seus elementos.

IV.4. O CONTEÚDO IDEOLÓGICO DOS PCNS

As políticas públicas para educação vêm assumindo um caráter puramente ideológico em função de dois aspectos. Primeiro, porque o Estado mínimo vem reduzindo em termos absolutos e relativos os investimentos na área. Mesmo no centro capitalista encontramos Escolas nas periferias das grandes cidades ou em bairros habitados por minorias étnicas cuja infraestrutura está bem próxima daquelas na periferia do mundo capitalista, ou seja, se o processo de decadência da educação pública é desigual, mais acelerado nos países semicoloniais, também é combinado na medida que constitui-se num processo mundial: o Estado mínimo gera uma Escola mínima na fase depressiva da atual onda longa da economia mundial, tal fato é insofismável. Portanto, a tendência das políticas públicas é a fraseologia vazia e inócua. Não há possibilidade de alteração qualitativa do quadro sem investimentos significativos, sem uma Escola provida das condições materiais que possibilitem uma mudança de rumo no processo de resistência à lumpenização social e à barbárie crescentes.

Mas, se de um lado as políticas públicas assumem a forma de pura fraseologia formulada por “mercadores de palavras”, de outro lado, não se trata de uma forma desprovida de conteúdo ideológico, neutro. Seu caráter ideológico não é produto apenas de sua inocuidade em relação à realidade material imediata, constitui-se numa fraseologia ideologizada que pretende eclipsar o verdadeiro conteúdo da crise da Escola. Evidentemente que é uma tarefa difícil de ser empreendida pelo Estado burguês diante do acirramento das contradições, mas não podemos culpá-lo por tentar.

No caso particular dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)⁴² e de sua sustentação “filosófica” - contida nas Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Ensino

⁴² Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Média E Tecnológica. – Brasília: Ministério Da Educação, 1999

Médio da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, cuja relatora foi a conselheira Guiomar Namó de Mello⁴³ – não encontramos uma exceção em relação ao caráter ideológico das políticas públicas para a educação do Estado mínimo no Brasil. Seu conteúdo duplamente ideológico é evidente, tanto no que diz respeito à existência material da Escola quanto à linguagem e seu conteúdo “filosófico”.

A precariedade material das redes públicas é fato amplamente conhecido, da mesma forma, e como parte do mesmo processo, a queda relativa dos salários dos profissionais em educação; não é por outro motivo que os professores constituem a categoria que mais intensamente promove ações sindicais, desde a greve a outras formas de luta e resistência. O fato do atual presidente da CUT pertencer à categoria, quebrando a tradição de lideranças dos metalúrgicos do ABC paulista⁴⁴, e ter presidido a APEOESP⁴⁵, é sintomático do papel sindical de vanguarda ocupado pelos professores na atual conjuntura. Da mesma forma, tal destaque na ação sindical reflete a necessidade da resistência contra a decadência material da Escola.

Se o caráter ideológico dos PCNs torna-se evidente e suficientemente aparente em função da falta de amparo material, o discurso mostra-se, pelo menos para um leitor desavisado, aparentemente coerente e, pretende-se, até sedutor. Entretanto, seu apelo não resiste a mais singela leitura crítica. Sua construção “filosófica” é digna de ruborizar o mais idealista dos idealistas do século XIX. A crítica a tal discurso pode ser dividida em dois momentos: a análise da realidade nele contida e a lógica de suas categorias fundamentais.

⁴³ Ministério da Educação . Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 1998. Fotocópia.

⁴⁴ A região do ABC paulista, um dos pólos industriais do país, foi o berço do sindicalismo cutista, quando protagonizaram grandes greves que colocaram o movimento sindical em condições de questionar o governo militar que existiu no Brasil de 1964 a 1984.

⁴⁵ APEOESP: o sindicato dos professores da rede pública de ensino do estado de São Paulo, um dos maiores sindicatos do país no que diz respeito ao número de trabalhadores na base sindical.

Num subcapítulo intitulado “O Ensino Médio no Mundo: Uma Transformação Acelerada”, contido nas Diretrizes Curriculares, encontramos as seguintes passagens:

O desafio de ampliar a cobertura do ensino médio ocorre no Brasil ao mesmo tempo em que, no mundo todo, a educação posterior à primária passa por revisões radicais nas suas formas de organização institucional e nos seus conteúdos curriculares.

Etapa da escolaridade que tradicionalmente acumula as funções propedêuticas e de terminalidade, ela tem sido a mais afetada pelas mudanças nas formas de conviver, de exercer a cidadania e organizar o trabalho, impostas pela nova geografia política do planeta, pela globalização econômica e pela revolução tecnológica. (...)

Inicia-se, assim, em meados dos anos 80 e primeira metade dos 90 um processo, ainda em curso, de revisão das funções tradicionalmente duais da educação secundária, buscando um perfil de formação do aluno mais condizente com as características da produção pós-industrial (sic). (...)

Nas condições contemporâneas de produção de bens, serviços e conhecimentos, a preparação de recursos humanos para um desenvolvimento sustentável supõe desenvolver a capacidade de assimilar mudanças tecnológicas e adaptar-se a novas formas de organização do trabalho.⁴⁶

Pode-se perceber que, com exceção de poucas passagens de valor apenas residual, em relação ao conjunto do discurso – como a existência de “um forte anseio de inclusão e de integração sociais como antídoto à ameaça de fragmentação e segmentação” – as Diretrizes, e conseqüentemente os PCNs, reproduzem uma visão otimista do atual processo de mundialização e internacionalização do capital e, portanto, uma visão ideologizada da dinâmica da base material do atual processo de desenvolvimento capitalista. Elementos de caracterização como as ⁴⁷sociedades pós-industriais (ou a enigmática produção pós-industrial), da informação e da produção flexibilizada do pós-fordismo, excetuando o ecletismo, são vistas apenas em sua positividade e traçam uma visão invertida da realidade material. As bases e as razões para tal construção ideológica, que identifica a chamada globalização quase exclusivamente a partir dos desenvolvimentos na comunicação de informações, pode ser analisado a partir de dois aspectos. Primeiro, na integridade as Diretrizes e os PCNs expressam o que MANDEL

⁴⁶ Ministério da Educação . Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 1998. Fotocópia.

⁴⁷ O avanço relativo da tecnologia. Aqui é importante retomar a caracterização a respeito da dinâmica das forças produtivas

(1985) caracterizou como o fetiche da técnica, a forma assumida pelo discurso ideológico no capitalismo tardio. Como parte do próprio processo de desenvolvimento da razão instrumental, a técnica aparece como panacéia capaz de solucionar as contradições fundamentais da sociedade capitalista: toda contradição é passível de solução técnica. Nas Diretrizes e nos PCNs o fetiche da técnica assume a centralidade de em sua lógica interna e nas “mudanças” propostas, para o ensino médio uma verdadeira “revolução”, são unilateralmente justificadas em função da necessária adaptação do indivíduo à nova sociedade da informação, globalizada. A técnica elevada á condição de fetiche tende revestir-se de uma áurea de neutralidade, amparada pela sua razão instrumental. Tal visão otimista e ideologizada da técnica e do atual momento histórico choca-se frontalmente com os elementos mais aparentes da realidade.

É amplamente reconhecido, já há algum tempo, que a técnica e a tecnologia não são neutras. Tanto as idéias como a ciência são condicionadas pelas dinâmicas da base material da sociedade e, atualmente, ao processo de valorização do capital. Na medida da incorporação da ciência e da técnica ao interesse capitalista tanto mais a ciência e a técnica, através de várias formas, volta-se contra a humanidade. O fato constatado por MANDEL (1985) de que o atual modo de produção vê-se incapaz de desenvolver plenamente as forças de produção tem efeito imediato no modo e nas condições de vida das massas em todo o mundo. A fome, o desemprego, as epidemias, pandemias e a miséria material de uma forma geral, em dinâmica crescente na atual fase do capitalismo tardio, são produto direto da distribuição e do desenvolvimento irracionais das forças de produção, determinadas pela apropriação privada e pelo interesse exclusivo da valorização do capital. Além disso, mesmo as “mudanças na geografia política do planeta” não pouparam as forças produtivas de sua utilização bélica. Ao

contrário, poucas épocas condicionaram tanto a ciência e a técnica ao desenvolvimento das forças destrutivas.

Qualquer discurso assume um conteúdo ideológico não apenas pelo que diz, mas, freqüentemente, pelo que omite. Naturalmente, de alguma forma, se enunciamos as contradições do desenvolvimento capitalista como um dado intangível da realidade imediata não estaríamos fazendo alguma espécie de tergiversação ideológica. Entretanto, tanto as Diretrizes quanto os PCNs silenciam completamente a respeito do estado atual da economia, excetuando, evidentemente, as construções ideológicas a respeito da sociedade tecnológica, ou da informação, ou pós-industrial. Essa omissão faz parte da construção otimista da realidade contida nos documentos. O grande problema dessa omissão, tanto quanto com relação à reprodução do fetiche da técnica, é que desarma completamente a Escola para o enfrentamento da realidade gerada e determinada pela crise estrutural do capitalismo. Uma Escola que reduz aos PCs, à *web* e à formação básica e geral – que tem-se revelado como um conteúdo de conhecimento precário, mínimo e absolutamente insuficiente para compreender os elementos mais aparentes da vida – os principais instrumentos para a integração social e produtiva do indivíduo funciona no plano exclusivo das ilusões: basta uma precária introdução às novas tecnologias, aliada à “formação geral básica”, para a integração do indivíduo na chamada sociedade pós-industrial, quando sabemos que parcela significativa da juventude em idade de ingressar no mundo da produção será incorporada pelo exército industrial de reserva.

Além de assentar-se numa caracterização otimista da conjuntura, as Diretrizes e os PCNs possuem um conteúdo ideológico em função de sua construção “filosófica”, particularmente epistemológica, ou seja, a lógica das categorias e conceitos contidos nos

documentos. Uma idéia geral pode ser apreendida através da seguinte passagem do PCN para o ensino médio:

(...) o documento (as Diretrizes) reinterpreta os princípios propostos pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da UNESCO, amparados no aprender a conhecer, no aprender a fazer, no aprender a conviver e no aprender a ser. A estética da sensibilidade, que supera a padronização e estimula a criatividade e o espírito inventivo, está presente no aprender a conhecer e no aprender a fazer, como dois momentos da mesma experiência humana, superando-se a falsa divisão entre teoria e prática. A política da igualdade que consagra o Estado de Direito e a democracia, está corporificada no aprender a conviver, na construção de uma sociedade solidária através da ação cooperativa e não-individualista. A ética da identidade, exigida pelo desafio de uma educação voltada para a constituição de identidades responsáveis e solidárias, compromissadas com a inserção em seu tempo e em seu espaço, pressupõe o aprender a ser, objetivo máximo da ação que educa e não se limita apenas a transmitir conhecimentos prontos. (...) Tais princípios são a base que dá sentido à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias (sic).⁴⁸

Nas próprias diretrizes outras passagens são igualmente significativas:

Como expressão do tempo contemporâneo, a estética da sensibilidade vem substituir a da repetição e padronização, hegemônica na era das revoluções industriais (sic). Ela estimula a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, a afetividade, para facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto, o imprevisível e o diferente. (...)

Diferentemente da estética estruturada (sic), própria de um tempo em que fatores físicos e mecânicos são determinantes do modo de produzir e conviver, a estética da sensibilidade valoriza a leveza, a delicadeza e a sutileza. (...)

A estética da sensibilidade realiza um esforço permanente para devolver ao âmbito do trabalho e da produção a criação e a beleza, aí banidas pela moralidade industrial taylorista (sic).

A estética da sensibilidade não é um princípio apenas do ensino de conteúdos ou atividades expressivas, mas uma atitude diante de todas as formas de expressão (...).⁴⁹

Segue também elaborações a respeito dos dois outros “princípios” orientadores desta proposta educacional, a política da igualdade e a ética da identidade, cuja especificidade de conteúdo não nos interessa imediatamente, porém, possuem uma lógica de construção e operação semelhantes à estética da sensibilidade, e é isso que interessa analisar imediatamente.

⁴⁸ Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. – Brasília: Ministério da Educação, 1999.

⁴⁹ Ministério da Educação . Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 1998. Fotocópia.

A fraseologia citada, como é fácil perceber, emerge de uma realidade ficcional, aquilo que foi caracterizado como visão unilateral e otimista do processo histórico em curso: não só estamos distantes da barbárie como está em formação um novo Homem, portador de uma nova estética, de uma nova ética e de uma nova política. Mas, caso este “novo Homem” não seja encontrado nas ruas, escolas e fábricas não foi por capricho do acaso, do aleatório. Ele não pode ser encontrado porque não existe, ou melhor, sua existência está limitada à abstração idealista dos mercadores de palavras e às “idéias” que formularam nas Diretrizes e nos PCNs. Possui apenas existência abstrata, não é constituído de carne, ossos e músculos. A razão disso é que num universo idealisticamente construído não há lugar para o Homem real.

O debate de MARX(1996) com os hegelianos de esquerda pode ser um parâmetro para a crítica aos “fundamentos filosóficos” dos documentos do MEC, entretanto, é fundamental que se respeite a conjuntura histórica em que foram formuladas. Em hipótese nenhuma podemos comparar Bruno Bauer, Schiller ou Feuerbach com os mercadores à disposição das atuais políticas públicas para a educação. O idealismo de filiação hegeliana do século XIX é parte constituinte e importante para a história das idéias; um idealismo tardio, em plena virada do XX para o XXI está longe da mesma qualificação.

Mas, mesmo um idealismo anacrônico deve ser combatido, principalmente quando está incorporado às políticas públicas para a educação. O ponto de partida da crítica reside no fato de que associado a uma leitura unilateral e otimista da realidade corresponde conceitos de existência etérea, ou seja, menos como sínteses da realidade pensada e mais como sujeitos autônomos, autodeterminados (já que a determinação material inexistente), portanto, em última instância, entes metafísicos cuja “existência” apenas se sustenta através do isolamento de algum aspecto da totalidade, num esforço

metonímico. No caso particular a tecnologia, cuja abstração idealista a transforma em fetiche e elemento único e definidor da realidade social.

A autonomia que as categorias assumem no idealismo definem o próprio idealismo. É o que Marx define como um processo de autoconsciência, ou seja, a libertação, a mudança e a transformação como produto exclusivo dos movimentos do pensamento, “como atos do pensamento” (MARX, 1996). Um conceito, portanto que se autodetermina, independe de qualquer elemento que não seja sua própria lógica e construção internas. O processo histórico, dessa forma, passa a ser determinado pelos próprios conceitos, é o conceito como sujeito ativo da história. Entretanto, “não se julga uma sociedade pelo que ela pensa de si mesma” (Prefácio de 1857), e eleger o conceito, que independente das opções teóricas são construções abstratas, significa compartilhar as construções ideais da época, o que significa, em última instância, compartilhar, na melhor das hipóteses, todo o universo subjetivo de representações mentais, do senso comum à ideologia mais comprometida com o *status quo*. Além disso, toda a construção idealista tende, além de subestimar as contradições materiais, a sustentar-se a partir de uma ordem cuja lógica é absolutamente interna, exclusiva do pensamento dedutivo. É uma característica da qual compartilha o discurso ideológico, cujas lacunas ou contradições apenas tornam-se aparentes através da crítica ou do próprio processo histórico/material. Apenas nesse sentido ordenado, fechado e “coerente” que os PCNs e as Diretrizes possuem um apelo sedutor. Entretanto, é um apelo artificial, próprio de uma coerência e de uma ordem idealista e, portanto, ideológica. Mais uma vez o limite é a contradição, a decadência, o sucateamento, o subinvestimento e a galopante privatização da educação, ou como afirmou MANDEL (1985), o subdesenvolvimento da educação. Não há ideologia que resista às contradições reais/materiais. A estética da sensibilidade, a ética da identidade e a política da igualdade não resistem ao primeiro

semáforo de qualquer grande cidade, ao primeiro conflito no campo, à primeira greve docente ou à primeira noite fria de nosso *homeless*.

Não obstante, uma rápida passagem pelas categorias de princípio das Diretrizes e dos PCNs pode ajudar a compreender ainda melhor seu verdadeiro conteúdo.

Para os autores das Diretrizes, estamos diante de uma nova época, marcada por profundas mudanças que afetam os mais diferentes níveis da vida social, determinadas, basicamente, pela revolução tecnológica em curso, como foi visto anteriormente. Inclusive no campo da estética, quando, supõe-se, vivemos uma transição de uma “estética estruturada”, típica da “moralidade industrial taylorista”(sic), para uma estética marcada pela “leveza, delicadeza e sutileza”, a chamada estética da sensibilidade, produto, em última instância, da flexibilização da produção⁵⁰.

A estética pode ser vista de duas maneiras básicas. Primeiro, como uma expressão dos valores imanentes da realidade objetiva, determinada pela produção material, expressões *em si*. De outra maneira, como produto de movimentos de vanguarda, cuja consciência e grau de elaboração permitem um amplo avanço na percepção da realidade, expressa um avanço na relação sensível do Homem com a Natureza⁵¹. A estética da sensibilidade, como categoria idealista, não possuiu materialidade definida, é desconhecida sua relação com a realidade. Trata-se de uma estética imanente, ou de uma estética pensada, planejada, e pelo menos se propõe, realizável? É uma questão que não merece ser respondida, pois ultrapassa o alcance da categoria. Basta uma análise superficial sobre as dinâmicas da estética atualmente, fundamentalmente a partir

⁵⁰ Ministério da Educação . Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 1998. Fotocópia.

⁵¹ Natureza no sentido mais amplo, da realidade mesmo, do mundo material e suas representações do pensamento.

da mercantilização da cultura e do advento da indústria cultural, um processo que, anteriormente, caracterizamos como tributário da lógica da mercadoria.

A invasão da mercadoria no campo da cultura – “a transformação do econômico em cultural e a transformação do cultural em econômico”⁵² – gera uma estética pauperizada, brutalizada e brutalizante, e que sem correr grandes riscos de caracterização, gerou uma condição de *crise estética*. São três as formas básicas pelas quais a indústria cultural vem pauperizando as percepções estéticas através da mercantilização da cultura (o veículo material de expressão da própria estética). Primeiro, através de uma constante apropriação de elementos da cultura popular que, sob a lógica da mercadoria, tem seu conteúdo radicalmente transformado. De uma expressão cultural coletiva, vinculada às tradições locais e regionais, na medida de sua apropriação pela indústria cultural, transforma-se numa mercadoria desvinculada à sua realidade imediata de origem, descaracterizando-se como produto cultural coletivo para transformar-se numa mercadoria de consumo individual e privado e, portanto, descontextualizada das condições originais de produção. Trata-se assim de um produto cultural que, de expressão da subjetividade popular, localizada e pontual de comunidades, transforma-se num estilo indiferente às suas condições originais de existência. Segundo, a inflexibilidade dos estilos gerados pela indústria cultural é uma de suas características básicas e mais aparentes. Seguindo a lógica da própria produção industrial de mercadorias, os estilos veiculados pela indústria cultural tendem, invariavelmente, para estilos rígidos e inflexíveis, reduzindo, assim, as opções de escolha – a idéia de uma indústria cultural flexibilizada, pós-taylorista, aqui, assume a forma de um delírio idílico e otimista. Atualmente, por exemplo, os “diferentes” estilos tendem a apenas um, variações limitadas sobre um mesmo tema: o romanesco, ou o romântico vulgar e estereotipado. Terceiro, a reificação da cultura pela indústria é um

⁵² JAMESON, 2001.

processo determinado pela unilateralidade, não permitindo uma apreensão da realidade além do seu conteúdo mitigado e inflexível. Um processo que não pode ter outros resultados que a ausência de escolha⁵³ e a brutalização do universo sensível das massas.

Se o quadro traçado acima alguma relação possui com a realidade, então a resposta à pergunta inicial torna-se uma tarefa facilitada, a saber, onde está localizada a estética das sensibilidades ? Nas Diretrizes, nos PCNs e na imaginação de seus autores !

A política da igualdade é outra categoria de princípio das Diretrizes e dos PCNs. Consiste, basicamente no seguinte,

(...) Mas a igualdade formal não basta a uma sociedade na qual a emissão e recepção da informação em tempo real estão ampliando, de modo antes inimaginável o acesso às pessoas e lugares, permitindo comparar e avaliar qualidade de vida, hábitos, formas de convivência, oportunidades de trabalho e de lazer.

Para essa sociedade, a política da igualdade vai se expressar também na **busca de equidade** no acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao meio ambiente saudável e a outros benefícios sociais, e no **combate a todas as formas de preconceito e discriminação** por motivo de raça, sexo, religião, cultura, condição econômica, aparência ou condição física.

A política da igualdade se traduz pela **compreensão e respeito ao Estado de Direito** e a seus princípios constitutivos abrigados na Constituição: o **sistema federativo** e o **regime republicano e democrático**. Mas contextualiza a igualdade na sociedade da informação, como valor que é **público** por ser interesse de todos, não exclusivamente do **Estado**, muito menos do governo.⁵⁴

Cabe aqui, algumas considerações e afirmações sobre a democracia e a igualdade, no sentido do marxismo ortodoxo, como conteúdo prévio necessário para a discussão a respeito da “política da igualdade”, visto que trata-se de concepções antitéticas. Inicialmente, o marxismo ortodoxo não pode aceitar a idéia de uma democracia enquanto valor universal. A democracia é uma representação e uma prática, e em alguns casos *praxis*, que não pode ser desvinculada dos interesses sociais, principalmente de classe. A “*Idéia*” de uma democracia plena, em plena sociedade de

⁵³ Estranha ironia que no capitalismo tardio a máxima ideológica do direito à escolha tenha se transformado numa quimera no que diz respeito, pelos menos, à cultura.

⁵⁴ Ministério da Educação . Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 1998.p.22. Fotocópia.

*classe, só pode expressar um juízo de classe*⁵⁵. E as Diretrizes e os PCNs, inclusive, não deixam margem para dúvida: democracia nos limites do “Estado de Direito”, baseada na igualdade jurídica, formal e contratual. Tal concepção neutra da democracia é produto de uma visão deslocada da realidade material. Não há, primariamente, uma análise histórica do problema, desde as revoluções burguesas às formas mais diretas de controle da riqueza material (as formas mais avançadas da democracia). Por isso, a insistência com relação à liberdade *responsável*, ao protagonismo e à cidadania *responsáveis*. Uma aceitação do *status quo*, dos limites da democracia burguesa e da ordem sistêmica. Aqui, a neutralidade é absolutamente parcial.

Mas é sempre necessário descer à terra. E do ponto de vista da busca da igualdade, “em que pé as coisas estão” ? Mesmo no sentido mais liberal da igualdade de oportunidade, ou, no sentido mais social-democrata do acesso aos serviços públicos ? Pelo menos em relação à realidade imediata, não há diversionismo suficiente que possa negar o crescente aumento da desigualdade, tanto na periferia como no centro capitalistas (estima-se que 30 milhões de norte-americanos podem se considerados famintos), como também não é diferente a situação na relação entre as nações (os países ricos que possuem 15% da população mundial concentram 80% da renda global)⁵⁶. Em resumo, a democracia e a igualdade que se almeja, real portanto, não se conquista com respeito à ordem sistêmica existente.

A ética da identidade é a terceira obra ficcional das Diretrizes/PCNs. Com relação a esse conceito segue a passagem:

A ética da identidade substitui a moralidade dos valores abstratos da era industrialista e busca a finalidade ambiciosa de reconciliar no coração humano aquilo que o dividiu desde os primórdios da idade moderna: o mundo da moral e o mundo da matéria, o privado e o público, enfim, a contradição expressa pela divisão entre a

⁵⁵ A Idéia no sentido da razão hegeliana.

⁵⁶ CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo, Moderna, 1999.

“igreja” e o “estado”(sic). Essa ética se constitui a partir da estética e da política e não por negação delas. Seu ideal é um humanismo de um tempo de transição (sic).

Expressão de seres divididos mas que se negam a assim permanecer, a ética da identidade ainda não se apresenta de forma acabada. O drama desse no humanismo, permanentemente ameaçado pela violência e pela segmentação social, é análogo ao da crisálida, Ignorando que será uma borboleta, pode ser devorada pelo pássaro antes de descobrir-se transformada. O mundo vive um momento em que muitos apostam no pássaro. O educador não tem escolha: aposta na borboleta ou não é educador (sic).⁵⁷

O leitor pode esfregar os olhos à vontade, não se trata de uma miragem. De um salto passamos do idealismo para a metafísica !! Entretanto, é necessário começar pelos *erros* epistemológicos e históricos. Em primeiro lugar a moral e a ética (essa no sentido da filosofia moral) possuem um caráter histórico, tanto no sentido dos valores como em relação aos sujeitos portadores e reprodutores dos valores. Portanto, se a moral pressupõe valores, igualmente deve pressupor sujeitos. A existência de uma moral universal é uma questão relativa, pois não há universalidade suficiente para que se possa desconsiderar absolutamente as desigualdades espaciais e culturais, entretanto, *nunca existiu uma moral absolutamente abstrata, ou que fosse produto da cisão entre o mundo da moral e o mundo da matéria*. Não há expressão superestrutural absolutamente desvinculada da realidade material e histórica, e a moral moderna não constitui exceção, tanto seus sujeitos (sociais) quanto seus valores correspondem, em alguma medida, às relações sociais de produção e ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, e isto desde a moral de fundo animista. Portanto, a “nova moral”, aquela que “reconciliará no coração humano aquilo que o dividiu”, independente da forma infeliz, corresponde a uma visão equivocada da moral e da ética. Mais ainda, se a suposta divisão entre moral e matéria é uma realização moderna, supõe-se que tal contradição não existia na sociedade pré-moderna, no caso do mundo ocidental, a Idade Média. Uma sociedade quando o peso dos valores morais (basicamente religiosos) assumiu uma onisciência,

⁵⁷ Ministério da Educação . Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 1998. Fotocópia.

um tamanho caráter coercitivo que, contraditoriamente, é a que mais se aproxima do modelo não dual criticado pelos autores das Diretrizes. Afora “corações partidos”, estaríamos diante de um romantismo pré-renascentista (metafísico e teológico, portanto) ?

A lógica dos autores também acaba por lançar um ultimato: devemos apostar na borboleta ! Independente, mais uma vez, da figura infeliz de linguagem, tal ultimato sugere questões interessantes. Afinal, qual é a dinâmica dominante da moral na sociedade do capitalismo tardio ? Coerente com a crise estrutural do modo de produção capitalista e, principalmente, com suas conseqüências, já analisamos o processo de lumpenização social, produto direto do aumento do exército industrial de reserva e da exclusão em relação à produção e o consumo capitalistas. Vimos que o acirramento das contradições materiais, que a tendência dos setores lumpenizados a reproduzir formas individuais de trabalho e o aumento da disputa no interior do proletariado não podem ter outro efeito que um aumento do individualismo e da concorrência entre os indivíduos na luta por um lugar no processo produtivo ou no setor de distribuição, ou seja, um aumento da disputa pela integração ao modo de produção afastando, assim, o fantasma da exclusão. O aumento do individualismo nos conduz a valores de uma moral que é produto do processo de barbarização, portanto, em última instância, uma crise ética oposta aos valores da solidariedade e do humanismo. Tal crise ética, além disso, tende para uma síntese perversa, já que a ética/moral dominantes são da classe dominante. Uma síntese que afeta das bases às alturas. Aliado ao processo de lumpenização do proletariado, as perdas de capital e a crise econômica conduzem a burguesia, cada vez de forma mais acentuada, a um empirismo anti-ético, desde a fusão de interesses com a máfia no leste europeu à prática generalizada de reciclagem do “dinheiro sujo” (produto das atividades ilegais e criminosas) e do *black money* (capital que burlou o sistema

tributário). Tal síntese perversa tende, potencialmente, a produzir situações de psicopatia social, quando o *ego* age independente de qualquer intervenção do *superego* ou, em outras palavras, o indivíduo age independente de qualquer valor que não seja a sua vontade imediata e exclusivamente individual.

Estaríamos cumprindo o papel do pássaro ? Absolutamente não, até mesmo porque não há sentido no dilema proposto. O dilema já é produto de uma construção mental pobre, o que dirá quando sua pobreza se estende da forma ao conteúdo. Não somos pássaros, borboletas, crisálidas, taturanas ou qualquer outra ordem biológica desprovida de inteligência. Primariamente, o mais importante, é caracterizar as dinâmicas da realidade sem que isso possa se confundir com ilusões idílicas que não ultrapassam os limites de um discurso ideológico, que não resiste aos elementos mais aparentes da realidade imediata. O que é necessário não são escolhas vazias, travestidas de fábulas. O importante é realizar uma caracterização mais próxima possível da realidade, daquilo que o educador - expressão infeliz, mas que não cabe discutir agora – enfrenta em seu dia-a-dia. Instrumentalizar materialmente (sempre !!) e intelectualmente os trabalhadores da educação para os desafios que a Escola tem enfrentado e enfrentará. O humanismo idealista apenas contribui para que a Escola permaneça como refém passiva das contradições e, o que é pior, sem consciência disso.

V.CONCLUSÃO

Marx, numa referência a Hegel, afirmou que a história se repete, primeiro como tragédia depois como farsa, quando de sua análise sobre o golpe de Luis Bonaparte contra a II República na França. De uma certa forma, vivemos uma época de resgate de idéias do século XIX, apresentadas como verdades absolutas e inquestionáveis: é o liberalismo reeditado, agora, não como produto das necessidades históricas, mas como instrumento de ataque à autonomia do Estado-nação, ao nível de vida das massas, visando, exclusivamente, o aumento da extração de mais-valia. É a reedição do liberalismo enquanto farsa. Uma farsa, como vimos, que não tem poupado a Escola, ao contrário, ela tem sido objeto de um processo autofágico promovido pelo Estado burguês.

Diante desse quadro, seria inútil afirmar que a saída está na resistência. A categoria dos trabalhadores em educação (docentes e funcionários) das redes públicas têm protagonizado um processo ininterrupto de luta; mais em algumas regiões, menos em outras, com conquistas mais significativas para alguns, nem tanto para outros setores; praticamente generalizado pelo país. Entretanto, em relação a dois aspectos é possível avançar. Primeiro, é possível superar a fase de resistência exclusivamente sindical ou negativa da luta, no sentido da negação das políticas públicas para a educação. Um passo adiante possível, necessário e positivo seria dado através da elaboração de um projeto alternativo para a educação pública. Isso não pode ser confundido com uma “oposição propositiva” que, em última instância, levaria ao processo de cogestão das políticas públicas atuais. Trata-se de um projeto alternativo e afirmativo, com ampla participação do movimento operário e popular, que possa ampliar o programa das lutas além da resistência econômica.

Segundo, não apenas possível como necessário, a resistência e as lutas devem assumir, cada vez mais, um caráter intransigente. A resistência intransigente constitui numa necessidade diante dos propósitos e da ação do Estado burguês na atual fase do capitalismo tardio. Mesmo porque, pouco restou para transigir diante do processo perverso e combinado de falência das redes públicas, e crescimento consentido e financiado do ensino privado. A categoria dos trabalhadores em educação não deve temer ações radicais e contundentes de resistência, e deve, também, em relação às direções sindicais, superar todos os obstáculos que possam impedir ou que impedem tal tipo de ação.

Finalmente, apesar das lacunas e falhas evidentes, este trabalho buscou oferecer uma contribuição para a caracterização geral da Escola nos quadros do atual momento do modo de produção capitalista. Acrescido que se buscou resgatar a ortodoxia marxista como instrumento necessário de análise. Se os objetivos foram alcançados julgará o leitor e, principalmente, os companheiros de categoria “profissional”.

VI.BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. A Favor de MARX. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____ Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____ A Transformação da Filosofia. Lisboa: Estampa, 1981.
- ALTHUSSER, Louis & BALIBAR, Etienne. Para Leer El Capital. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- ANDERSON, Perry. Considerações Sobre o Marxismo Ocidental. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____ Crise da Crise do Marxismo. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____ Antinomias de GRAMSCI. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____ O Fim da História: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- _____ Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. São Paulo: Contraponto, 1996.
- BAKHTIN (VOLOCHINOV), Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BEHRING, Elaine R. Política Social no Capitalismo Tardio. São Paulo: Cortez, 1998.
- BENSAÏD, Daniel. MARX, O Intempestivo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BLACKBURN, Robin (org). Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- BORDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxistas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CUEVA, Augustin. Itinerario del Marxismo latinoamericano. S/d.

- CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.
- DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- _____. A Transição do Feudalismo ao Capitalismo. Lisboa: D. Quixote, 1978.
- DOSSE, François. História do Estruturalismo. São Paulo: Ensaio, 1998, vol 2.
- EAGLETON, Terry. Ideologia. São Paulo: Unesp, 1997.
- FLORESTAN, Fernandes. Em Busca do Socialismo: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.
- FRANK, Andre Gunder. Acumulação Mundial 1492-1789. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- GENTILI, Pablo. Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- _____. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. Dialética e Ciências Humanas. Lisboa: Presença, 1973, vols 1 e 2.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- _____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1999.
- JAMESON, Fredric. Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. A cultura do dinheiro. Ensaio sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001.
- KATZ, Claudio & COGGIOLA, Osvaldo. Neoliberalismo ou Crise do Capital ? São Paulo: Xamã, 1996.

KUENZER, Acacia (org). Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização: da derrocada de socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____ Os Últimos Combates. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEFEBVRE, Henri. Sociologia de Marx. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

LINDENBERG, Daniel. A Internacional Comunista e a Escola de Classe. Coimbra: Centelha, 1977.

LÖWY, Michael. As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxistas. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

_____ Ontologia Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURG, Rosa. Reforma ou Revolução? São Paulo: Flama, 1946.

MARCUSE, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____ Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.(a).

_____ Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política. México: Siglo XXI, 1985.

_____ Luta de Classes em França. São Paulo: Global, 1986.

_____ O 18 Brumário de Louis Bonaparte. Lisboa: Avante!, 1982.

_____ A Guerra Civil na França. São Paulo: Global, 1986.

_____ O Manifesto Comunista. URSS: Edições Progresso, 1987.

_____ Manuscritos Econômicos-Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1989.

- _____ A Ideologia Alemã (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1996.
- MANDEL, Ernest. A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.
- _____ O Capitalismo Tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MANNHEIN, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- NAPOLEONI, Cláudio. O Pensamento Econômico do Século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e Social-Democracia. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- ROSENBERG, Arthur. Democracia e Socialismo. São Paulo: Global, 1986.
- SADER, Emir (org). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SARTRE, Jean-Paul. Questão de Método. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.
- SWEEZY, Paul M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1982
- TAVARES, Maria da C. & FIORI, José Luís. Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.
- THOMPSON, E. A Miséria da Teoria Ou Um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, sd.
- TROTSKY, Leon. A Revolução Traída. São Paulo: Global, 1980.
- _____ Revolução e Contra-Revolução na Alemanha. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- VOLPE, Galvano Della. Crítica da Ideologia Contemporânea. Lisboa: Estampa, 1974.
- WEFFORT, Francisco C. Por Que Democracia ? São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WHITE, Hayden. Meta-História. A imaginação histórica do século XX. São Paulo: Editora USP, 1995.
- WRIGHT, Erik Olin et alli. Reconstruindo o Marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história. Petrópolis: Vozes, 1993.

ŽIŽEK, Slavoj (org). Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

Documentos consultados:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO . DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 1998. FOTOCÓPIA.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ENSINO MÉDIO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. – BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1999.

ANEXOS 1. QUADRO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.

obs.: estas tabelas são encontradas no site da CNTE: www.cnte.org.br;
este material faz parte da pesquisa realizada pelo Ministério da Educação no primeiro semestre de 2001.

ENSINO MÉDIO

Unidade Federativa * Violência contra alunos/profs/funcionários Crosstabulation

% within Unidade Federativa

		Violência ctra alunos/profs/funcionários			Total
		Não	Sim. Não foi grave	Sim. Foi grave	
Unidade Federativa	Rondônia	86,1%	10,0%	3,9%	100,0%
	Acre	57,0%	43,0%		100,0%
	Amazonas	73,6%	25,2%	1,2%	100,0%
	Roraima	75,3%	17,8%	6,8%	100,0%
	Pará	69,4%	26,6%	4,0%	100,0%
	Amapá	90,1%	9,9%		100,0%
	Tocantins	90,1%	9,9%		100,0%
	Maranhão	86,9%	9,0%	4,2%	100,0%
	Piauí	89,7%	8,4%	1,9%	100,0%
	Ceará	97,1%	2,9%		100,0%
	Rio Grande do Norte	92,8%	7,2%		100,0%
	Paraíba	87,5%	12,5%		100,0%
	Pernambuco	90,0%	8,0%	1,9%	100,0%
	Alagoas	96,1%	3,9%		100,0%
	Sergipe	72,6%	18,7%	8,7%	100,0%
	Bahia	92,2%	7,2%	,6%	100,0%
	Minas Gerais	91,6%	8,4%		100,0%
	Espírito Santo	88,8%	7,7%	3,5%	100,0%
	Rio de Janeiro	90,1%	8,1%	1,8%	100,0%
	São Paulo	72,4%	22,0%	5,6%	100,0%
	Paraná	82,9%	14,9%	2,2%	100,0%
	Santa Catarina	81,3%	18,7%		100,0%
	Rio Grande do Sul	76,9%	23,1%		100,0%
	Mato Grosso	80,2%	16,7%	3,1%	100,0%
Mato Grosso do Sul	83,4%	15,2%	1,4%	100,0%	
Goiás	76,5%	22,1%	1,4%	100,0%	
Distrito Federal	75,3%	22,7%	2,1%	100,0%	
Total		82,5%	15,1%	2,4%	100,0%

Unidade Federativa * Roubos, depredações Crosstabulation

% within Unidade Federativa

		Roubos, depredações			Total
		Não	Sim. Não foi grave	Sim. Foi grave	
Unidade Federativa	Rondônia	71,7%	13,2%	15,1%	100,0%
	Acre	52,1%	34,8%	13,2%	100,0%
	Amazonas	65,2%	32,5%	2,3%	100,0%
	Roraima	76,8%	10,6%	12,6%	100,0%
	Pará	47,5%	33,2%	19,3%	100,0%
	Amapá	69,6%	30,4%		100,0%
	Tocantins	77,5%	19,8%	2,7%	100,0%
	Maranhão	76,7%	19,2%	4,1%	100,0%
	Piauí	71,1%	14,0%	14,9%	100,0%
	Ceará	79,5%	15,7%	4,7%	100,0%
	Rio Grande do Norte	77,1%	21,4%	1,5%	100,0%
	Paraíba	75,9%	17,7%	6,3%	100,0%
	Pernambuco	75,8%	10,8%	13,5%	100,0%
	Alagoas	97,3%	2,7%		100,0%
	Sergipe	80,3%	12,1%	7,7%	100,0%
	Bahia	58,4%	27,0%	14,6%	100,0%
	Minas Gerais	66,4%	25,9%	7,8%	100,0%
	Espírito Santo	61,9%	25,6%	12,4%	100,0%
	Rio de Janeiro	83,6%	9,5%	6,9%	100,0%
	São Paulo	65,5%	30,4%	4,1%	100,0%
	Paraná	67,3%	23,8%	8,9%	100,0%
	Santa Catarina	70,6%	17,2%	12,2%	100,0%
	Rio Grande do Sul	65,2%	32,6%	2,2%	100,0%
	Mato Grosso	74,6%	18,0%	7,3%	100,0%
	Mato Grosso do Sul	73,5%	14,6%	12,0%	100,0%
	Goiás	65,6%	26,6%	7,8%	100,0%
	Distrito Federal	75,9%	20,3%	3,8%	100,0%
Total		68,9%	23,7%	7,4%	100,0%

ENSINO FUNDAMENTAL – 4º ANO.**Unidade Federativa * Violência ctra alunos/profs/funcionários Crosstabulation**

% within Unidade Federativa

		Violência ctra alunos/profs/funcionários			Total
		Não	Sim. Não foi grave	Sim. Foi grave	
Unidade Federativa	Rondônia	97,8%	,7%	1,5%	100,0%
	Acre	82,2%	17,8%		100,0%
	Amazonas	86,1%	13,9%		100,0%
	Roraima	80,2%	15,7%	4,1%	100,0%
	Pará	70,1%	24,4%	5,5%	100,0%
	Amapá	56,3%	31,7%	12,1%	100,0%
	Tocantins	84,3%	13,2%	2,5%	100,0%
	Maranhão	90,2%	8,0%	1,8%	100,0%
	Piauí	91,1%	6,5%	2,4%	100,0%
	Ceará	88,3%	8,4%	3,3%	100,0%
	Rio Grande do Norte	93,6%	5,3%	1,1%	100,0%
	Paraíba	85,7%	13,6%	,7%	100,0%
	Pernambuco	89,1%	10,7%	,2%	100,0%
	Alagoas	91,9%	7,1%	1,0%	100,0%
	Sergipe	87,3%	10,2%	2,4%	100,0%
	Bahia	90,5%	9,3%	,2%	100,0%
	Minas Gerais	87,4%	12,5%	,1%	100,0%
	Espírito Santo	85,3%	9,9%	4,8%	100,0%
	Rio de Janeiro	96,1%	3,6%	,3%	100,0%
	São Paulo	84,7%	15,3%		100,0%
	Paraná	95,9%	4,1%		100,0%
	Santa Catarina	85,6%	14,4%		100,0%
	Rio Grande do Sul	81,8%	17,4%	,8%	100,0%
	Mato Grosso	87,6%	9,1%	3,3%	100,0%
	Mato Grosso do Sul	83,6%	14,6%	1,8%	100,0%
	Goiás	80,2%	18,8%	1,0%	100,0%
	Distrito Federal	68,9%	19,7%	11,4%	100,0%
Total		87,3%	11,6%	1,1%	100,0%

Unidade Federativa * Roubos, depredações Crosstabulation

% within Unidade Federativa

		Roubos, depredações			Total
		Não	Sim. Não foi grave	Sim. Foi grave	
Unidade Federativa	Rondônia	85,2%	9,7%	5,1%	100,0%
	Acre	83,1%	4,7%	12,2%	100,0%
	Amazonas	68,3%	27,4%	4,4%	100,0%
	Roraima	65,2%	26,6%	8,2%	100,0%
	Pará	60,1%	28,0%	11,9%	100,0%
	Amapá	63,2%	28,5%	8,2%	100,0%
	Tocantins	79,5%	13,0%	7,5%	100,0%
	Maranhão	78,5%	15,5%	6,0%	100,0%
	Piauí	77,6%	15,5%	7,0%	100,0%
	Ceará	86,9%	7,3%	5,7%	100,0%
	Rio Grande do Norte	76,7%	17,0%	6,3%	100,0%
	Paraíba	80,5%	12,4%	7,1%	100,0%
	Pernambuco	80,0%	11,6%	8,4%	100,0%
	Alagoas	87,0%	9,1%	3,9%	100,0%
	Sergipe	79,8%	13,5%	6,7%	100,0%
	Bahia	79,5%	14,6%	6,0%	100,0%
	Minas Gerais	69,5%	18,0%	12,5%	100,0%
	Espírito Santo	74,0%	11,6%	14,4%	100,0%
	Rio de Janeiro	81,2%	15,7%	3,1%	100,0%
	São Paulo	79,9%	17,2%	3,0%	100,0%
Paraná	75,4%	19,3%	5,3%	100,0%	
Santa Catarina	72,3%	19,0%	8,6%	100,0%	
Rio Grande do Sul	65,5%	18,6%	15,8%	100,0%	
Mato Grosso	81,9%	13,5%	4,6%	100,0%	
Mato Grosso do Sul	72,1%	17,1%	10,8%	100,0%	
Goiás	75,9%	18,2%	5,9%	100,0%	
Distrito Federal	68,6%	21,6%	9,8%	100,0%	
Total		76,5%	16,4%	7,1%	100,0%

ENSINO FUNDAMENTAL 8º ANO**Unidade Federativa * Violência ctra alunos/profs/funcionários Crosstabulation**

% within Unidade Federativa

		Violência ctra alunos/profs/funcionários			Total
		Não	Sim. Não foi grave	Sim. Foi grave	
Unidade Federativa	Rondônia	83,3%	12,4%	4,3%	100,0%
	Acre	57,4%	37,5%	5,1%	100,0%
	Amazonas	76,0%	20,7%	3,3%	100,0%
	Roraima	77,7%	12,6%	9,7%	100,0%
	Pará	72,1%	19,0%	8,9%	100,0%
	Amapá	63,5%	36,5%		100,0%
	Tocantins	79,2%	12,3%	8,5%	100,0%
	Maranhão	89,3%	6,8%	3,9%	100,0%
	Piauí	93,8%	5,1%	1,1%	100,0%
	Ceará	82,8%	15,1%	2,0%	100,0%
	Rio Grande do Norte	88,6%	6,3%	5,1%	100,0%
	Paraíba	87,2%	11,1%	1,7%	100,0%
	Pernambuco	91,4%	6,1%	2,5%	100,0%
	Alagoas	87,6%	9,8%	2,6%	100,0%
	Sergipe	84,1%	8,2%	7,7%	100,0%
	Bahia	76,3%	22,8%	,9%	100,0%
	Minas Gerais	65,9%	29,4%	4,6%	100,0%
	Espírito Santo	88,8%	9,7%	1,5%	100,0%
	Rio de Janeiro	94,7%	4,8%	,6%	100,0%
	São Paulo	80,4%	12,5%	7,1%	100,0%
	Paraná	88,2%	11,5%	,4%	100,0%
	Santa Catarina	81,8%	18,0%	,2%	100,0%
	Rio Grande do Sul	64,5%	30,7%	4,8%	100,0%
	Mato Grosso	75,7%	20,9%	3,3%	100,0%
	Mato Grosso do Sul	86,8%	13,2%		100,0%
	Goiás	71,9%	26,0%	2,1%	100,0%
	Distrito Federal	64,3%	23,8%	11,9%	100,0%
Total		79,8%	16,3%	3,9%	100,0%

Unidade Federativa * Roubos, depredações Crosstabulation

% within Unidade Federativa

		Roubos, depredações			Total
		Não	Sim. Não foi grave	Sim. Foi grave	
Unidade Federativa	Rondônia	72,4%	15,4%	12,2%	100,0%
	Acre	61,7%	23,0%	15,3%	100,0%
	Amazonas	58,8%	32,7%	8,5%	100,0%
	Roraima	75,1%	15,2%	9,7%	100,0%
	Pará	51,3%	29,2%	19,5%	100,0%
	Amapá	57,0%	33,2%	9,8%	100,0%
	Tocantins	78,5%	9,9%	11,6%	100,0%
	Maranhão	86,9%	9,4%	3,7%	100,0%
	Piauí	78,9%	14,1%	7,0%	100,0%
	Ceará	75,5%	15,0%	9,6%	100,0%
	Rio Grande do Norte	70,0%	22,9%	7,1%	100,0%
	Paraíba	77,8%	19,1%	3,1%	100,0%
	Pernambuco	75,6%	14,7%	9,7%	100,0%
	Alagoas	86,2%	11,9%	1,9%	100,0%
	Sergipe	74,2%	10,1%	15,6%	100,0%
	Bahia	59,5%	26,3%	14,2%	100,0%
	Minas Gerais	54,8%	32,2%	12,9%	100,0%
	Espírito Santo	64,5%	19,4%	16,1%	100,0%
	Rio de Janeiro	89,2%	6,9%	3,9%	100,0%
	São Paulo	68,5%	24,2%	7,3%	100,0%
	Paraná	65,3%	27,3%	7,3%	100,0%
	Santa Catarina	68,4%	21,2%	10,4%	100,0%
	Rio Grande do Sul	52,4%	26,9%	20,7%	100,0%
	Mato Grosso	70,7%	20,1%	9,2%	100,0%
	Mato Grosso do Sul	81,1%	12,1%	6,9%	100,0%
	Goiás	72,4%	23,1%	4,5%	100,0%
	Distrito Federal	59,8%	31,3%	8,9%	100,0%
Total		68,4%	22,1%	9,6%	100,0%

